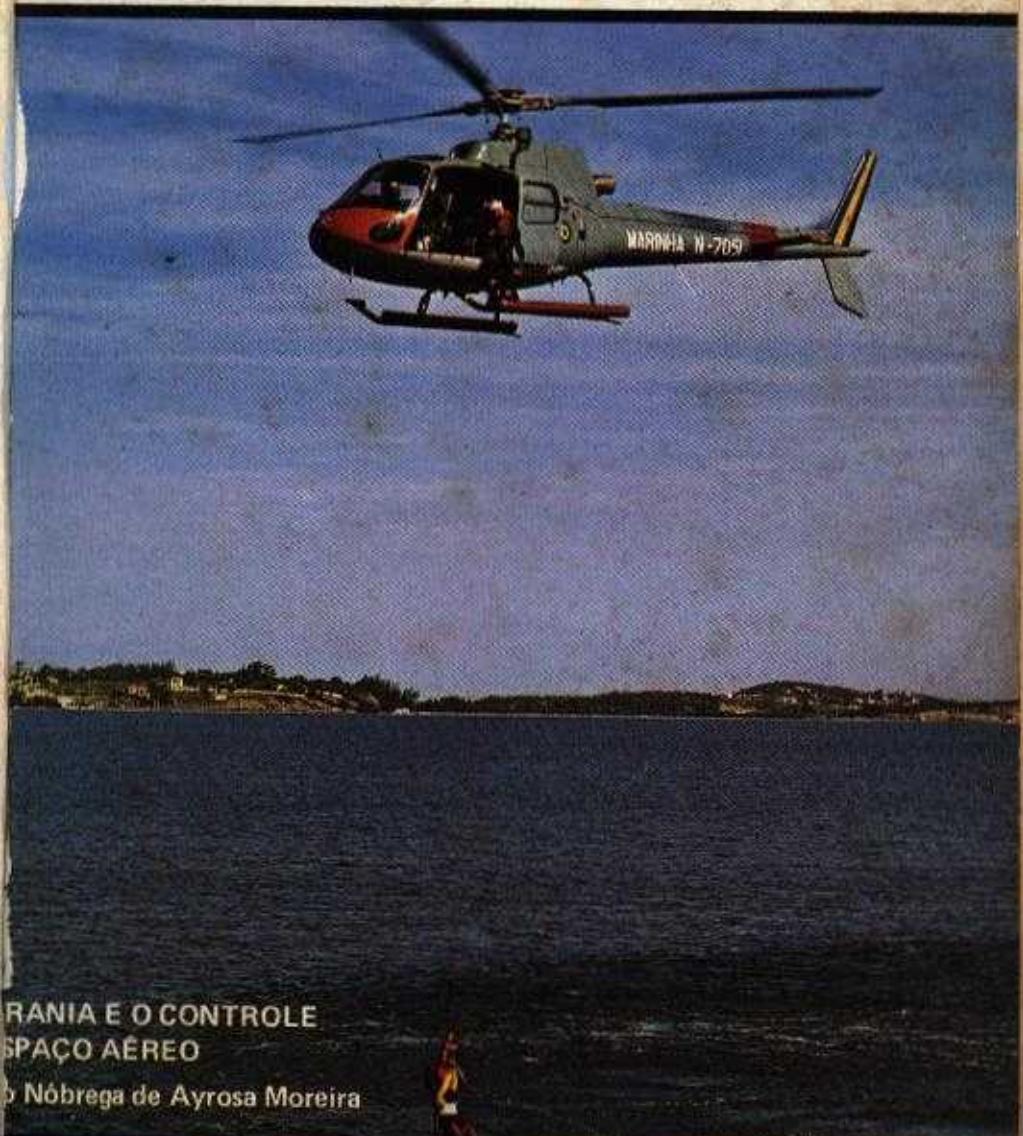


A DEFESA NACIONAL

VISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



RANIA E O CONTROLE
SPAÇO AÉREO

o Nóbrega de Ayrosa Moreira

RTICA BRASILEIRA: SONHO OU REALIDADE?

José Lopes Moreira

CRACIA E CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL

José Aliandro

JUL-AGO/83

Nº 708

FLEISCHMANN E ROYAL PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

NADA NOS PÁRA

PIONEIRISMO — Em outubro de 1931, proveniente do Rio de Janeiro, o vapor Aranquara do Leite Brasileiro, atingido por violento temporal, naufragou à entrada da Barra do Rio Grande, perdendo toda sua carga e entre ela 100 caixas de FERMENTO FRESCO FLEISCHMANN, estoque para 15 dias. O famoso serviço FLEISCHMANN entrou em ação e um veloz hidroavião da VARIG (300 km horários) amerissou no rio São Gonçalo - Pelotas, levando 40 caixas de fermento. Antes de amerissar fez vôo sobre Pelotas, distribuindo folhetos: Chegou o Fermento Fleischmann. A foto mostra a Diretoria da Associação de Panificadores e sobre a avs A.F.Araújo, agente da Fleischmann à época. O Fermento era proveniente dos Estados Unidos.



EM CASOS DE QUALQUER HECATOMBE, A FLEISCHMANN
ASSUME A RESPONSABILIDADE DO FORNECIMENTO
ININTERRUPTO DE FERMENTO USANDO DE TODOS OS MEIOS
DE TRANSPORTE PARA QUE O PÃO NOSSO DE CADA DIA
NÃO FALTE EM TODOS OS LARES DO BRASIL, POIS O
FERMENTO É UM DOS COMPONENTES DO ALIMENTO BÁSICO

— O PÃO —

Cat.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO



POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

ANTÁRTICA BRASILEIRA: SONHO OU REALIDADE? – Prof. Luiz Carlos Lopes Moreira	5
DEMOCRACIA E CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL – Major-Brigadeiro Luiz Carlos Aliandro	31
O MAR, ENFOQUE GEOPOLÍTICO – Prof. Therezinha de Castro	19
A GUERRA – ASPECTOS MORAIS, ECONÔMICOS E PSICOLÓGICOS – Cel. Ney da Silva Oliveira	47
SOBERANIA E O CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO – Brigadeiro do Ar Márcio Nobre ga de Ayrosa Moreira	67

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

QUEM DESCOBRIU A PÓLVORA? – Ten Cel Ubirajara da Silva Valença	145
---	-----

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, MORAL E CIVISMO

A EDUCAÇÃO PELA INTELIGÊNCIA E O CONCURSO DE ADMISSÃO À ECENE – 1ª Parte – Cel Octávio Tosta	71
"VON KRIEGE" – 150 ANOS DEPOIS – Cap Sergio Paulo Muniz Costa	97
NOSSAS DIMENSÕES PARA A HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE – Cel Francisco Rua Santos	107

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

TAMANDARÉ E A LOGÍSTICA NAVAL NA GUERRA DO PARAGUAI – Capitão-de-Mar Guerra Arlindo Viana Filho	117
OS QUADROS DO SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO – Maj Med Jayr Matano	129

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

BNH OFERECE OPÇÕES PARA MUTUÁRIO AMENIZAR REAJUSTE – Informe Especial	155
--	-----

INFORMAÇÕES	161
LIVROS	165
REGISTROS	171

A DEFESA NACIONAL – Nº 707
Rio de Janeiro – Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

REDAÇÕES: PRIMERA TERRITO: BENTHOLDS HUMOR, ESTEVÃO LIMA DE CARVALHO, 1.º DE SETOR VEM

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Bertholdo Klinger, Estevão Lima de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (relações-est), Francisco de Paula Cidade, Mario Uematsu, Lima e Silva, Paes Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéu Cavalcante, Euzebio Figueiredo, Tamuriz, Amaro Velloz, Maciel da Costa.

* (Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

NOSSOS ANUNCIANTES

Fleischmann & Royal	2ª Capa
Haspa	3ª Capa
Poupex	4ª Capa
Banco Sul Brasileiro	4
Mendes Junior	29
Transbrasil	30
Caixa Econômica Federal	66

Haegler	70
Alpargatas	104/105
Embraer	106
Editorial Mönch	116
Coca-Cola	144
CPRM	154
Tristão	160
ABECIP	168/169
Souza Cruz	170
Bibliex	174/175

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

NOSSA CAPA:

DATA
8-8-84

N.º
192



Helicóptero Esquilo modelo HB 350B, fabricado pela Helibrás, projetado pela Aerospatiale com incorporação de novas tecnologias em materiais compósitos, está sendo utilizado nos mais diversos campos operacionais, militar, on shore, off shore, salvamento, polícia, geofísica, ambulância, etc.

Tem capacidade para 800 kg de carga interna, 6 pessoas a bordo e 705 kg de carga externa.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente:	Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma
Diretor-Secretário:	Cel Aldilio Sarmento Xavier
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Sady Nunes
Diretor-Tesoureiro:	Major Walter Soares Vieira
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves Cel Amaury Friese Cardoso
Conselho Fiscal:	Ten Cel Lino Palha de Castro Ten Cel José Pordeus Maia Maj Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe:	Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma
Redator-Executivo:	Cel Aldilio Sarmento Xavier
Redator-Assistente:	José Lívio Dantas
Redatores:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis Cel Edson Alves Mey Cel Prof Celso José Pires Cel Agenor Francisco Homem de Carvalho Cel R/1 Asdrubal Esteves CF José Correia de Sá e Benevides Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas Ten Cel José Galaor Ribeiro Maj Hiram de Freitas Câmara Des Antonio de Arruda Prof José Alberto de Assumpção
Revisão:	Renaldo di Stasio
Publicidade:	Floriano Serpa
Expedição:	Raimundo dos Santos Pereira

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) – Cr\$ 2.000,00

Exterior: US\$ 50,00

Número avulso – Cr\$ 400,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

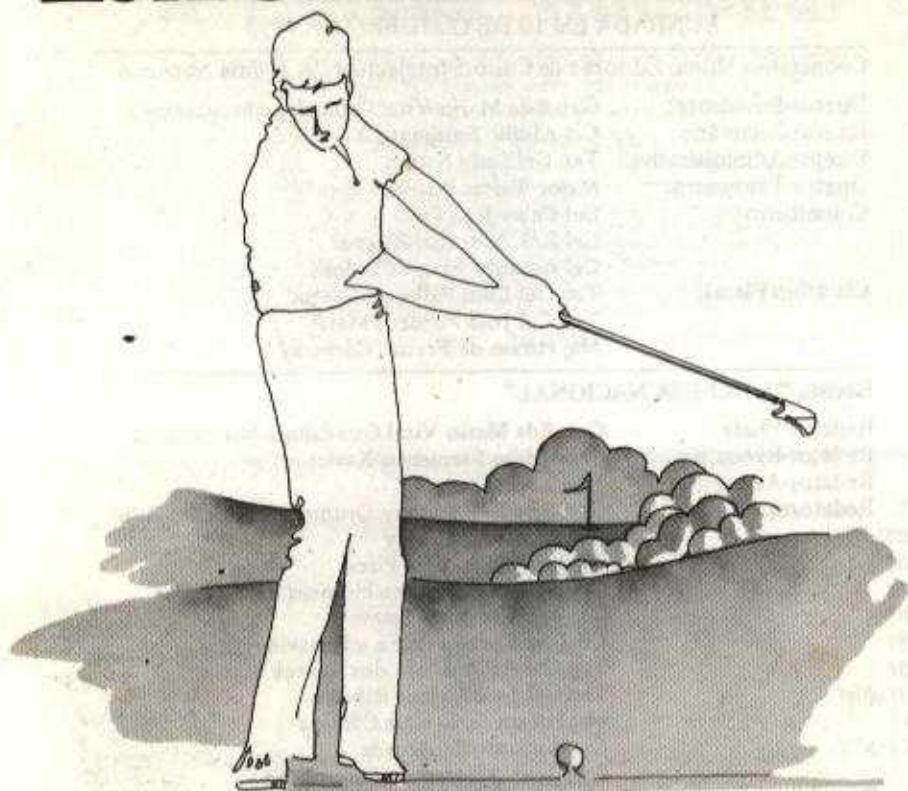
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel: 283-3030

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.
Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

SE VOCÊ QUER TER ESTE SISTEMA DE VIDA,



VAI PRECISAR ANTES DESTE OUTRO PARA O SEU DINHEIRO.

Financiamento para as suas idéias,
Poupança para os seus rendimentos,
Cartão de Crédito para as suas compras,
Seguradora para os seus bens,
Serviços bancários para você
e sua empresa,
Investimentos para o seu dinheiro.

SISTEMA FINANCEIRO
SULBRASILEIRO

uma organização MFM



ANTÁRTICA BRASILEIRA: SONHO OU REALIDADE?

Luiz Carlos Lopes Moreira

INTRODUÇÃO

Ao sul da América do Sul, banhado pelos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, um vasto território, de clima glacial e fauna e vegetação escassas, desafia os conhecidos modelos sociais existentes no mundo. Lá, em 14 milhões de quilômetros quadrados de extensão (o que representa quase o dobro do Brasil), convivem pacificamente representantes de 14 países, ocupando pontos do litoral ou do interior. São cientistas que divididos em bases de trabalho, desenvolvem pesquisas com fins exclusivamente pacíficos, trocando entre si informações dos resultados obtidos em cada comunidade. Esta é a Antártica onde o Brasil pretende montar num futuro bem

próximo uma base de pesquisas científicas.

A ida do Brasil ao continente antártico prende-se fundamentalmente a um interesse científico, na medida em que a Antártica fornece dados para a geologia, biologia, oceanografia, sismologia, cartografia, geofísica e física da estratosfera. É preciso mencionar a grande importância das regiões antárticas do ponto de vista meteorológico, pois elas exercem uma influência determinante nos fenômenos do hemisfério austral, sendo que o seu estudo permitirá prever as influências climáticas que, provenientes daquela região, se abatem sobre o Brasil. Porque, quase todas as variações meteorológicas que se verificam em terras brasileiras são originárias do Pólo Sul. O

estabelecimento de um posto de observação científico em terras polares permitirá a previsão das variações anuais de temperatura e evitará a perda de milhões de cruzeiros, provocadas pelas tempestades. Quando o inverno é muito rigoroso no Mar de Weddell (Antártico), constata-se a ocorrência da seca em regiões do Brasil, ocasionando graves problemas para a plantação de cereais e à agricultura em geral.

Igualmente, o interesse econômico pela Antártica é uma realidade, uma vez que seu mundo mineralógico e energético ainda que um dos mais ricos, permanece ainda inexplorado. Sob o gelo e a neve descobriu-se a existência de minerais, como o ouro, a prata, o cobre, o manganês, o ferro, o carvão, o petróleo e sobretudo grandes reservas de urânio. O Krill, pequeno camarão com 5 a 6 cm de comprimento, com alto valor proteico e abundante nas águas que circundam a Antártica, possui um grande valor comercial e já está sendo capturado pelas grandes potências pesqueiras, como o Japão, E.U.A. e União Soviética.

Sobre o plano político, é evidente que a importância da Antártica representa uma conjugação do interesse econômico e da posição estratégica ocupada pelo sexto Continente.

Em face desses inúmeros interesses a Antártica apresentava a um momento determinado, um contexto por vezes difícil, com estados que reivindicavam os mesmos territórios e, dentro deste quadro, é bem fácil compreender a existência de dificuldades que durante

longo tempo impediram a conclusão de um acordo.

Desde o início do século até 1940, algumas nações como a França, Noruega, Grã-Bretanha, Austrália, Nova Zelândia, Argentina e Chile proclamaram sua soberania sobre setores da Antártica. A partir dessa data inúmeras tentativas foram feitos no sentido de encontrar um status aceitável para todos os países que se encontravam no Continente Branco. Foi somente em 1959, que por iniciativa dos E.U.A. teve lugar em Washington uma conferência que em 1º de dezembro de 1959 culminou com a assinatura do Tratado da Antártica. Dessa conferência participaram 12 países, sendo que 7 deles (Grã-Bretanha, Austrália, Noruega, Nova Zelândia, França, Chile e Argentina) eram os que tinham afirmado seus direitos de soberania; 4 por manterem expedições ou estações na região, sem pretender um controle político (URSS, Japão, Bélgica e o próprio Estados Unidos); e finalmente a África do Sul, cuja participação se justificava pela proximidade geográfica da Antártica. A participação do Brasil, na conferência, não foi aceita apesar dos esforços despendidos pelo governo.

O tratado entrou em vigor em 23 de junho de 1961 com o depósito do 12º instrumento de ratificação, estando prevista uma duração de 30 anos, portanto encerrando-se em 23 de junho de 1991.

A Análise do Tratado da Antártica

O Direito Internacional Público, no seu desenvolvimento constante

e progressivo, deu um passo à frente através do regime jurídico adotado para a Antártica.

Efetivamente, o Tratado da Antártica representa uma união política de países dessemelhantes, reunidos sobre uma base jurídica, de um lado sólida e inovadora em vários aspectos, mas de outro, comportando lacunas no seu conteúdo, além de discriminatória, face aos membros não originários e a terceiros.

O Brasil, hoje membro do Tratado, outrora terceiro, por suas manifestações e ambições, comuns a outras nações na mesma situação, demonstra, de uma forma clara, as dificuldades cada vez maiores da manutenção do "status quo", ora existente no Continente Antártico, dada a evolução cada vez maior dos conceitos e a modificação das realidades em todos os níveis da vida moderna.

Por outro lado, o sistema das reuniões consultivas, instituto no âmbito do Tratado, ocupa um lugar importantíssimo nas discussões e na assimilação dos novos problemas que aparecem; mas, apesar de tudo, ele não alcança em momento algum os resultados obtidos pelo Tratado da Antártica na sua época, quer dizer, em 1959.

O estudo desse regime jurídico, sua evolução e a maneira segundo a qual o Brasil chegou hoje à posição de Estado Membro, não originário, é a matéria que nós nos propomos a estudar aqui. Esta análise é completada por reflexões sobre os problemas que o assunto coloca atualmente e sua projeção para o futuro.

O mais significativo nesta questão foi, por um lado, o caráter inovador em muitas matérias que apresentou este instrumento diplomático e, por outro, que se tenha chegado a este resultado quando todas as potências participantes possuam o direito de voto.

Nos trabalhos preparatórios e mesmo no texto do Tratado, dois objetivos fundamentais se destacam claramente e pode-se afirmar que eles serviram de base de sustentação a todos os outros princípios enunciados.

1º – A pesquisa científica com fins pacíficos: em primeiro lugar, era preciso encontrar um ponto de partida comum a todos os países participantes da Conferência, para se chegar à aceitação de um texto legal. Este traço de união estava claramente expresso na pesquisa científica, pelos três anos polares bem sucedidos e pela instalação de numerosas estações científicas na Antártica. O desenvolvimento dessa pesquisa não devia se realizar de uma maneira desordenada e favorecer a aparição de conflitos entre os países, mas sim, num clima pacífico, único meio de preservar a cooperação na Antártica.

2º – A Cooperação International: não se pode, verdadeiramente, separar esses dois objetivos em partes estanques, uma vez que eles estão estreitamente ligados. Além da simples cooperação entre as nações, estabelecida pelos três Anos Geofísicos Internacionais, o tratado leva para mais longe essa cooperação, pois de um lado estabelece como ela deve se efetuar e, por

da boa fé era a base jurídica dos acordos internacionais.

A partir do momento em que houve um consenso sobre este ponto, era preciso estabelecer disposições jurídicas (art. VII) para regulamentar a existência de observadores e seu quadro de atividades.

Em conclusão, esse controle pode ser efetuado por qualquer potência signatária, não importa onde nem por qual meio. Esta prerrogativa já foi utilizada várias vezes desde 1964, pelos Estados Unidos, Argentina, Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido.

Após ter estabelecido a competência dos observadores e seu quadro de atividades, o tratado dispõe sobre um ponto especialmente delicado, que é a questão da jurisdição.

4º — Os problemas de jurisdição

O artigo VIII do tratado define de uma maneira muito clara o princípio, segundo o qual, todos os observadores designados, conforme o § 1 do artigo VII, são colocados sob a jurisdição dos estados, dos quais eles são os cidadãos. O tratado vai ainda mais longe, quando determina que o pessoal científico que participa do intercâmbio entre as estações, nos termos da alínea 1, b, do artigo III, e do mesmo modo, as pessoas que a ele são vinculadas e que os acompanhe, devem responder diante da mesma jurisdição.

Existe aí o princípio da imunidade da jurisdição, pois cada país conserva sua competência própria. Mas, para as pessoas que não estão

compreendidas nestas categorias, não existe determinação explícita no tratado. Ele diz somente que em caso de dúvida sobre a determinação da jurisdição aplicável, é através de um acordo entre as partes em litígio que a solução deve ser encontrada.

Entretanto, para as questões futuras, existe a solução prevista pelo art. IX § 1 que, contando com a boa vontade dos participantes, dispõe que os problemas de jurisdição existentes, fora dos casos previstos, devem ser resolvidos através de contatos no âmbito das reuniões consultivas, que devem se realizar de dois em dois anos.

A prática demonstrou que os signatários do tratado evitaram durante todos esses anos, incluir o exercício da jurisdição na ordem do dia das reuniões consultivas. As possibilidades previstas de uma cooperação sempre maior entre as potências, transferiram a solução do problema a uma oportunidade mais longínqua.

As disposições dos artigos VIII e IX, analisadas, referem-se, pois, à regulamentação dos litígios individuais. É preciso ver agora o que o tratado prevê no caso de litígios nascidos da sua aplicação, ou da interpretação destas disposições, desta vez, não mais de litígios entre pessoas, mas entre países.

5º — O procedimento de solução das diferenças

É o artigo XI do tratado que dispõe sobre os meios a serem utilizados, na hipótese de conflito entre dois ou vários membros do tratado.

Inicialmente, como primeiro passo, foi previsto o recurso aos métodos diplomáticos de solução das diferenças, quer dizer, os contatos diretos entre as partes, com vistas a resolver o problema pela via da negociação, da sindicância, da mediação, da conciliação, da arbitragem, da solução judiciária ou, por qualquer outro meio pacífico de sua escolha, segundo os termos exatos do primeiro parágrafo.

É preciso ressaltar que, se a primeira tentativa fracassa, uma outra possibilidade de solução é prevista pelo § 2 do mesmo artigo, quer dizer, a oportunidade de levar a diferença perante a Corte Internacional de Justiça. Entretanto, uma vez mais, é somente pela vontade e acordo recíproco de todas as partes que esta solução pode se realizar.

Ao lado de todas as disposições de caráter específico, foram previstas também as medidas de caráter geral que limitam o tratado no espaço, no tempo e regulamentam a admissão de novos aderentes.

A zona de aplicação, a duração e as possibilidades de adesões futuras

A. A superfície coberta pelo tratado, definida no artigo VI, se estende ao sul do 60º paralelo e comprehende as massas de gelo permanentes e imóveis. Os direitos de todos os países ao alto-mar permanecem especificamente reservados. Conclui-se que, para os signatários do acordo, as outras formações de gelo (icebergs etc.) não constituem

propriamente um território e devem ser assimilados ao mar.

B. O tratado, segundo as disposições do artigo XIII, § 5, entrará em vigor no momento em que o décimo segundo estado tenha depositado seu instrumento de ratificação (23 de junho de 1961). O período de existência do tratado está fixado em 30 anos, contados a partir da data de entrada em vigor.

C. Para as possibilidades de adesões futuras, está previsto no § 1 do artigo XIII, de um lado, que todo membro das Nações Unidas pode solicitar sua participação no tratado e, de outro, os estados que não fazem parte da ONU podem ser convidados a aderir, mas, neste caso, a regra da aceitação unânime dos países originários é exigida.

Estas determinações já dão uma idéia da distinção que foi estabelecida no próprio texto do tratado entre as partes originárias e os outros estados.

Os estados integrantes do tratado desde a origem, os aderentes e os terceiros estados

O antigo grupo dos "doze", hoje formado por "quatorze" países, constitui um clube que, na aparência, dá possibilidades de acesso a outras nações, mas que na realidade, pelas próprias disposições do tratado, exige uma série de condições que tornam esse acesso parcial e incompleto. Com a entrada em vigor do referido tratado e ao lado da grande maioria de regras que fixam o estatuto do território antártico, no que diz respeito às

partes contratantes originárias, existem medidas que ferem os direitos da comunidade internacional, com o objetivo de consagrar este tratado não como um acordo regional, mas como um instrumento internacional oponível a todos.

O primeiro exemplo é o artigo IV, que ocasiona efeitos em relação a terceiros estados. Efetivamente, ele impede toda pretensão territorial para o futuro e consagra uma situação de privilégio para os membros originários.

As disposições que fixam as situações nas quais o tratado pode ser modificado ou emendado (art. XII), estão concebidas de uma tal maneira, no que diz respeito à exigência de unanimidade das partes, que esta possibilidade é quase inexistente.

Efetivamente, durante o período de 30 anos, previsto pelo tratado, a única possibilidade para os terceiros estados de participarem das discussões e de tomar decisões sobre as questões antárticas, é a adesão ao Tratado de Washington.

O fato isolado de aderir ao tratado não modifica de uma maneira definitiva a situação de um estado em relação ao atual grupo dos "quatorze". O país aderente goza de certos direitos, mas sua ascensão à plenitude dos direitos previstos pelo tratado depende de dois fatores: de um lado, é preciso empreender atividades substanciais de pesquisa científica na Antártica, por exemplo, o estabelecimento de uma estação ou o envio de uma expedição (art. IX, § 2) e, por outro, é preciso, a concordância do grupo dos "quatorze".

O país aderente que não preencha as condições mencionadas, não tem o direito de nomear representantes para participar das Reuniões Consultivas (art. XIII, § 1 a) que, apesar da sua não institucionalização pelo tratado, tornou-se uma reunião periódica entre as partes. Com a prática, estas consultas adquiriram um caráter permanente e representam hoje o único órgão suscetível de exprimir um querer jurídico.

Enfim, no momento em que um estado adere ao tratado, ele deve respeitar as suas disposições, e é aí que ele deve se submeter ao que prescreve o artigo IV, quer dizer, renunciar a qualquer reivindicação de soberania durante a duração do tratado.

A máxima, segunda a qual os tratados não têm em princípio, efeitos em relação a terceiros estados, é a posição consagrada pela doutrina e adotada na prática internacional. Mas, segundo certos autores, dois limites se impõem: os tratados que beneficiam a terceiros, em virtude de uma estipulação prévia expressa (cláusula da nação mais favorecida) e os tratados que criam uma situação jurídica objetiva (como o de Washington).

Admitindo-se esta última afirmação, pode-se ver muito bem as limitações aos direitos dos terceiros estados estabelecida pelo Tratado da Antártica. Da mesma maneira que para os estados aderentes, o artigo IV, § 2 impede também os terceiros estados de reivindicar territórios na Antártica, e se o acesso é livre para todo o mundo, só a instalação de estações que se dedi-

quem à pesquisa científica é permitida.

Conclusões sobre o tratado

Após esta rápida análise, pode-se constatar que o Tratado da Antártica, de 1º de dezembro de 1959, é de uma importância fundamental na história do continente. Entretanto, ele não constitui o instrumento ideal capaz de resolver todos os problemas políticos e jurídicos que provoca o sexto continente. *

Os pontos positivos

Inicialmente, pode-se afirmar, a seu crédito, que o tratado obedece a finalidades elevadas, tais como a utilização exclusivamente pacífica do continente, a colaboração internacional em assuntos científicos e a promoção da ciência. Ele constitui, igualmente, um exemplo pouco comum de concessões recíprocas a de cooperação da parte de estados que, em outras regiões do mundo, possuem interesses radicalmente divergentes e se encontram em uma situação de conflito permanente. Ele possui ainda a vantagem de colocar em segundo plano as considerações territoriais e políticas, susceptíveis de provocar conflitos e tensões internacionais.

Mas, ao lado destas considerações de caráter geral, uma análise mais específica dos pontos positivos deve ser feita. Nesta óptica, ao ler o tratado, podemos perceber que ele apresenta disposições inovadoras em matéria de não milita-

rização e de controle dessa não militarização.

A interdição total de toda exploração nuclear foi também um elemento inovador neste campo, uma vez que ele vai mais longe que o tratado de 1963, e que o Tratado sobre a não Proliferação de 1968, proibindo as provas nucleares.

Ele foi inovador também em um outro campo, o da liberdade absoluta na pesquisa científica, garantido pelo artigo II. Não somente ele é mais liberal nesse campo do que as Convenções de 1958 sobre o direito do mar, mas também se acha numa posição contrária às tendências as mais recentes, que visam restringir no alto-mar a liberdade da pesquisa fundamental.

Uma outra consideração que se impõe é a influência exercida pelo Tratado da Antártica sobre outros regimes jurídicos elaborados mais tarde. O Tratado de 27 de janeiro de 1967, sobre o Espaço Extra-Atmosférico, no que diz respeito à liberdade de utilização e de exploração do espaço para fins pacíficos, bem como a impossibilidade de apropriação, se baseou sobre o preâmbulo do artigo III do Tratado de Washington. Do mesmo modo, o Tratado sobre os Fundos Marinhos, de 1970, se inspirou, em vários artigos, no Tratado da Antártica.

Enfim, constata-se que, de um lado, é um tratado clássico (ele não institui nenhuma organização internacional e não resolve o problema das reivindicações territoriais) e por outro, é um tratado que inova (desarmamento e direito do espaço).

As lacunas

Em princípio, numerosas críticas podem ser feitas não somente ao tratado, mas também à maneira segundo a qual ele foi concebido (realizado).

As doze potências que participaram na elaboração do instrumento, trataram de um assunto da competência da comunidade das nações. Com efeito, os títulos territoriais antárticos são discutíveis e não se pode dizer que em sua maioria eles sejam reconhecidos pelo direito internacional geral. Em segundo lugar, o fato de que a preparação do documento foi feita durante o Ano Geofísico Internacional (AGI), mesmo se ele traduz um interesse especial pela Antártica, não constitui um título suficiente para dispor livremente do sexto continente, sobretudo excluindo estados que, mesmo que sejam inativos por causa, às vezes, de força maior, possuem interesses inegáveis na Antártica. Devido a motivos políticos, entretanto, a participação desses estados, ou mesmo da comunidade de nações (que poderia ser representada pelas Nações Unidas, segundo sugestão india) foi afastada e as doze potências se reservaram o direito de formular um estatuto que, em última instância, visa a obrigar os terceiros estados a respeitar os seus termos.

A participação de terceiros no acordo sofre consideráveis limitações, impostas também por interesses políticos. Para aderir, um país deve ser membro das Nações Unidas, ou então ser convidado, com

o consentimento de todos os membros originários, não ativos e ativos. Estes últimos gozam de um privilégio (destacado mais acima), talvez justificado no que diz respeito aos segundos, mas pouco lógico no que diz respeito aos primeiros.

Os membros originários não ativos possuem o direito de veto, sem obrigações em contrapartida, na maioria dos casos. As modificações do tratado são praticamente impostas pelos membros originários ativos.

O tratado, resultante de uma série de compromissos, não cobre todas as possibilidades de divergências: questões territoriais, estatuto dos bens e das pessoas, não previstos pelo artigo VIII, atividades antárticas dos países que não participam do acordo. Ele não prevê um sistema eficaz de solução dos conflitos; não organiza suficientemente a cooperação entre os estados e, finalmente, deixa sem resposta todos os problemas para os quais não foi possível encontrar um terreno de acordo.

A evolução da questão antártica no âmbito das Reuniões Consultivas

Como aplicação das disposições do artigo IX, § 1, do Tratado de Washington, a questão antártica viu seu quadro de desenvolvimento consagrado pelas reuniões que se sucederam em intervalos quase regulares, ou seja, de dois em dois anos.

A primeira reunião foi realizada em Camberra, em julho de 1961,

de acordo com o tratado, e esta data marca o ponto de partida de uma nova instituição, quer dizer, as Reuniões Consultivas.

Depois da entrada em vigor do Tratado de Washington, em 1961, certos países-membros, se mostraram sempre contrários à criação de qualquer coisa que pudesse dar um caráter institucional às Reuniões Consultivas, porque estas últimas, segundo eles, poderiam prejudicar, em um momento qualquer, sua pretensa soberania na Antártica. O estabelecimento de um secretariado permanentemente foi sugerido, mas dada a oposição por parte da Argentina, Chile e França, entre outros, esta proposição não teve desenvolvimento.

Atualmente, é o Comitê Especial de Pesquisas sobre a Antártica (SCAR), organismo criado em 1956, que em estreita ligação com os estados-membros do tratado e participando de programas de pesquisa conjunta na Antártica, assegura o secretariado para as questões científicas. Sua participação se estende também às Reuniões Consultivas onde ele aparece como colaborador no exame das questões específicas, na apresentação de sugestões e na elaboração de documentos.

No que diz respeito aos delegados para as Reuniões Consultivas, eles representam seus governos e tomam posição nas discussões em nome deles. Essa tomada de posição não é definitiva, senão após a ratificação pelos respectivos governos.

São os delegados que procuram convencer seus governos, através

de uma exposição sobre o desenrolar das discussões e contatos pessoais realizados, da oportunidade e das vantagens de ratificar as recomendações aprovadas. Estas últimas são sempre adotadas pelos delegados num consenso, e para que elas entrem em vigor e possam ser aplicadas, é exigida a ratificação de todos os governos. Enfim, antes da reunião final, cada assunto é discutido separadamente pelas comissões, formadas pelos delegados escolhidos no início dos trabalhos, os quais tentam elaborar textos em condições de serem apresentados à apreciação da reunião plenária.

A busca de um fundamento jurídico como base de uma reivindicação brasileira sobre a Antártica

O Brasil, na condição de país que possui interesses substanciais na Antártica, poderia eventualmente, apresentar elementos históricos de ordem geral ou específica, bem como elementos mais ou menos jurídicos para sustentar seus direitos naquele continente.

Entre eles podemos citar:

- a) a existência de uma Antártica Americana;
- b) a Doutrina de Monroe;
- c) o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca;
- d) a Sucessão de Portugal;
- e) a participação no Ano Geofísico Internacional;
- f) o princípio do setor.

A análise dos elementos acima referidos nos conduz a constata-

ção de que a busca e a fixação de bases históricas e jurídicas eventuais, para fundamentar uma reivindicação brasileira na Antártica, pode ser estabelecida e que os títulos invocados igualam os que as outras potências já fixadas sobre o território polar apresentaram. Entretanto, a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica modifica consideravelmente os dados do problema e a atitude a ser adotada para que ele possa ocupar a posição que lhe convém nas discussões e atividades que dizem respeito à Antártica.

A participação do Brasil no Tratado da Antártica

Algum tempo antes da adesão do Brasil, um quase consenso já era obtido nos meios políticos e governamentais sobre a melhor posição a ser adotada com referência ao estatuto criado pelo "doze" e em vigor na Antártica.

A adesão de 1975

1. Inicialmente, é preciso reconhecer que o Tratado de Washington é uma realidade. O estatuto que ele estabeleceu, quer queiram ou não os terceiros estados, beneficia-se do apoio das grandes potências e tenta estabelecer normas de caráter geral, aplicáveis a toda a comunidade internacional. O Brasil, como terceiro estado ao tratado, não tinha meios de modificar essa situação. Efetivamente, a Polônia que tinha realizado os mesmos esforços que o Brasil para participar da Conferência de Was-

hington, decidiu finalmente aderir ao tratado.

Em consequência, face aos fatos em questão, o Brasil decidiu, também, em vez de desenvolver atividades contrárias ao tratado, de criar problemas com os países membros e de ver-se privado da colaboração internacional essencial em matéria antártica, introduzir sua ação no âmbito do Tratado.

O Brasil confirmava em abril de 1975, no momento da adesão ao Tratado da Antártica, que tem interesses diretos e substanciais nesse território, enquanto o Chile e a Argentina desde longo tempo proclamaram sua soberania sobre a região compreendida entre os meridianos de 25º e 90º.

Assim, o Presidente Geisel confirmava publicamente o interesse do Brasil pela Antártica, dirigindo ao Congresso um projeto de adesão ao Tratado. Tendo sido examinado pela Comissão de Relações Exteriores, o documento recebeu aprovação unânime, sobre a base da exposição do relator, que mostrava as vantagens desta opção.

Além das variáveis, geralmente de natureza econômica, existe a questão política: a Argentina e o Chile estão entre os países amigos que disputam, tanto no plano local quanto nos fóruns internacionais, a ocupação das regiões estratégicas do continente branco.

Se o Brasil se mantivesse fora dessa corrida, poderia ficar em situação inferior, do ponto de vista estratégico, diante destas nações que dividem a segurança do continente, cada uma da sua maneira.

Neste contexto, uma só solução

se impunha ao Brasil, que a adotou em 16 de maio de 1975, pela seguinte declaração.

"O governo brasileiro deseja fazer conhecer publicamente que hoje a Embaixada do Brasil em Washington procedeu à entrega de uma nota ao Departamento de Estado Americano, comunicando sua decisão de adesão ao Tratado da Antártica, assinado na capital dos Estados Unidos, em 1º de dezembro de 1959 e do qual o Brasil torna-se o 19º estado-membro.

2. No momento da entrega da comunicação ao governo dos Estados Unidos, na sua qualidade de governo depositário do Tratado da Antártica, o governo brasileiro salienta os seguintes pontos fundamentais, que constituem a posição brasileira nas questões antárticas e às quais deseja dar uma ampla e geral divulgação.

a) o Brasil considera que o Tratado da Antártica constitui o único texto legal para o continente antártico, sendo o instrumento jurídico válido e aceito por todos os estados-membros partes; a esse respeito, o governo brasileiro considera também que todos os países que desenvolvem atividades na Antártica devem ser ligados pelas mesmas normas jurídicas.

b) esse Tratado veio consagrar princípios e normas positivas, tendo repercussões para toda a comunidade internacional, a saber, a utilização da Antártica com fins exclusivamente pacíficos, sendo que um am-

plo sistema de inspeção é previsto para assegurar a observância deste objetivos, a liberdade de pesquisa, as facilidades para pesquisa científica na região e a proibição de explosões nucleares, bem como o depósito de material ou resíduos radioativos no território;

- c) o governo brasileiro dá a maior importância aos trabalhos realizados sobre o continente austral e ao mecanismo de decisão previsto no tratado, no qual deverá prevalecer, segundo ele, o princípio da igualdade entre todos os signatários;
- d) o Brasil, em razão do fato de possuir a maior extensão de costa marítima do Atlântico Sul, esta costa em sua maior parte aberta ao continente austral, possui interesses diretos e substanciais na Antártica;
- e) sobre a significação particular da Antártica, é preciso colocar o acento sobre o fato de que seu reconhecimento determinou a inclusão de uma parte do território antártico na zona descrita pelo artigo IV do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, sendo o Brasil, pois, co-responsável pela defesa da região.

3. O Presidente da República se prepara para dirigir uma mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 44, § 1º da Constituição, submetendo à aprovação

do legislativo a adesão brasileira ao Tratado da Antártica.

A declaração do governo brasileiro, publicada simultaneamente com a entrega aos Estados Unidos da nota contendo a adesão do Brasil ao Tratado, tem um grande valor, visto que ela resume a posição brasileira em relação ao estatuto estabelecido sobre o continente antártico.

Inicialmente, existe de um lado um reconhecimento total e completo pelo Brasil da aplicabilidade do Tratado, como o instrumento jurídico válido e aceito por todos os estados-membros parte. Além disso, ele introduz a idéia da aplicação, a todos os estados que desenvolve atividades na Antártica, das mesmas normas jurídicas, bem como a aplicação do princípio da igualdade, a nível de decisão, entre todos os estados signatários. Esta última interpretação visa, sem dúvida alguma, a exprimir uma reserva ao princípio do artigo IX do Tratado, que estabeleceu uma distinção entre as partes consultivas e as outras.

Além disso, o Brasil reafirma, baseando-se nas razões já invocadas (proximidade, segurança nacional, princípio do setor e influências climáticas), que tem interesses diretos e substanciais na Antártica.

Por outro lado, pelos termos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, que inclui uma parte da Antártica na zona descrita pelo artigo IV, o Brasil, como parte a este instrumento, é co-responsável pela defesa da região.

Enfim, pode-se afirmar que a declaração do Brasil sobre o plano

do direito internacional representa uma justificativa de caráter político da posição adotada, e seu alcance se medirá pelo grau de aceitação e de adesão, dos outros estados-membros do Tratado, à interpretação brasileira.

Entretanto, se o ano de 1975 representa um ponto marcante no papel do Brasil objetivando uma participação no futuro da Antártica, não é menos verdade que este fato não é senão um primeiro passo para atingir os objetivos fixados: uma integração plena e real no grupo que regulamenta, em nome da comunidade das nações, o destino do sexto Continente.

Na sua condição de membro não originário, os dispositivos do artigo IX, § 2º colocam obstáculos à aquisição de um status de plena participação. A única solução em perspectiva é a de preencher as condições exigidas, ou seja "demonstrar seu real interesse, pela Antártica, realizando substancial atividade de pesquisa científica, tal como o estabelecimento de estação científica ou o envio de expedição científica", e após ter satisfeito a condição de efetividade, reivindicar um lugar entre os "quatorze".

A Polônia e Alemanha Federal preencheram as condições exigidas pelo Tratado e foram aceitas, em 1977 e 1981 respectivamente, como membros consultivos.

Conclusão

O regime jurídico estabelecido em 1959 por um grupo de potências, atinge hoje (1983) mais da

metade da sua existência, mais precisamente 22 anos. A evolução do Tratado durante este período foi notória e ninguém pode negar essa realidade.

Em primeiro lugar, considerando a sua extensão geográfica, o Tratado grangeou o reconhecimento unânime da comunidade internacional, passando de uma dimensão restrita a uma dimensão internacional. Por outro lado e através de reuniões periódicas (2 em 2 anos), soube-se acompanhar com um êxito razoável a evolução dos fatos, introduzindo nas discussões questões que não tinham sido tratadas ou não tinham sido colocadas quando da adoção do Tratado, como, por exemplo, a questão da proteção ao meio ambiente, turismo, e regulamentação da caça às focas, etc.

No entanto, não obstante as conquistas do estatuto em questão, houve domínios onde as coisas pouco avançaram em relação ao

seu estado inicial, não por esquecimento da parte dos "doze" (hoje quatorze), mas sim pelo seu caráter controvertido e delicado. Com efeito, o atraso em que se encontram atualmente as partes consultivas, no que se refere às discussões sobre a exploração econômica da Antártica, é suscetível de causar dificuldades, uma vez que organizações comerciais já formularam pedidos de permissão para empreender os trabalhos de prospecção no continente. A Reunião Preparatória Especial, realizada em Paris, em 1976, onde a questão da exploração econômica foi o centro das discussões, foi o primeiro sinal de uma tentativa, da parte dos "doze", de recobrar o tempo perdido. Em consequência, devem ser encontradas soluções o mais urgentemente possível, caso contrário arrisca-se a ver a situação se complicar ainda mais devido à possibilidade de se fazer face a um fato consumado.



O Professor Luiz Carlos Lopes Moreira é Bacharel em Direito, Doutor em Direito Internacional Público pela Universidade de Paris II (Sorbonne), Diplomado pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris. Iniciou seus estudos sobre a Antártica em 1974, defendendo e obtendo aprovação em sua tese de doutoramento na Sorbonne, em 1977, sobre "O Alcance Jurídico e Político da Adesão do Brasil ao Tratado da Antártica". Atualmente exerce as funções de Assessor do Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura, tendo sido designado Representante Suplente do Ministério junto a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e Representante Titular junto à Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR).



DEMOCRACIA E CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL

Luiz Carlos Aliandro

O país se fortalece na proporção em que se estabelecem, entre os nacionais, ideais e objetivos comuns que propiciem maior coesão interna. E a coesão interna se assenta no respeito aos mesmos valores morais e éticos. Sobre essa base comum é possível a discussão, o entendimento e a concórdia sobre o modo de conduzir o acidental, pois a democracia é, antes de tudo, a participação intensa das comunidades nas decisões nacionais. Mas o homem é o mesmo, desde sua remota origem, na sua grandeza e na sua miséria; e somar a grandeza de cada um e conviver com a miséria humana é tarefa da sociedade democrática.

Hoje, a violência é tão rude e brutal como nos tempos bíblicos: violência individual, violência so-

cial e violência entre nações. O relacionamento entre as nações confronta-se de um lado, com a tendência globalizante dos fenômenos econômicos e sociais, num mundo cada vez mais interdependente, e, de outro, com nacionalismos egoístas.

Felizmente, o Direito e a Democracia apresentam extraordinário progresso no sentido de ser minimizada a violência em todos os níveis. O Direito protegendo os fracos. A Democracia protegendo as minorias. Como existem os antidemocratas, ao nível da sociedade dos indivíduos e ao nível das nações, que preferem, pela sede de poder ou do poder, ou quando as divergências são de monta, volatizar as leis, eliminar o antagonista, a deixá-lo praticar seus ideais e advogar

seus direitos, então, a Democracia tem de ser forte para fazer frente ao arbítrio.

Por tudo isso, avulta que deve ser generalizado o estudo das medidas de defesa da Pátria, vale dizer, defesa do patrimônio cultural, defesa do patrimônio moral e ético, defesa do patrimônio territorial e ecológico, defesa das instituições e da Soberania.

No passado, havia um escalonamento nítido, no tempo, entre o preparo, a mobilização e a guerra; hoje, além da concomitância dessas fases, tornou-se mais evidente a participação da nação, como um todo, no conflito. Hoje, a guerra atinge tudo, penaliza a todos; por isso, a paz é problema de todos e de cada um. E vale aqui repetir as palavras de Paulo VI na sua "Mensagem para a Celebração do Dia da Paz", de 1976: "O Desarmamento ou é atuado por todos ou então é um delito, por falta de defesa: a espada no conceito da humana convivência, como está se processando histórica e concretamente, não tem porventura sua razão de ser, para a Justiça e para a Paz? Sim: isso devemos admiti-lo".

Não é agradável o trato do seguro de vida, por subentender a morte. É oneroso o trato da defesa, por subentender a agressão e a guerra. As forças devem ser armadas pelo povo desarmado, para sua defesa.

No momento de crise é válido cobrarmos eficiência, efetividade e eficácia das Forças Armadas, mas também deve ser válido, em tempo de paz, buscando a paz, delas não

descuidarmos, pois, pelo descuido, estabeleceremos uma posição de fraqueza que não nos permitirá exigir justiça nas questões internacionais, não nos permitirá garantir direitos e, o que é mais grave, não poderemos defender a própria Soberania. E a definição dos antagonismos, das pressões, dos inimigos existentes ou potenciais, das hipóteses plausíveis de conflitos — tudo isso para dimensionar, adequadamente e corretamente, as onerosas medidas e meios de defesa — é atribuição dos Poderes da República.

Ocorre, então, a necessidade de ser atribuída a uma instituição, especialmente vocacionais, o estudo dos fundamentos teóricos da Segurança e o equacionamento descompromissado de respostas às questões correlatas. Eis a gênese da Escola Superior de Guerra. E o documento mais importante que ela produz é uma proposta de "Conceito Estratégico Nacional", onde são definidos objetivos, políticos e estratégicos, em decorrência dos quais serão estabelecidas estruturas muito bem definidas, a serão alocados meios adequadamente dimensionados.

A parte nobre do Conceito Estratégico Nacional se consubstancia na definição das Hipóteses de Guerra. Em decorrência delas determinam-se necessidades, confrontam-se possibilidades e são previstos os recursos e as medidas a serem ativadas em caso de concretização de uma ou mais delas, mesmo que esta destinação represente uma postergação de atendimento de reclamos da Nação, de outras origens.

A explicitação correta das Hipóteses de Guerra permite o exato dimensionamento do sacrifício nacional em homens e meios, evitando-se o erro, seja por falta, que seria o desastre nacional, seja por excesso, que poderia reduzir o ritmo de prosperidade do País.

O Conceito Estratégico Nacional é um documento político, cabendo ao Poder Público sua formulação, pois que abrange um período do próprio destino da Nação, nos planos nacional e internacional. E a Escola Superior de Guerra subsidia tanto estudando o método e a técnica para essa formulação como apresentando uma proposta-solução.

É de grande substância o seguinte trecho da Ordem do Dia referente ao XXXVI Aniversário do EMFA.

"Aqui e nos órgãos subordinados, em especial na Escola Superior de Guerra, juntos trabalhamos marinheiros, soldados, aviadores e civis com o firme propósito de coordenar o esforço comum do braço armado da Nação no sentido de que se realizem as aspirações e os interesses maiores de nossa gente, visando à paz e à tranquilidade, mas pensando na guerra".

Como as agressões ao Poderio Nacional são múltiplas; atingindo por todos os seus lados e áreas de interesse, as medidas de "asseguramento" devem ser estudadas, equacionadas e executadas pelos setores específicos atingidos, sendo que, embora os ângulos de visão e as ações resultantes sejam pe-

culares, todos partem iluminados pelo mesmo farol, qual seja o Bem-Comum, e se encontram no mesmo resultado: a Segurança e o Desenvolvimento para a Nação Brasileira.

São centros de irradiação de idéias sobre Segurança e Desenvolvimento, com enfoques distintos:

- a Escola Superior de Guerra;
- os Institutos de Ciência Política, Econômica e Social;
- as Universidades, e os
- Centros de Estudo de Política Internacional e de Estratégia.

São instituições que se haurem da mesma fonte, se unem num mesmo caudal e tendem para o mesmo fim. E vale aqui lembrar que a Escola Superior de Guerra foi e é estruturada sobre quatro pilares, representados pelos quatro Assistentes do Comando: um da Marinha, um do Exército, um da Aeronáutica e, significativamente, um do Ministério das Relações Exteriores.

É a visão de que a solução pacífica das controvérsias deve reger as relações internacionais e que a guerra, tão terrível, principalmente para os profissionais que a estudam, é realmente a última razão, na certeza de que só se tornam estérveis os males que a paz anula. É, ainda, a materialização do desejo de tomar a Paz como meio e não apenas como fim, buscando a "Paz Justa" ao invés da "Guerra Justa".

Após a Primeira Grande Guerra, tornou-se mais evidente e contundente que a guerra não seria mais tarefa só de militares, mas que envolveria a Nação como um todo e

utilizaria todos os recursos disponíveis. Esta constatação levou o Império Britânico, por volta de 1922, baseado em estudos do "Imperial Defense Committee", comitê este presidido por Winston Churchill, então Secretário de Estado para as Colônias, a iniciar a ampliação dos estudos das Escolas de Estado-Maior, a determinar o amálgama das diversas Escolas singulares, e proporcionar íntima participação dos civis, providências estas que culminaram com o estabelecimento do então "Imperial Defense College" que, na palavra de seu primeiro Comandante, em 1927, tinha a seguinte missão: "Estudar como o poderio das Nações que compreendem o Império pode ser orientado para sua defesa, incluindo não só suas Forças Armadas em cooperação, mas aplicando todos os recursos que constituem o poderio dessas Nações — *economics, commerce, geography of manufactures, command of markets etc.* O objetivo é dirigir a atenção para um campo mais amplo do que o da operação de forças navais, exércitos e forças aéreas, treinando os cursantes para utilização do poderio nacional em todas as suas formas. A pretensão não é prepará-los para o planejamento detalhado de operações militares, mas fazê-los conhecer tanto a interdependência entre as forças singulares, como entre elas e a conduta política da Nação e, ainda, de que maneira elas são afetadas pelo problemas de suprimentos e utilização de recursos do Império".

Ao fim desse primeiro curso, assim relatou o Comandante:

"Penso que, embora os trabalhos realizados tenham sido em caráter experimental, registrou-se que os militares e civis cursantes ficaram alertados para a necessidade do estudo dos problemas da guerra de modo global e verificou-se que foi fácil para os militares, trabalhando juntos continuamente, discutir e chegar a acordo sobre matérias que trazem embutidos aspectos polêmicos".

Cinquenta anos após a fundação do IDC, assim se referiu o *Chief of Defence Staff*, traduzindo de modo resumido: "Há dois aspectos que perduram nos cinqüenta anos. O primeiro é que tanto na missão inicial que se referia à defesa do Império, como na atual, que se refere à defesa da Democracia Ocidental, os cursantes militares voltam para suas funções com uma visão mais ampla de suas atribuições na defesa e dos problemas a ela correlatos; e, os civis voltam mais conhecedores dos problemas de defesa; todos, portanto, mais habilitados para as decisões em suas áreas de responsabilidade. O segundo aspecto que se nota ao longo de cinqüenta anos é a existência de laços que unem todos os que freqüentaram a Instituição, que são fortalecidos com o passar dos tempos, permitindo e facilitando a solução de problemas de toda ordem, em benefício de serviço. Julgo que estes dois aspectos continuarão a existir quaisquer que sejam as variações curriculares e a composição do corpo de cursantes".

Com a mesma filosofia básica do "Imperial Defense College",

seguiu-se a criação do "National War College", nos Estados Unidos da América e, há trinta e três anos, da Escola Superior de Guerra, no Brasil.

Para se opor à guerra totalizante teria de ser estabelecida a "defesa total". Essa idéia de "defesa total" foi inspiradora do novo entendimento do vocábulo segurança e, em consequência, da expressão "Segurança Nacional".

Eisenhower entendia que "Segurança Nacional" é "um estado de prontidão organizada e comprehende todo o povo, todos os empreendimentos e todo o governo". O General Lyra Tavares assim se expressou: "Segurança é um estado, ao passo que a Defesa é um ato ou conjunto de atos diretamente ligados a determinado tipo de ameaça caracterizada e medida. A Defesa organiza-se para o fim especial de repelir um ataque previsto, ao passo que a Segurança, no sentido em que encaramos, é estabelecida com doutrina integral contra qualquer tipo de ameaça que ela própria — a Segurança — torna inoperante e desencoraja".

O conceito atual de "Segurança Nacional" da Escola Superior de Guerra é o seguinte:

"*Segurança Nacional* é a garantia em grau variável, proporcionada à Nação, principalmente pelo Estado, por meio de ações políticas, econômicas, psicosociais e militares para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes, a despeito dos antagonismos e pressões existentes ou potenciais".

No entanto, o uso impróprio da expressão "Segurança Nacional" bem como a sua má tradução de textos estrangeiros que se referem à "defesa total", vale dizer, em seu sentido universal de envolvimento total da Nação na defesa contra qualquer tipo de ameaça provinda do exterior, criaram uma imagem distorcida do sentido correto de "Segurança Nacional".

Ao envolvimento total da Pátria no conflito a "defesa total" comprehende a defesa do patrimônio cultural, a defesa do patrimônio moral e ético, a defesa do patrimônio territorial e ecológico, e a defesa das instituições e da Sobrania.

O inusitado de proporcionar-se segurança de nacionais, frente a ameaças de patrícios, vale dizer, nacionais contra nacionais, trouxe mais dificuldade ao entendimento cristalino de "Segurança Nacional". Ainda, é comum o uso da expressão "Segurança Nacional" para se referir à Ordem na Nação, à harmonia nacional, que é o somatório da ordem jurídica, da ordem política, da ordem social e da ordem econômica.

Outrossim, são aspectos distintos, mas muitas vezes tratados de uma, a "Segurança dos Nacionais", a "Segurança do Estado", a "Segurança do Regime Democrático" e a "Segurança Nacional". Querer colocar todas estas idéias diferentes numa mesma classificação, mesmo didática, numa chave, tem trazido um enfraquecimento no entendimento correto e necessário de "Segurança Nacional", tão vital para a Nação.

Além disso, há dois sentidos para o vocábulo segurança, e é comum verificar-se que, num mesmo texto, misturam-se as duas acepções:

Segurança — no sentido objetivo — que é ato ou medida de tornar seguro, salvo de agressões, isento de perigo, isento de risco de acidente (Segurança-Proteção);

Segurança — no sentido subjetivo — que é estado ou qualidade de estar seguro; confiança, tranquilidade de espírito resultante da crença de que não há perigo ou dificuldade a superar; livre de medo ou de qualquer forma de coação física, moral, intelectual e espiritual (Segurança — Condição).

Sob esta ótica:

Segurança da Nação — enquanto estado, é a condição de tranquilidade e confiança resultante do trabalho de todos no sentido de alcançar o Bem-Comum; enquanto ato ("defesa total"), é o conjunto de medidas lícitas, legais e legítimas tomadas pelo Estado, no sentido de neutralizar as ameaças ou agressões que se dirigiam contra a harmonia nacional.

A segurança da pessoa humana deve existir de modo satisfatório nos dois planos em que, como cidadão, se realiza: o do convívio entre as pessoas e o das suas relações com o Estado. A segurança do cidadão, no plano do convívio entre as pessoas, refere-se à ordem social que deve ser o resultado do esforço sempre renovado do ho-

mem, tendendo sempre a se aproximar de um ideal inatingível de perfeição. A ordem social não existe ao homem, mas é criada por ele.

A segurança do cidadão, no plano das suas relações com o Estado tem como referencial básico a normatividade jurídica. A segurança do cidadão contra a prepotência e os desmandos dos governantes deve basear-se na certeza jurídica de que determinados procedimentos serão mantidos e outros impedidos. Com a acentuada tendência de mudança das regras do direito positivo, em função das necessidades emergentes do processo de desenvolvimento econômico e social, é imprescindível a fixação de uma base estável, sob cujos parâmetros sejam orientadas as mudanças nas normas jurídicas.

Os direitos humanos, sendo naturais e a-históricos, encontram-se fora da órbita do Estado, criação do homem e, por isso, a ação estatal há de encontrar limites no domínio da liberdade individual.

As liberdades públicas contam com garantias políticas e com garantias jurisdicionais. As garantias políticas decorrem do direito de crítica, tanto no que se refere à manifestação de pensamento, como no de serem estabelecidos grupos de pressão sobre os órgãos estatais. São também asseguradas pela separação e independência dos poderes, permitindo-lhes fiscalização mútua na salvaguarda das liberdades. Ainda, as eleições são instrumentos das garantias políticas, no que se refere ao livre acordo e desacordo com a política em curso.

As garantias jurisdicionais consistem no independente controle da constitucionalidade das leis e dos atos administrados, no que diz respeito às liberdades públicas e, ainda, na faculdade de serem tanto impostas sanções disciplinares aos responsáveis por violações a essas liberdades, como obrigadas as reparações pelos danos causados.

A Segurança do Estado tem um sentido particular e peculiar. O Estado é a organização de toda a Nação e não um aparelho em mãos do Governo. Os governos são servidores do Estado, por vontade própria da Nação, e vontade revelada nas urnas.

É o povo que tem um Governo e não o Governo que tem um povo. O Governo deve ser forte somente para defender seu povo.

A defesa do Governo é assegurada pela sua legitimidade, da qual decorre a autoridade para as medidas de sua sobrevivência e da Segurança do Estado. Imposta, a defesa do governo é violência. Quando a sua legitimidade se enfraquece, ocorrem medidas ditas de segurança, mas que são de manutenção de grupos no poder, que não são medidas legítimas de segurança; são inaceitáveis medidas de representantes contra os seus representados. Não se estará mais protegendo o Estado, mas, sim, determinada concepção política. Nesse caso, o preço da pseudo-segurança do Estado é a insegurança total dos cidadãos.

É nefasta a idéia de que a defesa do Governo precisa de mais força que a insuperável força da Lei.

Outro entendimento particular e peculiar é o da *Segurança do Regime Democrático*.

A Segurança do Regime Democrático decorre, simplesmente, da plena confiança nesse regime, o que pressupõe, segundo os cientistas políticos:

- compreendê-lo como regime de tolerância e de convivência das controvérsias;
- o entender que o medo da democracia é muito pior do que a inimizade em relação ao regime democrático;
- a prática integral do estilo de vida democrático;
- a concordância no fundamental, única concepção da vida e do mundo, e discordância no acidental, soluções diversas para os diversos problemas; e
- o domínio da inimizade na coletividade política.

O cumprimento dos pressupostos acima exige:

- estabelecimento e difusão do espírito democrático;
- cidadão imbuído não só da virtude pessoal como da virtude cívica;
- cidadão pronto ao sacrifício contínuo de si mesmo, de todos os seus interesses, envolvendo um desprendimento total, tendo em vista o Bem-Comum;
- o respeito à Constituição e às Leis;
- o senso do compromisso, isto é, a busca da solução aceitável por todos;
- o respeito ao próximo;

- a aceitação da participação de todos no poder;
- o direito de conhecimento das causas das medidas, bem como o de discordar das soluções;
- a tolerância, a transigência, o respeito à oposição e ao diálogo.

O cumprimento desses pressupostos assegura a concretização da segurança do regime democrático, que tem seu grande desafio no equilíbrio, na harmonização do idealismo com o realismo, pois o democrata não pode ser um utopista. O regime democrático não deve ter vocação suicida, com os flancos abertos aos que querem pervertê-lo.

A vigência da legalidade implica a contenção do arbítrio dos que governam, mas prevê a utilização de instrumentos jurídicos que deverão ser acionados em momentos de grave crise política, econômica ou político-econômica, com o objetivo de preservar a estabilidade das instituições democráticas.

Democracia não significa ausência de autoridade, mas autoridade dentro da Lei. O pior inimigo da Democracia está no íntimo dos homens, se não é concebida como o império da Lei, no qual todos se nivelam pelo equilíbrio entre direitos e deveres, prerrogativas e responsabilidades. A liberdade sacrificada representa perda vital para a Ordem. A defesa da liberdade alicerça a Ordem, em sólidas bases.

Um dos maiores desafios aos regimes democráticos é a busca de conciliação das liberdades com a necessidade de Ordem. Só a liber-

dade pode tornar segura a Segurança (Ordem). Sem a garantia dos direitos humanos, a Ordem é tirania e o Desenvolvimento é privilégio. Ordem e liberdade são interdependentes e individualmente indispensáveis.

Finalmente,

Segurança do Regime Democrático, enquanto estado, é a resultante da total vivência democrática pelos cidadãos; enquanto ato, é o conjunto de medidas lícitas levadas a efeito pelos cidadãos e pelas instituições nacionais, devidamente legitimadas, no sentido de anular agressões de qualquer natureza e origem, que tencionem romper a harmonia democrática nacional.

E imprescindível um conjunto de normas tipificando os crimes que possam ser cometidos contra a Segurança dos Nacionais, a Segurança da Nação, a Segurança do Regime Democrático, a Segurança do Estado e a Segurança Nacional, incluindo o entendimento sobre cada uma delas bem como autorizando as medidas de prevenção e repressão que a própria sociedade reclama. A confusão e a exacerbão nesses diversos conceitos acontecem nos sistemas supressivos da liberdade onde, sob as deformidades impostas à figura do Estado, é desnorteada e oprimida toda a Nação.

O problema de “asseguramento” é um problema de limite, de equilíbrio, de boa fé. O Estado, a Nação, o Regime Democrático, os Nacionais não podem, de per si ou em conjunto, abdicar de seus direi-

tos de defesa, mas cada um deve ter o seu circunscrito ao âmbito próprio.

A tipificação dos atos criminosos, definidos com cautela e precisão, sob inspiração dos postulados democráticos, permitirá à Justiça, na esfera e nos níveis de sua atuação, o eficiente processamento e julgamento dos delitos cometidos. Será evitado que a função penal degenera de instrumento de justiça em meio de castigar os atos de criminalidade duvidosa.

O confronto Poder versus Oposição é a força motora da História em todas as sociedades. A partir dos interesses dos que estão no poder, pode-se inferir os interesses dos que não o possuem e assim chegar-se à identificação dos rumos corretos que levam ao desenvolvimento e harmonia nacionais.

A Democracia haverá sempre de conviver com a inquietação e a diversidade de opiniões, fontes permanentes da renovação e do progresso. No entanto, ao direito de haver oposição, deve corresponder, para o Governo, o direito de governar.

A Democracia é um regime político baseado em três princípios fundamentais: da relatividade, o da rotatividade e o da reciprocidade do poder. Quanto à legitimidade do uso do poder, indispensável à vivência democrática em uma Nação, tem-se:

"Legitimidade de origem", isto é, legitimidade do acesso ao poder, decorrente de explícita outorga de faculdades governamentais, pela Nação, a um de seus mem-

bros". É a origem popular do poder.

"Legitimidade corrente", isto é, legitimidade do uso do poder; esta, só a possuem aqueles que exercem o poder de modo a assegurar à Nação, que todos os meios disponíveis, ao serem empregados, não discrepam dos anseios autênticos e predominantes da própria Nação".

"Legitimidade teleológica", ou legitimidade da destinação do poder, que não deverá ser utilizado em detrimento da Nação, seja na hipótese de levá-la a buscar o atingimento de objetivos espúrios, seja na de pretendarem os governantes fazer uso do poder em benefício próprio, em lugar de orientar todos os esforços na busca do Bem-Comum".

A falsa legitimidade é pior do que a ausência da legitimidade. É a consagração da impostura. E a corrupção é a expressão moral mais comum, secreta e tortuosa da impostura. E a preservação do poder, a todo custo, torna necessários o centralismo, o elitismo e a repressão, acompanhados pela inefficiência, pela estagnação e pela alienação.

Não existe Democracia econômica de um lado e Democracia política de outro – ela é um fenômeno indivisível. A relação entre o desenvolvimento econômico e a Democracia é das mais instáveis e difíceis, uma vez que a ordem econômica deve respeitar a modelagem determinada pela ordem jurídica, pela ordem política e pela ordem social.

Sem a liberdade na economia, a liberdade política é fictícia.

Só uma relação econômica de equilíbrio entre os nacionais permite que haja uma boa relação política. Trata-se da extensão do regime democrático, da ordem política, à ordem econômica e social.

Ou a sociedade democrática resolve o problema econômico por meio democrático ou deixa de ser sociedade democrática. Contudo, a Democracia dispõe, e só ela, de

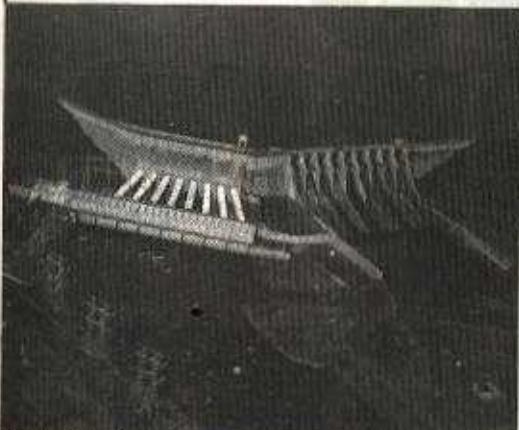
uma dinâmica interna capaz de fazê-la evoluir de uma democracia política a uma democracia também social e econômica.

Desenvolvimento Nacional, enquanto estado, seria o atingimento pleno do Bem-Comum, o que é utópico; ou a Nação satisfeita com o estágio atingido, o que é estagnação; enquanto ato, são as medidas levadas a efeito pelos cidadãos e pelas instituições nacionais, no sentido de continuar perseguindo o Bem-Comum.



O Major Brigadeiro (RR) Luiz Carlos Aliandro é da turma de Aspirantes a Oficial Aviador de 12 de agosto de 1944. Entre as diversas e importantes missões militares desempenhadas ao longo de sua carreira, foi o primeiro Comandante do Núcleo de Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, Diretor do Curso Superior de Guerra e Chefe do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. É atualmente Presidente da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), Brasília, DF.

A história da energia no Brasil tem um capítulo inteiro escrito pela Mendes Júnior.



Hidrelétrica de Itaipu.



Hidrelétrica de Itaipu.



Plataforma de concreto "off shore".

Na década de 50 o Brasil deixou de esperar o racionalismo que então justificava a construção de uma usina. Foi o capítulo "hidrelétricas promovendo a política de desenvolvimento nacional." "

Com apenas 7 anos de vida, a Mendes Júnior enfrentou o seu primeiro grande desafio na construção de Furtius e comprometeu-se integralmente na geração de energia para o País.

Já está em funcionamento as hidrelétricas de Cachoeira Dourada,

Rio da Casca, Boa Esperança, Jaguara, Volta Grande, Moxotó, Marimbondo e Ithumbá. A Mendes Júnior participa agora da construção de Taquaruçu, Rapacica e Itaipu.

Hoje a Mendes Júnior é responsável por 25% da potência hidrelétrica instalada no País. Mas, a sua contribuição não se limita ao capítulo hidrelétricas.

Ela se integrou ao esforço de exploração do nosso petróleo. No mar, construiu plataformas off shore de concreto que operam no Nordeste e construiu uma jaqueta



Linha de alta

metálica para a bacia de Campos. Na terra, construiu a primeira usina de beneficiamento de óxido.

Hoje quando a Mendes Júnior olha para trás, não pode estar orgulho pela sua parcela no desenvolvimento do País.

E, com muita satisfação continua aumentando sua capacidade técnica, coragem e determinação, para escrever novos capítulos da história da nossa luta para alcançar a auto suficiência energética.

Quanto forem necessários. Mendes Júnior



1985



O MAR: ENFOQUE GEOPOLÍTICO

Therezinha de Castro

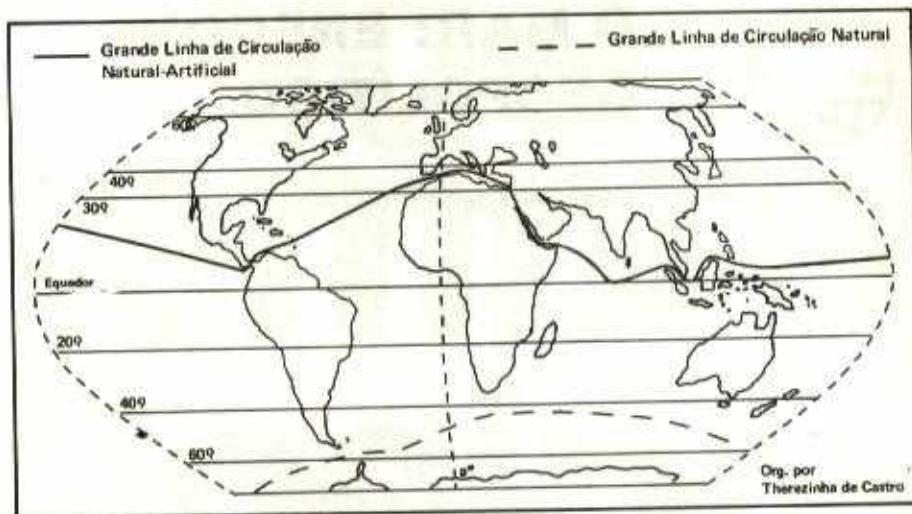
INTRODUÇÃO

Embora a Geografia e a Economia se venham dedicando ao estudo das fronteiras, a Geoestratégia e a Geopolítica são as que mais se aprofundam nesses estudos. Nessas condições, em se tratando da defesa nacional, as fronteiras se classificam em principais e secundárias; as primeiras representando as zonas afeitas a operações bélicas de magnitude e as segundas mais protegidas contra o inimigo externo. Atendo-se a essa classificação da Geoestratégia, a História nos mostra que as mesmas variam através do tempo, no espaço, em função dos diferentes graus de estabilidade ou instabilidade por que passaram ou passam.

Em se tratando da Geopolítica Integralizada, num sentido mais amplo, as fronteiras se classificam

em terrestres, marítimas e aéreas, correspondendo aos respectivos espaços nos quais exercem suas funções.

Ao focalizar as fronteiras marítimas, a Geopolítica vai ingressar num campo bastante prolixo, que exigirá, além de grande esforço, também uma perspicaz e profunda compreensão dos problemas que irá enfrentar. Sobretudo, levando-se em conta estar o mundo atual dividido em dois grandes blocos de ideologias rivais; consequência de um eixo histórico que se desenvolveu na faixa compreendida entre as latitudes de 30° e 60° norte (Mapa 1). E se foi nesse hemisfério que se implantou a rota da expansão da civilização, nele se concentrou o mais importante eixo de comunicação através da Grande Linha de Circulação Natural-Artificial. Num confronto, avulta a im-



portância da Antártica, ainda sem estatuto jurídico (cobiçada por potências setentrionais), no hemisfério sul eminentemente marítimo, em torno da qual se delineia a Grande Linha de Circulação Natural livre de quaisquer imposições do Direito Internacional. Dentro do contexto geopolítico, talvez seja mais exato concluirmos (guardadas as devidas proporções dentro do fator tempo), que nos encontramos ainda, a despeito da conquista do espaço aéreo, num caracterizado choque entre a expansão terrestre e o Poder Marítimo.

Como o alto-mar é zona internacional, as fronteiras marítimas correspondem ao espaço compreendido entre a linha de costas e águas próximas; compondo-se de mares territoriais ou jurisdicionais, das zonas contíguas e da plataforma continental.

O mar territorial ou jurisdicional se constitui numa faixa ao longo da costa de um Estado sobre a

qual este exerce seus direitos de propriedade e de soberania. A linha de base normal que serve para medir-lhe a extensão é "a linha da baixa mar ao longo da costa, tal como se acha nas cartas marítimas de grande escala, reconhecidas oficialmente pelo Estado Ribeirinho". Assim particulariza a Convenção de Genebra sobre o mar territorial e a zona contígua que "onde existe uma série de ilhas ao longo da costa e em proximidade imediata, o método das linhas de base retas, ligando os pontos apropriados, pode ser adotado para o traçado da linha a partir da qual é medida a extensão do mar territorial". No entanto, como "o traçado destas linhas de base não pode afastar-se de maneira apreciável da direção geral da costa", conclui a referida Convenção que "as zonas de mar situadas aquém dessas linhas devem estar suficientemente ligadas ao domínio terrestre para que sejam submetidas ao regime de águas

internas". Conseqüentemente, o Estado Ribeirinho deve indicar com clareza as linhas de base retas nas cartas marítimas, assegurando-lhes a suficiente publicidade.

O limite do mar territorial vem a ser definido por "uma linha cujos pontos se situam a uma distância igual à extensão do ponto mais próximo da linha de base"; as linhas de base são traçadas em direção ou a partir das elevações de terreno descobertas na maré baixa.

A zona contígua "não pode estender-se além de 12 milhas contadas da linha de base que serve de ponto de partida para medir a largura do mar territorial".

A Convenção de Genebra, de 1958, foi o documento básico para o Brasil até o Decreto de 25 de março de 1970 estendendo para 200 milhas o nosso mar territorial. É esse ato unilateral adotado por vários países, notadamente sul-americanos, que a Convenção para os Direitos do Mar, elaborada em 30 de abril de 1982, em Nova York, procura anular. Os Estados Unidos ao lado da Turquia e de Israel, votaram contra a Convenção, enquanto o Brasil e outras 130 nações se manifestaram a favor, com a Rússia, o leste europeu e países nórdicos se abstendo.

O documento altamente polêmico só poderá ser adotado oficialmente pelo Brasil se ratificado pelo Congresso; e só terá força de documento jurídico internacional quando obtiver 60 ratificações ou adesões necessárias para entrar em vigor.

Segundo essa nova Convenção o mar territorial será mantido den-

tro das 12 milhas, porém, acrescido de uma zona econômica exclusiva de 188 milhas e de uma plataforma continental jurídica de até 350 milhas.

A plataforma continental que corresponde a menos de 10% do leito dos mares, forma a parte do território submerso de um Estado da linha média das marés na costa até a curva batimétrica de 200 metros. É justamente a partir daí que as terras submersas descem com maior inclinação até as profundidades da região abissal entre 3.300 e 5.500 metros abaixo da superfície do mar; devendo-se notar que a profundidade média das águas do mar é de 3.800 metros, enquanto mais de 75% do solo oceânico se acha à profundidade de menos de 5.000 metros.

Conclui-se, então, que enquanto o Direito Internacional procura determinar o espaço marítimo, no qual os Estados devem exercer a sua soberania, a Geopolítica é levada a determinar a esfera marítima de domínio desses mesmos Estados. Isto porque o espaço marítimo se constitui em zona de contato e de acesso no âmbito das Relações Internacionais, mantendo, dentro do contexto, linhas de inversão que requerem a médio e a longo prazos previsões não só custosas como ainda intrincadas; tudo isso, tendo em vista que se em tempos remotos o mar se constituiu numa fronteira natural segura, atualmente deixou de sê-lo.

Conseqüentemente, "a grande influência que exercem os valores do mar, na vida e evolução dos Estados, permite apreciar que este é

um elemento de preponderante importância geopolítica". (Jorge E. Atencio — *Qué es la Geopolítica.*)

Dentro, pois, do enfoque geopolítico, o mar se constitui num dos elementos geográficos de maior influência na vida dos Estados, na relação direta de seu espaço.

Calculada a superfície total do Globo Terrestre em 510.100.800 km², observa-se que apenas 144.118.350 km² constituem área terrestre, enquanto 365.982.450 km² são ocupados pelas águas; o hemisfério norte da Terra possui 39% de terra firme e 61% de água, enquanto o hemisfério sul se apresenta com 17% de terra firme para 83% de água. Por outro lado, curiosamente, ao examinarmos um Planisfério, observamos que (numa cifra de 19 em 20 vezes) cada vez que tocamos num ponto da superfície em terra firme seu antípoda corresponde a uma região de águas; esta é a primeira lei geral da oposição diametral dos continentes e mares.

Conclui-se então que do "mare liberum" do holandês Grotius ao "mare clausum" do inglês Selden, o mar exerceu, desde primórdios da História, dentro de suas características ambientais, influências decisivas nas atividades humanas.

A circulação marítima, englobando desde a mobilidade e capacidade dos navios até a unidade dos oceanos, é o grande fator do Poder Marítimo. Embora a superioridade aérea seja apontada como uma das condições para o domínio do mar, "a tese de quem

controla a subsuperfície ou o ar, controla *ipso facto*, a superfície, não é verdadeira. Ao contrário, para controlar a subsuperfície e o ar sobre alto-mar, é preciso, primeiro, controlar a superfície... Apesar dos progressos que possam ser realizados na navegação aérea, a maior parte do volume do comércio internacional será transportada pelo mar e pelo mar serão conduzidas as Forças Armadas, com seu armamento e equipamento para a ocupação do território de um dos beligerantes que dará fim à guerra". (Almirante A. C. Raja Gabaglia — *Algumas Considerações sobre o Poder Marítimo* — "A Defesa Nacional" nº 545 — dezembro de 1959.)

Levando-se em conta ser o mundo atual economicamente interdependente e que o grosso do comércio se faz por meio de navios, conclui-se que: "na guerra, o bloqueio das Forças Navais pode privar eficientemente uma nação do comércio marítimo e reduzir assim o seu potencial de guerra. Na paz, ele pode ser usado restritamente para impedir uma nação de praticar um ato que faça perigar a concordia mundial". (Capitão Roberts D. Powers Jr. — *O Bloqueio para Vencer sem Matar* — "A Defesa Nacional" nº 549 — abril de 1960.)

E do conceito de autoridade que evolui para o de soberania, passando para o de domínio, para, no dispor de forças, chegar ao Poder, veremos que este, estruturando toda uma política nacional se gera durante a paz dentro do "si vis pacem para bellum". Consequentemente, a despeito de novos

e sofisticados armamentos, o domínio dos mares continua a representar papel de suma importância numa escala ainda maior da que foi no tempo de Mahan.

A TEORIA DO PODER MARÍTIMO

Considerado o "Evangelista do Poder Naval", o Almirante Alfred Thayr Mahan (1840-1914) ganhou prestígio mundial através de seu livro *Influência do Poder Marítimo na História (1660-1782)***, editado em 1890 e traduzido do inglês para vários outros idiomas.

Nessa obra desenvolve sua célebre teoria do Poder Marítimo com base em fato historicamente comprovado de que o controle dos mares para fins comerciais e militares fora trunfo decisivo em todas as guerras desde o século XVII. Sintetizando que "o Poder Marítimo é a base vital do poderio de um Estado", englobava sua doutrina dentro de quatro fatores:

1º — Posicionamento e Fisiografia.

2º — Extensão Territorial.

3º — Aspecto Psicossocial: População e Caráter Nacional.

4º — Política de Governo.

Considerando o Poder Marítimo intrinsecamente superior ao Terrestre, analisava Mahan, em con-

fronto, o posicionamento e fisiografia da Inglaterra, França e Holanda. Descrevia a Inglaterra como um país sem problema de fronteiras terrestres, num "esplêndido isolamento" que a mantinha geograficamente afastada do continente mas podendo, pelo seu posicionamento em relação à Europa, agir contra portos continentais. Nessas condições, com o mínimo de poder militar terrestre, mas com uma frota soberana, tinha sempre a vitória final. Em suma, por seu posicionamento e fisiografia pôde prescindir de um grande Exército e encetar todos os meios e esforços na direção de seu Poder Naval.

Quanto à França, sua desvantagem se encontrava não só nos interesses continentais a defender como ainda na dupla costa Atlântica-Mediterrânea, tendo, pois, que repartir seus meios navais; soldada ao continente como a Holanda, não era, portanto, beneficiada com a insularidade inglesa.

Para Mahan, as costas como fronteiras marítimas, dependiam das condições portuárias de que dispunham, quer como fatores de poderio e riqueza na paz ou de debilidade em tempos de guerra, carente, portanto, do desenvolvimento do Poder Naval. A fisiografia também contribuia para a maior ou menor atração marítima. Um território que pela gama variada de recursos viesse a bastar a um Estado, o induziria fatalmente à continentalidade; contrariamente, outro impelido pela pobreza, estaria mais predisposto à maritimidade.

* Publicou ainda entre outros trabalhos: "A Influência do Poder Marítimo na Revolução Francesa e no Império (1793-1812)" (Ed. 1892); "Os Interesses da América no Poder Marítimo" (Ed. 1897); "O Poder Naval e sua Relação com a Guerra de 1812" (Ed. 1905); "Da Vela ao Vapor" (Ed. 1907); "Administração Naval e Guerra Naval" (Ed. 1908); "Estratégia Naval" (Ed. 1911).

Por outro lado a maior ou menor extensão costeira poderia vir a representar um fator de força ou de debilidade na razão direta em que viesse a influir na atração do efetivo populacional e sua consequente disposição para o Poder Marítimo. E, em se tratando de Poder Marítimo, uma frota poderosa interessará bem mais ao Estado que possua maior número de habitantes dedicados às atividades relacionadas com o mar do que propriamente em função de sua população total.

Em se tratando do segundo ponto da Doutrina de Mahan, o da extensão territorial, para compensá-la tratou a Inglaterra de adquirir "glacis defensivos", ocupando posições geoestratégicas, primeiro nos mares interiores e estreitos; e assim, do Mediterrâneo, partiu para os oceanos.

Nessa corrida marítima tanto a França quanto a Holanda levaram, comparativamente com a Inglaterra, grande desvantagem. Sobretudo a Holanda, que no Congresso de Viena (1815) entregou à Inglaterra tanto a Colônia do Cabo como a ilha de Ceilão, dois pontos geoestratégicos imprescindíveis na rota oceânica.

Rota oceânica de comércio abandonada por Portugal, depois ocupada pela Holanda e que entraava então na esfera de interesses da população inglesa, que, sustentando o Poder Naval, necessitava do que Mahan caracterizava como "flechamento de rotas".

Assim, dentro do aspecto psicossocial, Mahan distinguiu o fato da população francesa apresentar-

se com um caráter nacional mais ligado a terra que lhe bastava para a sua subsistência; em contrapartida, tanto os ingleses quanto os holandeses, sem espaço territorial que lhes satisfizesse, pelo menos o setor alimentar, tinham que valer-se do mar.

O mesmo fenômeno ocorreria entre Portugal e Espanha; os portugueses, pela exiguidade de seu espaço e "esplêndido posicionamento" no Atlântico, lançaram-se muito antes dos espanhóis ao mar e nele se mantiveram mais tempo, em busca de uma sobrevivência e jogo de interesses que seus vizinhos na Península Ibérica vislumbravam mais largamente no continente.

Dentro do quarto e último item de sua doutrina, Mahan aborda a política governamental inglesa, bem mais orientada para o mar, contrastando com a da França, de interesses hegemônicos no continente. Afirmava Mahan que as diretrizes de um bom governo eram as que se identificavam com o espírito de seu povo, sabendo, como os reis ingleses sempre o souberam, interpretar suas inclinações para o mar, encaminhando o Estado à consecução de uma política coordenada para o Poder Marítimo. Assim, a política de Henrique VIII, transformando os solos agrícolas em campos de pastagens para a obtenção da lã de carneiro para as fábricas, bem como as bases da industrialização lançadas por Elizabeth I, colocaram a Inglaterra numa maior dependência do mar; dependência que o Ato de Navegação de Cromwell (1651) veio acenhar e consagrar.

Mahan exerceu de 1890 até o começo da Primeira Guerra Mundial, quando faleceu, influência marcante na Doutrina Naval de Guerra. Para esse militar estadunidense, nascido em West Point, o Poder Terrestre encontrava obstáculos geográficos que a unidade e mobilidade dos mares superavam. Tornou, por isso, seu, o lema de Temístocles, o vencedor da Batalha de Salamina — "aquele que comanda o mar comanda todas as coisas"; e aderiu a Ratzel ao pregar ser o mar a "fonte de poder nacional". Nessas condições afirmava Mahan: "nenhuma vantagem de posição pode contrabalançar no correr do tempo, a decisiva inferioridade em Força Móvel organizada... É pela utilização da posição pela Força Móvel que a guerra se decide... O valor de uma posição não lhe é dado tanto pela situação geográfica quanto pela maneira por que é utilizada". De fato, com a aviação os oceanos encurtaram em distância, perdendo ainda mais a característica de separador dos povos. Em contrapartida, a diminuição das distâncias fez "crescer o valor político das áreas ocupadas pelos oceanos, embora a importância dos mesmos à superfície, em relativa proporção, haja sofrido". (Everardo Backheuser — *Aspectos Geopolíticos do Mar — "A Defesa Nacional"* nº 539 — junho de 1959.)

Defendendo sua doutrina, Mahan passava do determinismo ao possibilismo ao afirmar que "a superestrutura dos processos táticos deve ser periodicamente alternada ou substituída; no entanto, os an-

tigos fundamentos da estratégia permanecem até hoje, como se repousassem sobre uma rocha".

Considerando a guerra como uma arte, afirmava: "o almirante tem menos oportunidade de acertar ou errar que o general".

Através de estudo metódico da guerra naval procurou mostrar tanto à França quanto aos Estados Unidos que a política inglesa era melhor dirigida. A missão da Marinha de Guerra limitada a defesa de costas e a guerra de corso tinha que ser outra. Tinha que dominar a Marinha de Guerra inimiga, pois só assim obteria o domínio do mar; e uma vez obtido o domínio do mar, estaria patenteado o controle das comunicações marítimas do adversário e a consequente destruição de seu comércio por mar. Todo esse processo tático implicava no fato de que os objetivos das forças navais deveriam ser tanto as frotas de guerra quanto as frotas mercantes dos adversários.

Para Mahan, Poder Marítimo não era sinônimo de Poder Naval, visto que "não compreende apenas o potencial militar que, navegando, domina o oceano ou parte dele pela força das armas, mas também o comércio e a navegação pacífica que, de um modo vigoroso e natural, deram nascimento à Esquadra e graças a ela repousam em segurança".

Em função do dogma de concentração marítima de Poder, Mahan defendia uma aproximação real e efetiva entre os Estados Unidos e a Inglaterra. A identidade psicossocial cimentada pelo fato dos Estados Unidos terem sua civi-

lização oriunda da Inglaterra, levou Mahan a conceber essa aliança, pois só ela tornaria os dois imbatíveis no mar.

Mostrava que os Estados Unidos reuniam fatores necessários ao desenvolvimento do Poder Marítimo, já que seu posicionamento, sua configuração fisiográfica e extensão territorial preenchiam os requisitos. Defendendo suas idéias de Poder Marítimo, teve Mahan influência na aquisição pelos Estados Unidos dos "glacis defensivos" formados pelo Havaí e Filipinas na frente do Pacífico; bem como na própria abertura do Canal do Panamá, elo de união entre as duas costas do país, e sua defesa mais efetiva com esta rota bem menor que a do cabo Horn.

E foi assim que Mahan extrapolou para a Geoestratégia ao estabelecer a ligação do Poder Marítimo com a Política Nacional.

Sabe-se que Mahan sofreu, de início, grande oposição por parte da Escola de Alto Comando Naval de seu país, à semelhança do que ocorreu com Sergei Gorshkov até 1952, na Rússia, com sua Doutrina de Facilidades Navais. Dentro do princípio de que "santo de casa não faz milagres", Mahan só começou a ser escutado nos Estados Unidos quando o Imperador Guilherme II da Alemanha se tornou seu discípulo e admirador, e o Almirante Togo recomendou a leitura da obra do geopolítico e geoestrategista estadunidense aos oficiais japoneses. Só então seus conceitos sobre Poder e Estratégia Navais iriam servir à sua Pátria dentro de uma base de sólida consciência

marítima cujos frutos começaram a ser colhidos logo após a Primeira Guerra Mundial.

Autêntico ponto cardeal dos acontecimentos políticos, o mar tem sido fator geopolítico de suma importância na História da Humanidade. Influenciando mais na vida de alguns povos do que de outros, observa-se que "de todos os países da América do Sul é o Brasil o que mais necessita de um grande e poderoso desenvolvimento marítimo e correspondente influência transatlântica, para base de sua expansão econômica e comercial, e garantia de uma desafogada liberdade de movimentos no seu tráfego através dos mares. Ora, uma das primeiras consequências políticas dessa atividade marítima seria, pela freqüência das comunicações, a ligação de todo um disperso grupo de territórios da mesma língua, isto é, da língua portuguesa". (J. Gaillard — *Le Développement Maritime et l'Avenir Transatlantique du Brésil*.)

Levando-se em conta constituir-se o Poder Naval um legítimo meio de segurança, sabe-se que, além da posição geoestratégica vantajosa, "o espaço brasileiro facilita a construção de portos e bases e até possibilita a penetração de grandes navios em regiões intérieures". Por outro lado, nossa "população é numerosa e possui acentuado pendor para o mar". Consequentemente, o Brasil "apresenta, em muito vantajosas condições, aqueles fatores, que, segundo Mahan, proporcionam o desenvolvimento do Poder Marítimo. Precisamos aproveitar essas condições

favoráveis para que o Brasil, através de uma frota mercante poderosa, apoiada convenientemente por bases e arsenais e garantida por forças navais adequadas, possa ter, realmente, um comércio desenvolvido, que lhe assegure um desenvolvimento econômico proporcional ao seu grandioso potencial". (Major Octávio Tosta — *Mahan e o Poder Marítimo* — "A Defesa Nacional" nº 546 — janeiro de 1960.)

Num confronto, à luz da Doutrina de Mahan, é sobretudo notória a importância do Brasil no âmbito regional do Atlântico Sul:

1º — Pelo posicionamento no saliente oriental do continente sul-americano e por ser o possuidor da maior extensão de costa na área.

2º — Por se encontrar na zona de estrangulamento do Atlântico (linha Natal—Dakar) e, portanto, na ante-sala das massas continentais situadas no hemisfério norte.

3º — Pelo caráter geo-histórico que nos transmitiu o português continuamos, a despeito de nossa continentalidade, muito mais ligados ao mar; encontram-se à beira do Atlântico o nosso núcleo geo-histórico e o nosso ecumônico estatal, envolvendo 80% de nosso efetivo populacional.

A despeito de tais vantagens não correspondemos materialmente, como ocorria com os Estados Unidos quando Mahan divulgou a sua doutrina.

CONCEITUAÇÃO GEOPOLÍTICA

Numa análise dos fatos geopolíticos a mais simples definição de

Poder Marítimo seja talvez o dizer-se que se constitui no Poder Militar exercido no mar. Dentro dessa definição se enquadra, pois, o que vem afirmando o Almirante Gorshkov; o Poder Marítimo de uma nação pode ser aquilatado não somente pelas armas com as quais essa nação poderá vir a participar dos acontecimentos no mar, mas também pela sua Marinha Mercante, suas unidades pesqueiras e oceanográficas, como ainda por sua perspectiva e tradição marítimas.

Observa-se, assim, que tal conceito promove uma complementaridade entre as atividades marítimas militares e as civis, dentro desta dinâmica: as unidades pesqueiras atingem o todo em suas funções; enquanto os navios mercantes transportam tropas e elementos em tempos de guerra; e os navios científicos completam as informações em tempos de paz.

Mas, por que as nações procuram o Poder Militar em tempo de paz? E a resposta vem de Mahan: "os mares foram e continuarão sendo o grande caminho, o amplo campo comum através do qual, na paz ou na guerra, enormes quantidades de mercadorias são obrigadas a passar". Muito embora atualmente os países não empreguem o Poder Marítimo para conquistar colônias, hesitando, por vezes em forçar abertamente os países fracos, o objetivo que Mahan chamou de "agressão" ainda existe. O objetivo da "agressão" existe quando os países possuidores de marinhas oceânicas procuram o "grande caminho", va-

lendo-se do Poder Marítimo em águas distantes dentro da intenção de apoiar seus aliados, pressionar seus inimigos, ou neutralizar a capacidade dos seus rivais.

Atualizando o objetivo "agressão" de Mahan, o Poder Marítimo serve para "manter ou estacionar armas estratégicas no oceano ou para tomar contramedidas que as protejam dos sistemas de armas estratégicas de seus adversários". (Professor Heddley Bull — *Poder Naval e Influência Política de las Potências* — "GEOSUR" nº 30 — fevereiro de 1982.)

Dentro do pensamento do Professor Bull, em função dos modernos e sofisticados sistemas de armamentos, subsiste uma razão fundamental, na atualidade, para que um Estado busque o Poder Marítimo. O Poder Marítimo tendo como finalidade ameaçar pontos estratégicos terrestres, transformou-se assim em força dissuasória. E, se por algum motivo, "o transporte pelo mar deixasse de existir, as nações, mesmo assim, não deixariam de ter interesse pelo Poder Marítimo, visto que continuariam virtualmente a fazer uso do mar para, mantendo suas forças dissuadoras navais, debilitar seus adversários".

Dentro do objetivo "agressão" de Mahan, observa-se ainda na atualidade, que as nações procuram obter o Poder Militar no mar a fim de adquirir ou aumentar a sua participação nos recursos oceânicos. E, se no passado, a proteção às zonas de pesca constituía uma questão secundária para as Marinhas de Guerra, hoje em dia a

consciência de que os mares são fontes vitais de alimentos, energia e até de matérias-primas industriais, tudo veio contribuir para modificar a concepção de utilidade do Poder Marítimo dentro do enfoque geopolítico.

Ante a crescente idéia dos direitos exclusivos sobre as 200 milhas procuram se insurgir os adeptos da "lei do mar global". E mesmo que essa espécie de condomínio venha a ocorrer, as nações continuarão a exercer o Poder Militar no mar para garantir o exercício de seus direitos.

Nessas condições podemos concluir que, à medida que os braços das nações marítimas se estendem para o mar, isto implicará numa nova fonte de conflito internacional, que antes da era oceânica propriamente dita só existia em terra, através dos litígios de fronteiras.

Ainda segundo Mahan, o princípio que deveria reger o Poder Naval era "flechar rotas", o que, dentro do termo por ele empregado, consistia em formar uma grande marinha oceânica para dominar os pontos geoestratégicos; pontos esses que concedessem o controle do que Mahan chamava de "vasos comunicantes geográficos interoceânicos". Essa teoria do mar fascinou a Inglaterra e vem atraindo cada vez mais a Rússia.

Muito embora as superpotências venham se enfrentando nos mares não a nível de guerra, mas sim de ameaças e manobras com a utilização limitada de forças, é necessário dizer que o Poder Marítimo vem sendo empregado pela Rússia bem mais orientado para o domí-

nio dos mares em tempo de guerra, e para a influência política sobre os Estados Ribeirinhos e distantes em tempos de paz. Nessas condições se caracteriza o problema geopolítico e geoestratégico do mundo ocidental tendo que enfrentar o expansionismo soviético através da intervenção na política particular das nações que não são potências.

Analizando o problema com o eixo centrado no Atlântico Sul, destacam-se logo como pontos da defesa ocidental as passagens marítimas mais importantes no contexto geopolítico — a rota do Cabo e o Estreito de Drake.

A passagem do Cabo está bastante ameaçada pelas estruturas de apoio que a Rússia, através da política de "flechamento de rotas", mantém em Angola e Moçambique; e, numa espécie de triângulo geoestratégico, na Antártica, através da base de Novozarevskaya. O Estreito de Drake já se encontra sob a mira das bases russas de Druznaya, de Bellingshausen e de Arctowski, envolvendo, num outro triângulo geoestratégico, a Península Antártica.

E nesse Atlântico Sul, num eixo leste-oeste de conexão com o Índico-Pacífico, e num eixo norte-sul, desde a linha do Equador até a Antártica, só existem núcleos navais pequenos, muito embora se deva ressaltar o papel geoestratégico da África do Sul de um lado, e a área do Cone Sul do outro.

Ainda no contexto, analisando-se o posicionamento das regiões abissais, salienta-se, desde logo, a enorme Bacia do Brasil, que vai

das proximidades do Equador ao Trópico de Capricórnio; mais ao sul, a Bacia da Argentina, vai do estuário do Prata às Geórgias — havendo ainda outras bacias menores ao sul do Cabo da Boa Esperança. Todas essas bacias têm milhares de metros de profundidade e constituem esconderijos ideal para gigantescos submarinos nucleares. Alguns analistas militares associam estes submarinos às últimas informações sobre águas muito profundas dos oceanos, onde se podem esconder e esperar para atacar as embarcações inimigas em caso de guerra. Os alvos em potencial dos atuais submarinos nucleares de longo alcance incluem plataformas para a exploração do petróleo no mar, assim como petroleiros e os navios de guerra adversários.

"A defesa do Atlântico Sul pelo Ocidente (inserida na defesa do Atlântico como um todo), na paz ou na guerra, só se nos afigura exequível dentro do quadro de um sistema de alianças militares eficazes, bem concebidas e solidamente estruturadas. Nenhuma das marinhas regionais, isoladas ou em conjunto com as demais, poderá exercer hoje nessa área influência suficientemente poderosa. Achamos que caso existisse uma organização militar coletiva envolvendo algumas das potências militares mais expressivas, o efeito de dissuasão sobre a área seria efetivo; seria uma forma de tentar conter a expansão livre e desenfreada do poderio soviético no Atlântico Sul." (General Carlos de Meira Mattos — *Atlântico Sul — Sua Importância Estratégica* — "A Defesa Nacio-

nal" nº 688 — março/abril de 1980.)

O Atlântico é, dentre os oceanos, o mais intercontinental, visto que, seguindo-se todos os litorais que banha, forma um "S" na direção norte-sul, envolvendo e aproximando a Europa, a África e as Américas. É nessa forma em "S" que se reflete, no presente, o complexo jogo geopolítico e geoestratégico de dois blocos — o Ocidente liderado mas não integralizado pelos Estados Unidos, e o Oriente dirigido dentro da mais estreita centralização pela Rússia.

O Atlântico, com exceção da margem africana, apresenta-se com civilização européia em suas estruturas mentais e sua organização material. Como a História marchou no mesmo sentido nessa área atlântica, dentro do grau de uniformidade na diversidade que a caracteriza, vemos Buenos Aires, Montevideu, S. Paulo, Rio de Janeiro se assemelhando muito mais a Nova York, Montreal, Lisboa e Paris, do que a Moscou, Meca, Nova Deli ou Pequim.

É justamente esse mundo atlântico no seu todo que deveria servir de fundamento a uma aliança atlântica. No entanto essa aliança só existe em parte, através da OTAN, como simples reflexo da política soviética na Europa Oriental. Deste modo não exprime, na prática, as solidariedades ocidentais; podendo-se afirmar que a OTAN fixou um limite político que pensou ser estratégico, num acordo histórico que ignorou a Geografia.

CONCLUSÃO

No âmbito nacional o território brasileiro se diferencia de leste para oeste, ou seja, da zona litorânea para o interior, num jogo geopolítico entre a maritimidade e a continentalidade. Do litoral para o interior a nossa população se vai rarefazendo, e consequentemente vão se tornando menos intensas as atividades econômicas. Destacam-se, portanto, dois Brasis delimitados por uma linha que dista 1.000 km do litoral (Mapa 2). Linha que concede ao espaço brasileiro 60% de território a menos de 1.000 km do mar contra 40% mais envolvidos na continentalidade. Observa-se, então, que o Brasil, surgido numa nesga de terra de 2.800.000 km² delimitada pela linha esboçada de Tordezilhas, toda envolvida pelo Atlântico, a despeito de seu crescimento para o interior, que lhe quadruplicou a área para 8.500.000 km², classifica-se como país do tipo marítimo.

A fórmula de coeficiente de continentalidade de Everardo Bacheuser, dividindo nossas fronteiras terrestres (15.719 km), por nossa fronteira marítima (7.367 km), indica a fração de 2/1, confirmado ser o Brasil país do tipo continental. No entanto, a superioridade da fronteira terrestre é minimizada, dentro da dinâmica geopolítica, pelo fator despovoamento, mantendo o Brasil, com a maioria de suas cidades marítimas ou penemarítimas, voltado e devotado ao Atlântico.

Por outro lado, examinando o ciclo geopolítico vital do Brasil,



onde tudo parece ter sido matematicamente calculado, equilibram-se as distâncias entre nossos pontos extremos: norte-sul (4.307 km) e leste-oeste (4.336 km), transformando-nos num país de forma compacta. Levando-se então em conta as compensações e ajustamentos aos dois critérios, o Brasil se transforma num país do tipo misto continental-marítimo, com maior grau de continentalidade

ainda em potencial, superado, consequentemente, pelo índice de maritimidade menor, porém em pleno desenvolvimento. Daí a construção de Brasília se ter constituído numa diretriz geopolítica para controle de nosso espaço continental, numa tentativa de deslocar o eixo de gravidade nacional para o interior.

Por outro lado, examinando-se, grosso modo, a nossa divisão regio-

nal, teremos um Brasil formado por três ilhas geoeconômicas:

1º — Uma *ilha subdesenvolvida* formada pelas regiões Norte e Centro-Oeste, perfazendo juntas 64% de nosso total territorial. Essas duas regiões, as mais carentes de integração, são as que, juntamente com a Sul, mais sofrem as influências continentais, repartindo com outros países da América do Sul as bacias Amazônica e do Prata.

2º — A *ilha em desenvolvimento* é representada pela Região Nordeste, com 18% de nosso total territorial. Por sua forma, presença e posicionamento se constitui na charneira ou extremidade dobrada das regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. É a zona que forma o ângulo mais saliente do entorce continental, visto que Recife está a quase 4.000 km a leste de Buenos Aires... e Natal a pouco menos de 3.000 km de Dakar, estando, pois, aí o Brasil bem mais próximo da África do que do Peru, país vizinho e do nosso continente.

Assim, por sua presença e posição, dois fatores de importância para a Geopolítica, o Nordeste vem sendo, desde o passado, a zona mais afeita às influências externas, caracterizando-se como o vértice dos entrechoques continental e extracontinental.

3º — A nossa *ilha desenvolvida* inclui as regiões Sul e Sudeste, perfazendo juntas os outros 18% de nosso total territorial. É nessa área que se encontra o centro vital do país — o ecumeno estatal brasileiro, envolvendo o ativo triângulo geopolítico formado pelas metrópoles Rio de Janeiro—São Paulo—

Belo Horizonte, envolvido pelos maiores centros de influência regional, numa atração direta para com Brasília.

Do exposto podemos destacar duas conclusões parciais:

a primeira, é a de que globalizando os fatores que contrastam de leste para oeste o Brasil, dentro dos quesitos de Mahan, mantém a mentalidade marítima legada pelos portugueses;

a segunda é a de que na conjuntura nacional subsiste o predomínio geoeconômico e geopolítico de apenas 18% de nosso território sobre o total da área do país. Esses 18% constituídos pelas regiões Sul e Sudeste, intimamente ligados à maritimidade, contrastam com os 64% da área marginalizada pela continentalidade.

No contexto geral, o Brasil é um país em desenvolvimento ainda em plena fase de processo integracionista territorial, sendo, pois, bastante vulnerável. "Nós estamos numa fase, já há bastante tempo (isso pode durar uma ou duas gerações), do que alguns chamaram de decolagem. É um momento particularmente perigoso em que você tem que acelerar os motores e se parar os efeitos podem ser muito danosos." (Entrevista concedida pelo Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro à Empresa Brasileira de Notícias, em 19 de novembro de 1982, publicação da Secretaria de Informações do Ministério das Relações Exteriores.)

Em se tratando do ciclo geopolítico vital brasileiro o Brasil se classifica como país adolescente, num continente em que os países,

sem se integrarem, se encontram de costas uns para os outros. Dentro da mentalidade continental, herdada da Espanha, a maioria dos vizinhos brasileiros, também se mostram, de um modo geral, alheios ao Atlântico Sul, oceano de navegação intensiva, que lhes seria naturalmente tão útil, numa geopolítica global integralizada.

Por outro lado, o mundo atlântico de hoje não corresponde mais ao que foi organizado em 1949 pela OTAN; as estratégias do Atlântico Norte e Sul se devem completar e se apoiar reciprocamente. E nesse contexto, para o Brasil, o Atlântico tem um enfoque geopolítico muito aquém do regional. "Considerando-se o leque de projeção de nossa costa, alcançando o Caribe, as ilhas portuguesas e espanholas do Atlântico ao sul do paralelo de Gibraltar; toda a vertente atlântica da África; a Antártica e os nossos tradicionais vizinhos continentais do sul; chegamos à conclusão de que o Atlântico nos assegura uma articulação direta com cerca de 50 países, a terça parte dos membros da ONU. É uma articulação indireta com o resto do Planeta. Esta é uma visão renovada do panorama geopolítico que grava em torno do Atlântico Sul, onde a presença de 20 novos Estados cada dia mais se afirma no cenário." (General Meira Mattos — *A Geopolítica e as Projeções de Poder*.)

Se o TIAR (Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca), assinado em 1947, estabelece um limite de segurança que acompanha a costa marítima no sentido

continental norte-sul, não o faz com relação às águas oceânicas de leste para oeste; sem estrutura militar permanente, vem se mostrando obsoleto em termos de segurança. Talvez mais como medida paliativa, como país altamente dependente das rotas marítimas, em termos de segurança muito mais relativa, o Brasil, ao lado da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, se integra ao CAMAS (Comando da Área Marítima do Atlântico Sul). Isto numa área atlântica onde, além das Malvinas, as demais ilhas subantárticas e a própria Antártica têm soberanias contestadas, podendo vir a transformar-se num foco de tensão.

Embora o Brasil não seja bioceânico, posicionamento que Mahan assinalava para os Estados Unidos, como de importância geoestratégica por um lado e de vigilância dobrada pelo outro, ocupa um continente cujo relevo lhe transmite, além do papel de múltiplo vetor, também o destino manifesto atlântico, onde ocupa a porção mais larga do melhor litoral. A barreira dos Andes leva o continente a quase voltar as costas para o Pacífico; induzindo-o, por outro lado, a depender do Atlântico, para onde se declinam os planaltos das Guianas (ao norte) e da Patagônia (ao sul). Embora declinando para o interior, o que nos levou à continentalidade, o Planalto brasileiro constitui o centro dispersor de águas que fluem para as bacias do Prata e Amazonas, tributárias diretas do Atlântico.

E do mar em geral, num enfoque geopolítico, eis, pois, dentro

dos quatro fatores ainda bem válidos da Doutrina de Mahan, a vocação atlântica do Brasil — por seu posicionamento e fisiografia, pela sua extensão territorial, pelo aspecto psicossocial, restando, grosso modo, para complementar, uma política mais realista de Governo, que venha, pelo menos, temperar o binômio continentalidade-marinhanice. Sobretudo, se formos

sensíveis ao alerta de Ruy Barbosa: "o mar é o grande avisador; pô-lo Deus a bramir junto a nós para que não durmamos."

O mar deu a Portugal prosperidade, glória e poder; o mar tomou-lhe tudo quando Portugal lhe deu as costas. O Brasil nasceu do mar, no mar, para o mar e tem que viver pelo mar, não lhe podendo, pois, virar as costas.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".



A GUERRA - ASPECTOS MORAIS, ECONÔMICOS E PSICOLÓGICOS

Ney da Silva Oliveira

As várias definições existentes sobre a guerra, como fenômeno social, enfatizam os aspectos organizacional e voluntário dos conflitos armados. A guerra é uma violência programada, dirigida e regulada. Suas normas fundamentais são antiquíssimas; já constavam dos papiros egípcios das primeiras dinastias e nos cantos da *Iliada*, de Homero.

As pesquisas psicanalíticas têm analisado os conflitos humanos, com a finalidade de descobrir-se o motivo que impulsiona os homens para a guerra, desde os tempos primitivos.

Sem dúvida, aqueles conflitos situam-se na origem do fenômeno guerra e, como qualquer tendência primitiva, suas próprias origens não são facilmente reconhecíveis e definidas.

Podemos considerá-los como um tipo de relação entre dois ou mais sujeitos sociais, consequente a uma *discordância de objetivos*. Tal discordância, geralmente, associa-se a uma possibilidade limitada de os diversos sujeitos sociais satisfazerem simultaneamente a todos os seus desejos.

Em uma situação desse gênero, ou as partes conflitantes tratam de neutralizar alguns de seus objetivos, buscando outras fontes de satisfação, ou uma delas trata de se opor à ação da concorrente, por meio de uma contraposição direta, pronta a infligir, conscientemente, danos ao oponente e a suportar pesados ônus para conseguir seus intentos.

Verifica-se, pois, que a *contraposição de objetivos* é a causa de todos os conflitos sociais, desde os

tempos mais remotos. A própria Bíblia narra a origem da primeira violência.

Fornari estabelece ligação entre os mitos e tendências guerreiras do indivíduo e sua necessidade de defender-se, de forma paranóica, do espectro da morte, o que faz projetando externamente a capacidade destrutiva que tem dentro de si.

Parece apropriado considerar-se que essa função primordial da agressividade humana mostre-se ativa não só entre as sociedades primitivas, como, também, em meio às sociedades modernas e evoluídas. Intimamente, o homem moderno não está muito distante de seu longínquo ancestral neolítico.

Em meio às religiões monoteistas, a guerra tem sido encarada como uma necessidade de defesa e de expansão, guiada e regulada minuciosamente por normas religiosas.

Os profetas do Antigo Testamento intervinham diretamente junto aos reis de Israel para transmitir-lhes as ordens de batalha e as condições para estabelecimento da paz. Com o Novo Testamento, o entendimento mudou em direção à paz, e começou a ser difundida a concepção cristã de fraternidade universal. O processo evolutivo, como se nota, foi e é extremamente lento, a ponto de a total realização cultural cristã ainda não se ter completado.

Já o Islamismo, em sua visão integral da vida, considera todos seus crentes como missionários de fé e entende como santa a guerra de expansão religiosa.

A essas visões filosóficas e ético-religiosas, rapidamente esboçadas aqui, devemos acrescer outras considerações.

Segundo o enfoque sociológico, a guerra é considerada como a forma mais violenta de interação de grupos sociais. No entanto, o aspecto cruel dos conflitos não mereceu grande atenção dos "pais" da Sociologia, que viam, nessa nova ciência e na nova sociedade industrial, a cultura regeneradora, que teria superado os princípios guerreiros da sociedade feudal e dinástica. As guerras, entretanto, continuaram a existir, e a sociedade industrial se desenvolveu juntamente com tal fenômeno social.

Hoje, os sociólogos procuram analisar a guerra em todos os seus aspectos, procurando uma fórmula para estruturar os conflitos sociais e individuais, de modo a poderem elaborar modelos de equilíbrio que possam conter e conduzir, de maneira mais racional, a agressividade do homem e dos grupos sociais.

No campo jurídico-moral, verifica-se que as normas legais têm procurado, sempre, dar um aspecto legítimo aos conflitos armados. No entanto, somente a concepção doutrinária da "guerra justa" fez com que, pela primeira vez, esse fenômeno fosse submetido à crítica sob o enfoque de sua avaliação moral. Assim nasceu o conceito do "*jus in bello*", isto é o *direito na guerra*, como regra jurídica internacional. O tratamento jurídico dos conflitos, inicialmente limitado a simples *normas restritivas* ("*jus ad bellum*"), só recentemen-

te e com o advento dos grandes organismos internacionais passou a compreender verdadeiras *normas proibitivas* ("*jus contra bellum*").

AVALIAÇÃO MORAL DA GUERRA

A história da guerra, quanto à sua validade moral, pode ser dividida, pelo menos, de acordo com as obras relativamente mais recentes, em três grandes fases: a da *guerra justa*, a da *guerra como razão de Estado* e a da *guerra como crime*. O que equivale a dizer-se que, com o desenvolvimento da consciência social dos povos e da tecnologia militar, a guerra vem se mostrando, cada vez mais, um problema a exigir solução radical.

As justificativas da guerra através do direito, freqüentes na época em que vigorava a tese da *guerra justa*, mas não mais julgadas necessárias no auge da teoria da *guerra como razão de Estado*, reencontraram uma função bem precisa no quadro de um sistema internacional que, atualmente, considera *ilícita* a guerra como instrumento de resolução dos conflitos internacionais. A carta de S. Francisco, instituidora das Nações Unidas, é bem clara a esse respeito.

Em certo sentido, pode-se dizer que a medieval distinção entre "*jus ad bellum*" e "*jus in bello*" tornou-se atual novamente.

Resumindo, nas três frases citadas, o direito tem considerado a guerra, respectivamente, como um possível meio de justiça, uma prerrogativa da soberania, ou como um crime. Não há dúvida quanto

ao fato de que a fase da *razão de Estado* tenha coincidido com a afirmação de um paradigma interpretativo das relações internacionais, hoje doutrinariamente superado, segundo o qual o sistema internacional é sede de anarquia e de conflitos permanentes.

De acordo com tal teoria, que teve seu ápice na doutrina do *Estado-potência*, no século XIX e no início do século XX, com Hegel, Ranke, Treischke e Meinecke, qualquer *Estado*, independentemente de sua estrutura interna, é condicionado em sua política externa pela natureza anárquica do sistema internacional e tende, em consequência, a buscar continuamente a consolidação de sua própria *potência*, mesmo tendo que violar normas morais e jurídicas.

Segundo essa teoria, em suma, a guerra é justa porque é necessária.

Nas fases da *guerra justa* e da *guerra como crime*, notadamente nessa última, o paradigma é outro: a guerra é necessária desde que seja justa.

É interessante, portanto, considerarmos a evolução da doutrina de "*bellum justum*".

A primeira distinção entre *guerra justa* e *guerra injusta* é de Santo Agostinho, mas foi S. Tomaz quem teorizou as condições — uma *formal* e *objetiva* e duas outras *substanciais* e *subjetivas* — da *guerra justa*, que são:

- a declaração de guerra deve ser feita por autoridade legítima;
- deve existir uma "justa causa";

— o beligerante deve ter uma intenção reta.

Uma quarta condição, definida doutrinariamente, é a da *necessidade*, ou seja, a da impossibilidade de se fazer justiça com outros meios.

As tentativas no sentido de incorporar-se a doutrina da guerra justa ao direito revelaram-se inúteis; daí, a tendência do direito internacional no sentido de desenvolverem-se normas para o controle das hostilidades quando elas tivessem início ("jus in bello").

O sistema de "balance of power", do século XIX foi o quadro político ideal para tal concepção realística da licitude da guerra.

Mas tudo isso não diminui a grande importância que a doutrina da guerra justa teve a partir da época medieval. Essa importância teve, provavelmente, efeitos negativos, no sentido de que retardou o desenvolvimento de um sistema de normas jurídicas capazes de impedir situações incontroláveis nos conflitos bélicos; mas, indubitavelmente, aquela doutrina procurou, ainda que sem grande sucesso, estabelecer normas diferenciadoras do "jus in bello", derivadas das premissas do "jus ad bellum" (uso da força proporcional à injúria sofrida, direitos dos combatentes e dos prisioneiros etc.).

De fato, o "jus in bello" se desenvolveu independentemente e como consequência de derivar, em menor grau, da convicção de se poder estabelecer concretamente a legitimidade do recurso à guerra, hoje considerado como um fato extrajurídico.

A dissolução do sistema europeu de "balance of power", ao término da I Guerra Mundial, despertou de novo a atenção sobre a necessidade de se reconsiderar a idéia de "*jus ad bellum*".

Segundo alguns autores, a Sociedade das Nações e as Nações Unidas são mecanismos jurídicos inspirados na doutrina da guerra justa. Outros acham que a ONU considera violações além daquelas tratadas pela Sociedade das Nações.

Na realidade, verifica-se que tanto uma como outra, apesar das substanciais diferenças que apresentam quanto à licitude do recurso à guerra — mas sobretudo a ONU — superam a doutrina de "bellum justum", pelo menos quanto à vinculação, ao consenso da comunidade dos Estados, da determinação da legitimidade dos atos bélicos internacionais, enquanto que a doutrina tradicional pressupunha cada Estado singular habilitado a decidir sobre a natureza, justa ou injusta, daqueles atos.

Com a criação da ONU, surgiu uma modificação fundamental: a passagem do "*jus ad bellum*" ao "*jus contra bellum*", ou seja, a consideração de que é ilícita qualquer forma de guerra que não esteja compreendida no quadro dos mecanismos de tutela coletiva ou de legítima defesa.

A base de tudo isso é, certamente, a mudança na natureza da guerra contemporânea, aliada ao inconcebível poder destrutivo das armas nucleares. E foi exatamente essa revolução tecnológica que contribuiu para colocar em crise a

validade moral da doutrina da guerra justa, considerada por muitos como extremamente perigosa, uma vez que se baseia mais no conceito de "*jus ad bellum*" do que no de "*jus contra bellum*". Outros, ao contrário, consideram a doutrina tradicional ainda aplicável à época atual, e, mais do que isso, necessária, na medida em que, ainda hoje, a abolição da guerra é considerada como uma utopia.

Mas, o argumento principal contra a doutrina da guerra justa parece referir-se ao fato de que ela postula a licitude de um Estado fazer justiça por si próprio e, implicitamente, a ilicitude do não uso da força armada quando existir uma justa causa.

É uma discussão certamente complexa e ligada à problemática sobre a paz e a não violência, o que a torna mais difícil ainda.

Parece ser possível afirmar-se, entretanto, que, em um sistema internacional profundamente mudado e em um estágio de desenvolvimento tecnológico capaz de tão enorme destruição, principais características da época que vivemos, o maior perigo para os Estados deriva propriamente da área de "domínio reservado" de cada um deles, que foge ao consenso da comunidade internacional.

A exigência de assegurar-se justiça não pode, hoje, prescindir da necessidade paralela de seguirem-se procedimentos multilaterais, que encontram substância jurídica, política e moral nas normas das Nações Unidas.

Verifica-se, portanto, que a evo-

lução da doutrina da guerra justa mantém ligação com a do direito internacional. É verdade que este último não conseguiu incorporar sempre tal doutrina; mas, certamente, sempre foi profundamente influenciado por ela.

O direito de guerra e o de neutralidade foram duas partes do direito internacional que evoluíram em função da influência da doutrina da guerra justa. E quando essa influência diminuiu ou foi contestada, eles, em consequência, sofreram profundas transformações, algumas vezes radicais, a ponto de poder-se tornar ilegítima, no espírito das Nações Unidas, a própria condição de Estado neutro.

A neutralidade clássica, de fato, fundamentada no dever de imparcialidade em relação a todos os belligerantes, independentemente da licitude ou da conduta dos mesmos, pôde-se afirmar na fase da razão de Estado, uma vez que fora operada a distinção entre guerra e guerra ilícita.

Mas, o retorno de tal distinção, o desenvolvimento tecnológico, a mudança de natureza das relações internacionais e a dificuldade de se distinguir precisamente a guerra e a paz significaram o declínio, aparentemente irreversível, dessa clássica instituição do direito internacional.

Como disse Sereni, "a neutralidade é um aspecto da guerra e pode adquirir uma precisa caracterização somente quando a distinção entre guerra e paz foi nitidamente estabelecida".

Atualmente, quando a guerra é considerada um crime contra a hu-

manidade, qualquer recurso à neutralidade é julgado contrário à moral e ao direito.

PESQUISAS SOBRE AS CAUSAS DA GUERRA E SUA PREVISÃO

Uma análise das causas da guerra pode apresentar resultados tanto mais concretos quanto mais considerar os dados oferecidos pela realidade histórica.

O estudo de um grande número de guerras reais, realizado por Wright, demonstrou que as causas dos conflitos bélicos podem ser divididas em cinco categorias: causas *ideológicas, econômicas, psicológicas, políticas e jurídicas*.

Mas a classificação em uma ou mais dessas categorias não é suficiente para um estudo completo da guerra. Análises ulteriores devem tratá-la em três níveis distintos: o *individual*, o *grupal (Estado)* e o de *sistema de grupos (Sistema internacional)*.

Em nível *individual*, as análises efetuadas mencionam as *decisões conscientes* e as *motivações inconscientes* individualizadas no âmago do fenômeno guerra. Quanto às primeiras, pode-se afirmar que as guerras pressupõem, sempre, a necessidade de *organização* (K. Deutsch); ainda sobre elas, é oportuno realçarmos o pensamento de Theodore Abel, expresso em seu artigo "The Element of Decision in the Pattern of War", publicado em 1941, na *American Sociological Review*, após uma análise particularizada de 25 guerras históricas: "A racional e calculada decisão é tomada muito antes do início das ações bélicas (...). A de-

cisão de realizar uma guerra precede a eclosão das hostilidades em cerca de um a cinco anos". Quanto às motivações inconscientes, parece-nos suficiente citarmos, simplesmente, os estudos psicanalíticos, como os de Sigmund Freud e William Bullit.

Em nível de grupo (*Estado*), devem ser considerados os subsistemas *governativo, legislativo, econômico, os grupos de pressão etc.* As análises realizadas neste nível mostram, por exemplo, que a guerra não mantém relação direta com regimes absolutistas, mas do que com regimes democráticos. Ocorrem em ambos, com freqüência independente do regime adotado. Com base em estatísticas, Wright afirma que "a paz tem produzido a democracia, mais do que a democracia tem gerado a paz". Ainda nesse nível, verifica-se que as grandes potências causam mais conflitos do que as médias ou pequenas potências. No entanto, tal resultado, nos dias atuais, é contestado à luz da mudança de natureza da guerra, como consequência da tecnologia nuclear. Realmente, hoje, parece mais perto da verdade a afirmação de que as guerras são privilégio das pequenas potências.

Não obstante a importância indubitável das conclusões das análises efetuadas no nível Estado, outros estudos mostram que a política exterior dos diversos países sofre maior influência das situações externas. Nesse particular, as análises situam-se em nível de sistema internacional e mostram que cada sistema tende para a *autoconservação*.

ção (conceito de *homeostase*), pelo que a guerra é explicada, em termos sistêmicos, como um instrumento para a manutenção do equilíbrio ("balance of power").

Esse último nível de análise mostra-se particularmente adequado ao estudo das possíveis causas de uma guerra nuclear. De fato, aqui, a interação parece prevalecer sobre a ação.

Herman Kahn enumera quatro hipóteses sobre a origem de um futuro conflito dessa natureza entre os blocos ocidental e oriental:

- guerra nuclear não intencional;
- guerra nuclear como resultado de um erro de avaliação;
- guerra nuclear calculada;
- guerra nuclear "catalítica" (desde que provocada por um terceiro personagem).

Como se vê, o ambiente externo ao Estado exerce um papel prevalente.

Obviamente, uma explicação completa dos conflitos bélicos pressupõe uma indagação acurada sobre cada um dos três níveis de análise considerados. A bem ver, as idéias apresentadas situam-se em uma escala temporal que vai das inelutáveis *condições básicas* (nível do processo decisório ou individual), às *causas mediadas ou indiretas* (nível grupal ou de Estado) e, finalmente, às *causas imediatas ou específicas* (nível de sistema de grupos ou internacional).

A ciência dos conflitos é um novo ramo de ciência que se propõe a analisar as causas individuais, sociais, históricas e culturais dos mesmos. Seu empenho é enorme

porque se trata de examinar filogeneticamente toda a história social e etnológica da espécie humana.

Várias outras ciências estão confluindo nesse sentido: a Biologia, a Sociologia, a Sóciobiologia, a Antropologia, a Etnologia, a Psicologia, a História, a Filosofia, a Religião, a Economia, o Direito, a Política, as ciências matemáticas e as militares, empenhadas, todas elas, em definir a completa evolução do fenômeno guerra, em um esforço tremendamente grande para conhecê-la em profundidade, a fim de se poder superá-la.

Quanto à mensuração dos fatores úteis ao estudo das causas da guerra, J. David Singer (*The Correlates of War Project*) organizou uma classificação geral para a descrição e a análise dos conflitos internacionais que, em diversos níveis, prevê três classes de variáveis:

- os atributos físicos (materiais), estruturais e culturais das entidades sociais;
- as ligações e relações entre essas entidades;
- o comportamento que elas manifestam.

Uma das hipóteses fundamentais, que se situa como base de qualquer pesquisa nesse particular, é a segundo a qual a estrutura do sistema é mais importante que seus atributos culturais e, talvez, também mais que os físicos ou materiais.

Com base na idéia de que a probabilidade de ocorrência de uma guerra é função da distância existente entre os Estados e das políticas por eles adotadas, Wright, numa tentativa de efetuar previ-

sões válidas, distingue oito aspectos ou categorias das referidas *distâncias*:

- tecnológica (T);
- estratégica (St);
- intelectual (I);
- jurídica ou legal (L);
- social (S);
- política (P);
- psíquica (Ps);
- expectativa (E) (expectativa diante da força).

Tais *distâncias* são mensuráveis, ainda que de modo não absolutamente perfeito, constituindo, por isso, importantes *indícios* para a previsão das guerras.

A análise das políticas dos Estados é, porém, mais importante, para fins de previsão, que as *distâncias* entre eles.

Entre os métodos utilizados na avaliação das probabilidades de ocorrência de um conflito armado, vale a pena citarmos o de L. F. Richardson, que consiste na extração das tendências de determinados indícios, como os balanços militares e o comércio internacional. Também deve ser ressaltado o de O. Holsti, pelo qual devem ser medidas, periodicamente (pelos conhecidos *tensiômetros internacionais*) algumas variáveis relevantes: posicionamento, comportamento, capacidade etc.

ASPECTOS ECONÔMICOS DA GUERRA

Considerada sob o ponto-de-vista econômico, a guerra apresenta-se como uma atividade que exige uma preparação minuciosa e dispendiosa, desde o equipamento e

o adestramento das forças armadas para as ações bélicas futuras, até, pelo menos, a obtenção dos primeiros sucessos, que permitam a obtenção de recursos em território inimigo ocupado.

É impossível um país engajar-se em uma guerra sem, previamente, ter acumulado recursos de toda a ordem (mão-de-obra, matérias-primas, maquinaria etc.). Tal circunstância faz com que esse fenômeno social seja assemelhado a uma verdadeira empresa econômica.

A guerra começa mesmo antes da eclosão das ações bélicas, isto é, inicia-se com uma *acumulação de capitais*, dinheiro ou materiais, que se torna tanto mais vultosa quanto maior for sua duração prevista.

Em suma, qualquer guerra implica, antes de tudo, em problemas de financiamento ou, pelo menos, de produção e acumulação de recursos, cuja solução clássica consiste na formação de um *tesouro bélico*.

A maior parte das cidades da Antiguidade possuía um tesouro de guerra, depositado nos templos. A potência militar de Atenas se elevou consideravelmente com a descoberta de ricas minas de prata, cujo produto permitiu-lhe construir uma frota que a tornou a maior potência naval do Mediterrâneo Oriental. Igualmente, a grande disponibilidade de recursos permitiu que a República mercantilista dos Países Baixos organizasse exércitos permanentes, formados por mercenários, que constituíam o que havia de melhor na Europa, na época. Da mesma forma, o aflu-

xo de metais preciosos oriundos do Novo Mundo permitiu que a Espanha experimentasse um notável desenvolvimento militar, tornando-lhe possível a adoção de uma política imperialista na Europa Ocidental.

Nos dias atuais, a prática do tesouro bélico continua a existir, sob a forma de reservas bancárias, que representam, indiretamente, o ouro, fato comprovado tendo em vista que as mesmas são postas em circulação no momento da guerra, diminuindo ou aumentando em função dos resultados do conflito.

Alguns consideram ser esse o melhor instrumento para se verificar o verdadeiro vencedor de uma guerra.

A esse respeito, é interessante notarmos que, após 1918, as reservas de ouro da França atingiram um volume jamais alcançado antes; já em 1945, as mesmas estavam praticamente esgotadas. Nos vinte e cinco anos que sucederam o término da II Guerra Mundial, a maior parte do precioso metal estava depositado em Fort Knox, constituindo o formidável tesouro de guerra dos EUA.

Parece que o ouro continuará ocupando sua posição de relevo no sistema econômico internacional. Sua importância, de fato, aumenta significativamente nas ocasiões de agravamento das perturbações sociais.

Outro fator a ser destacado na preparação econômica para a guerra são os *balanços militares*.

Em todos os Estados organizados, uma parte do produto nacional é destinada aos gastos militares

com pessoal e material, com o que a preparação da guerra funciona como instrumento de redistribuição daquele produto.

Sob esse aspecto, nos dizeres de Keynes, a preparação bélica contribui para a realização do *pleno emprego* e, de certo modo, para a consecução do *equilíbrio econômico*. Em decorrência, as despesas militares parecem, assim, bem integradas no sistema econômico dos Estados, a ponto de admitir-se que uma brusca supressão das mesmas crie graves problemas.

Ocorre, também, que os balanços militares deixam de se apresentar como fator de equilíbrio econômico interno a partir do momento em que um Estado é obrigado a importar armamentos, matérias-primas etc. Nesse instante, de fato, passam a surgir problemas de balanço comercial ou de pagamentos, com todas as questões de câmbio monetário neles compreendidas.

A guerra de 1914-1918 convulsionou repentinamente o câmbio na Europa, onde as diversas moedas apresentavam-se estáveis. Desde então, a situação veio piorando cada vez mais, à medida em que os armamentos e equipamentos foram se sofisticando, tornando proibitiva a condução de uma guerra com forças militares sumariamente armadas e equipadas.

Isto provocou o declínio progressivo das potências que não dispõem de vasta base territorial e, sobretudo, das que não possuem matérias-primas suficientes.

A França, por exemplo, antigamente, possuía uma forte cavala-

ria, cuja manutenção reposava sobre a produção agrícola nacional. Atualmente, suas forças aérea, naval, motorizadas, blindadas e mecanizadas obrigam-na a importar enormes quantidades de petróleo.

Em qualquer época, os Estados têm concebido técnicas e doutrinas econômico-monetárias voltadas, em última análise, para a proteção e o incremento de seus tesouros de guerra e potenciais econômicos bélicos.

As modernas estratégias econômicas de controle de divisas, no fundo, nada mais são que respostas a esses problemas.

Algumas teorias muito difundidas consideram os fatores econômicos como causa primordial das guerras, chegando a admitir que todas as outras razões existentes reduzem-se, apenas, a simples motivos ou condições que favorecem sua eclosão.

Todavia, a palavra *econômico(a)*, em si, tendo em vista o modo abrangente segundo o qual é empregada, é suscetível de gerar interpretações confusas e, até mesmo, pontos-de-vista opostos.

Incontestavelmente, toda guerra gera, quaisquer que sejam suas causas, perturbações econômicas. Em outras palavras, todas as guerras provocam consequências no campo econômico. Mas, para se poder afirmar que os fatores econômicos são a origem das mesmas, é necessário ficar demonstrado que as causas ou, pelo menos, o movente do conflito são exclusivamente de ordem econômica e que representam, realmente, o ele-

mento inicial e determinante de sua eclosão.

Em realidade, bem poucas são as guerras que atendem a tal exigência. Os exemplos menos discutíveis a esse respeito são aquelas provocadas pelas tribos primitivas de estrutura econômica rígida, que atacavam seus vizinhos para apossarem-se de suas reservas de alimento. Essas, sim, podem ser consideradas exclusivamente econômicas.

Pode-se dizer, na verdade, que os fatores econômicos têm papel fundamental no processo da guerra, em todas as suas fases. Tal influência é ambivalente e, às vezes, contraditória, como no caso da I Guerra Mundial.

A esse respeito, muitos economistas consideram a guerra de 1914 como provocada pela abundância da produção industrial alemã, enorme naquela época, e sua própria carência quanto às matérias-primas de que necessitava.

Se verificarmos a situação mundial, a partir do século XVIII, notaremos que a guerra ou simplesmente a ameaça de sua eclosão interferem grandemente sobre a conjuntura econômica, em três estágios distintos: *conjuntura pré-bélica*, *conjuntura bélica* e *conjuntura de reparação*.

No primeiro, o exemplo mais interessante nos é mostrado pela economia alemã de 1933 a 1939, caracterizada por uma poupança obrigatória, formação de estoques e desenvolvimento de indústrias metalúrgicas e químicas.

Tudo isso provocou uma época de grande prosperidade alemã,

com a oferta de trabalho excedendo a procura, salários elevados e indústrias funcionando a pleno ritmo. Foi uma época de euforia total.

A conjuntura bélica caracteriza-se por um consumo acelerado dos bens acumulados. As indústrias e os produtores continuam a trabalhar ao máximo de sua capacidade.

Enfim, ao término das hostilidades, a conjuntura de reparação encontra-se diante de uma estrutura econômica profundamente modificada. A aparelhagem do setor que se dedica à fabricação de bens de produção, enormemente estimulada no curso do conflito, encontra uma ocupação largamente suficiente nas atividades de reconstrução dos danos de guerra.

Todavia, terminada a reconstrução, tem lugar a ameaça de paralisação dos diversos setores de trabalho, com a consequente ameaça de desemprego para a vultosa mão-de-obra empregada até então. Surge a situação de crise, com as alternativas de solução: deixar-se uma parte do parque industrial se arruinar, ou procurar-se salvá-la.

Até agora, a solução adotada tem sido um retorno aos programas de rearmamento, o que, dentro de um certo prazo, abre condições para a eclosão de novo conflito.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA GUERRA

Todas as guerras têm, sem exceção, consequências de caráter demográfico.

O impressionante *crescimento da mortalidade* é um aspecto cons-

tante nas ocasiões de conflitos armados. Esse aumento varia conforme as características da guerra e, ainda, em relação às fases de cada uma delas.

Normalmente, o vencedor sofre perdas constituidas, em sua maior parte, de pessoal militar. O vencido, constrangido a suportar a invasão das forças oponentes, a ocupação, as devastações e as destruições sistemáticas em seu território, experimenta perdas mais numerosas e diferenciadas.

Em qualquer caso, porém, as perdas diretas consistem, essencialmente, de pessoal jovem, uma vez que, na organização bélica moderna, as tropas em serviço ativo, ou seja, o pessoal mais jovem, são empregadas primeiramente.

Na guerra de 1914-1918, essas tropas foram literalmente dizimadas nos primeiros meses de combate. Na ordem de batalha dos exércitos romanos, que comportava três linhas sucessivas de combatentes, os mais jovens também eram empregados em 1º escalão.

Diminuindo drasticamente os indivíduos das faixas etárias mais jovens, a guerra, consequentemente, provoca a diminuição da força reprodutora mais expressiva dos beligerantes, o que conduz ao inevitável *decréscimo* dos respectivos *índices de natalidade*.

Esses dois aspectos — crescimento da mortalidade e diminuição da natalidade — provocam, obviamente, em muitos casos, a ocorrência de *déficit demográfico*.

Em suma, tudo se passa como se a guerra fosse uma função social caracterizada pela acumulação de

"capital humano" no âmbito de uma sociedade, o qual, em um dado momento, sofre uma considerável e brusca redução.

Alguns autores consideram que a estrutura demo-econômica de um grupo social — por eles chamada de *estrutura explosiva* — caracteriza-se, muitas vezes, por um excesso de população jovem em relação aos interesses essenciais da economia.

Tal situação cria uma predisposição ao impulso belicoso, que tende a afluir-se através de emigração em massa ou por meio da guerra, essa última vista como uma "migração armada e organizada".

A curva ascendente do processo de crescimento demográfico, em consequência, sofre um abaixamento ou, em casos extremos, despedaça-se completamente.

Parece adequado chamarmos de "relaxamento demográfico" o processo de eliminação ou de diminuição brusca do índice de natalidade que, inevitavelmente, ocorre entre as partes beligerantes, após o término de uma guerra.

Quanto à citada *estrutura explosiva*, podemos afirmar que um dos problemas mais apaixonantes da Sociologia consiste na questão de se saber se a *estrutura, a composição e o equilíbrio das sociedades* geram repercuções inconscientes sobre a disposição psicológica de seus componentes.

A esse respeito, pode-se indagar se aqueles elementos induzem os indivíduos a certos impulsos coletivos, suscetíveis de serem liberados conforme as circunstâncias.

Na base de tudo, encontra-se o procedimento contraditório adotado pela sociedade: o medo em relação à guerra e a consequente preocupação com a necessidade de defesa contra uma agressão externa levam a sociedade a estimular o nascimento de futuros soldados; todavia, tal multiplicação populacional pode alarmar os países vizinhos, além de provocar estímulos agressivos no âmbito da própria sociedade.

Os jovens disponíveis e com dificuldades de encontrarem emprego tornam-se predispostos à turbulência e passam a constituir uma força perturbadora do equilíbrio social.

A canalização dessa predisposição em direção a uma guerra civil, uma cruzada ideológica, uma emigração ou um conflito externo depende dos pontos de baixa resistência por eles enfrentados, da conjuntura histórica e de suas tendências ideológicas.

O grande problema é, sem dúvida, saber-se utilizar essa carga agressiva.

Pode-se constatar que, de modo geral, os períodos de guerra sucedem os de crescimento demográfico. Por exemplo, a Guerra do Cem Anos sucedeu o fortíssimo desenvolvimento da população no início do século XIV; a Guerra dos Trinta Anos seguiu o também notável nível demográfico do século XVI; e assim em muitos outros casos.

A experiência histórica demonstra, então, que nenhum grande conflito armado encontra explicação se não se levar em conta o cli-

ma particular criado por uma situação de superpopulação.

Admitindo-se essa premissa, a guerra não parece poder ser considerada como um fato original, mas sim um *epifenômeno*, uma manifestação patológica de desequilíbrio social, particularmente de ordem demográfica, uma reação característica da psicologia social, definida como *impulso belicoso coletivo*.

Numerosas hipóteses têm sido formuladas a respeito da função primária da guerra. Segundo alguns, ela serve para perpetuar a espécie, através da morte dos indivíduos e da seleção dos melhores e mais fortes.

Os pacifistas discordam dessa teoria, considerando-a como defensora de uma seleção retrógrada, uma vez que a guerra provoca, geralmente, a morte dos mais jovens e vigorosos. Por outro lado, no reino animal, a luta diz respeito a membros de espécies diferentes, enquanto a guerra ocorre exclusivamente entre homens, não havendo, assim, nada a correlacioná-la com a perpetuação da espécie.

Realmente, se quisermos encontrar uma função biológica para a guerra, necessitaremos buscá-la não quanto ao aspecto de seleção da espécie humana. Essa função, provavelmente, não poderá ser diferente da de *destruição*, que parece muito mais duradoura no campo demográfico que no campo econômico. De fato, as despesas e as perdas econômicas derivadas de uma guerra podem ser rapidamente absorvidas graças às indenizações pagas pela parte vencida etc.

Os mortos, ao contrário, somente podem ser substituídos no decurso de uma geração, duração mínima da flexão demográfica.

Essa parece, em verdade, a verdadeira função biológica da guerra. As estruturas demográficas são as primeiras a sofrerem seu impacto e a se ressentirem de suas consequências; a guerra, portanto, é uma verdadeira migração, que extirpa do grupo social nela envolvido um certo número de homens, através de seu distanciamento e de sua destruição.

Enfim, a guerra, embora não seja o único, é um dos fenômenos mais brutais de adaptação das populações humanas.

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA GUERRA

Os grupos humanos acompanham, em determinados momentos, ondas de impulsos belicosos, em um estado de ânimo coletivo que conduz a maioria de seus componentes a desejar a guerra ou, pelo menos, a aceitar a idéia de sua realização.

Uma das características das sociedades humanas é o fato de que elas sempre têm em mente a guerra, ainda que não a desejem em todos os momentos.

Então, quais as constatações e os raciocínios através dos quais a consciência de uma coletividade se convence de que impõe-se uma guerra, em um determinado momento? Como e em quais circunstâncias nasce nas classes dirigentes e no povo o desejo por uma guerra?

Uma série de pesquisas efetuadas pode servir de ponto de partida para respondermos a essas indagações.

Tais pesquisas mostram as *estreitas relações* existentes entre a *agressividade e a frustração*.

Esse último sentimento surge quando qualquer obstáculo nos impede de satisfazer uma expectativa ou de atingir um determinado fim.

Constatou-se que a irritação provocada pela frustração, e que se traduz em agressividade, não é endereçada necessariamente a quem a causou. Assim, por exemplo, o empregado que foi maltratado por seu patrão descarrega, muitas vezes, sua irritação sobre sua mulher e filhos.

Constatou-se, também, que a frustração econômica incrementa a agressividade. Na vida política, a agressividade provoca o descontentamento em relação à classe dirigente, à administração pública ou ao partido político que detém o Poder. As difíceis condições econômicas, a diminuição do nível de vida, a desocupação etc. traduzem-se, nos países democráticos, no sucesso da oposição.

Convém citarmos que as *reações* às frustrações podem-se revestir, ocasionalmente, de uma forma de certo modo *depressiva*. Em tal caso, a *resignação* substitui a agressividade, e tem lugar uma regressão mental dos indivíduos, que retornam a um estado inferior de vida intelectual.

Considerando-se o indivíduo isoladamente, não há dúvida de que a agressividade associa-se ao

vigor físico ("*puer robustus homo malus*"). Em todas as espécies animais, os machos jovens são particularmente turbulentos e belicosos.

Todavia, as coisas assumem um outro aspecto quando se consideram as reações de *agressividade coletiva*. Aqui, aquelas reações tornam-se mais *regulares* e parecem ser parte de um *automatismo inconsciente*.

Dessas considerações, pode-se deduzir que um fenômeno como o estudo seja tanto mais evidente quanto mais numeroso for o grupo. Basta que consideremos, a propósito, o fato social que tanto impressionou os precursores da Sociologia: a *agressividade da multidão*, com seus saques, linchamentos etc. Onde quer que haja uma multidão, repentinamente enfurecida, ocorrem destruições, mortes etc.

Malgrado isso, uma observação aprofundada indica que a multidão é, normalmente, passiva, submissa e conformista, e que as explosões de violência são, em regra, o resultado de uma prévia doutrinação ou de um posicionamento convencional.

O que caracteriza o *impulso belicoso de massa*, ao contrário da agressividade individual ou de um grupo pouco numeroso, são, antes de tudo, a *profundidade* e a *duração*, de tal forma que provocam um *estado de ânimo* mais que uma ação violenta imediata.

É esse estado de ânimo da sociedade que representa a necessidade de um período de lutas e destruições ou a resignação a uma ca-

lamidade considerada inevitável.

Então, a guerra representa, indubitablemente, a solução catastrófica em direção à qual são dirigidos nossos mais intensos complexos coletivos.

Começadas as hostilidades bélicas, uma série de outros aspectos se faz presente.

Assim é que os indivíduos pertencentes às sociedades que participam do conflito armado, agora combatentes, são introduzidos em um *universo psicológico totalmente novo*, no qual os valores antes vigorantes aparecem literalmente mudados. Desse modo, por exemplo, aqueles que antes se opunham à pena capital passam a achar natural a morte de um indefinido número de pessoas e, mais que isso, passam a matar.

Em suma, o mundo das relações sociais se transforma, aparecendo sob uma ótica totalmente diferente daquela do tempo de paz.

Deve-se, também, distinguir a *psicologia dos vencedores* da *psicologia dos vencidos* bem como a dos *agressores* da dos *agredidos*, o que não é fácil, uma vez que os políticos, genericamente falando, conseguem disfarçar ou minimizar as coisas, de modo a fazerem aparecer como legítima defesa uma guerra de agressão.

Não obstante, parece-nos possível afirmar que, considerados os dois campos opostos, a intenção de atacar é sempre mais forte em um deles do que no outro.

Em termos individuais, o porte e, sobretudo, o uso de armas constituem um privilégio para muitos dos combatentes; em maior medi-

da, passam a fazer com que surja, neles, um *complexo de superioridade*, na maioria das vezes indesejável e pernicioso, como definido pela expressão: "Na humanidade, a superioridade é reconhecida não ao sexo que gera, e sim ao que mata", que explica, também, o complexo de inferioridade das mulheres em relação aos homens.

Existe, na guerra, um aspecto moral incontestável, que nem mesmo os mais intransigentes pacifistas podem negar. Ela exalta virtudes das mais nobres: a coragem, o devotamento, a fidelidade, a amizade, a lealdade e muitas outras, que a humanidade, em todos os seus estágios de civilização, sempre admirou e prestigiou.

Mas, a guerra desenvolve, também, a brutalidade, gerando, em muitos dos que dela participam, ante o senso do perigo constante, o desejo de gozar imediatamente as vantagens que se oferecem, sem respeitar nada e ninguém, dentro do pensamento: "Para quem vive de minuto a minuto, de batalha em batalha, o tempo não existe. A compensação futura é químérica. O prazer do momento vivido é a única certeza válida".

Já entre os dirigentes, os aspectos a serem destacados são outros. Nesse particular, dizia TOLSTOI: "É incrível como o capricho de um chefe ou de uma inexpressiva minoria possa conduzir à guerra uma nação pacífica".

Isto era possível, a rigor, na época das guerras dinásticas, mas inteiramente impraticável nos conflitos contemporâneos, cujas dimensões exigem uma participação

positiva, às vezes entusiástica, de toda a nação.

Partindo-se dessa premissa, é possível reconhecer-se que os dirigentes não são nunca a causa absoluta de uma guerra; eles não fazem mais do que responder ao desejo dos respectivos povos. É verdade que, quando as coisas não correm bem, servem de motivo expiatório da culpa coletiva, como muitos exemplos demonstram.

Todavia, a História nos mostra que Chefes de Estado, muitas vezes, vêem a guerra como uma solução para os problemas que enfrentam. Quando a situação interna torna-se muito difícil, uma declaração de guerra passa a constituir uma saída tentadora. Alguns autores afirmam, apesar do paradoxo, que a guerra, nesse sentido, é o repouso dos governantes, permitindo-lhes impor, aos cidadãos, o silêncio, a submissão, a obediência passiva, as privações e a suspensão de eleições, o que os torna inarredáveis de suas funções.

A guerra é, também, o meio através do qual os mais obscuros políticos, uma vez que ela tenha sido declarada e tido início, transformam-se muitas vezes, em notabilidades, objeto de fervor e de acatamento. Mesmo que sejam cruéis e dissolutos, como Júlio César, ou astutos e impetuoso, como Aníbal, a vitória lhes assegura o amor profundo de seus patrícios. Enfim, a guerra transforma muitos deles em entes sagrados.

A análise dos comportamentos individuais e coletivos apresentados após o término de uma guerra tem sido objeto de atenção por

parte da Polemologia, na procura das consequências psicológicas da guerra.

O fim da guerra gera uma imediata e intensa sensação de euforia, surgida, primeiramente, entre os combatentes, que vêm terminarem, com ela, as ameaças, os perigos e os riscos de vida sob os quais viveram até então.

Para o país vencedor, a euforia se explica facilmente. Conseguiu seu objetivo e espera as vantagens advindas de sua vitória: anexações territoriais, indenizações e outros benefícios.

Os vencidos enfrentam situações as mais variadas, desde a submissão total aos vencedores, capitulação incondicional, até a simples aceitação de um tratado ligeiramente desvantajoso.

Não obstante, até mesmo os vencidos vêm o fim da guerra com enorme alívio. Se seu território é ocupado pelos vencedores, alimentam a esperança de uma breve evacuação, que cessem as requisições a que são obrigados a aceitar, que seus cidadãos feitos prisioneiros lhes sejam devolvidos e que não sofram mais constrangimentos.

É claro que nem sempre isto ocorre com tanta simplicidade, particularmente nos casos em que a guerra tenha causado destruições excessivas, que tornam problemático um retorno à vida normal.

Assim, por exemplo, o alívio sentido ao fim da II Guerra Mundial foi menos intenso do que o que acompanhou o término da Grande Guerra, em 1918. Pela primeira vez, em 1945, a Europa pôde sentir concretamente as con-

seqüências de uma guerra geral e de dimensões nunca experimentadas antes.

Enfim, todos passaram a saber, por experiência própria, que ao fim de uma guerra não se segue, necessariamente, o advento da prosperidade.

CONCLUSÕES

Freqüentemente, fala-se sobre a função social da guerra, vista como um mecanismo de estabilização do poder ou da economia, de regulação do crescimento demográfico, de desvio das tendências antisociais e de desenvolvimento das ciências e da tecnologia.

O advento da arma nuclear, entretanto, permite que se afirme que, atualmente, a guerra se vê privada de qualquer função.

Como consequência, desenvolveu-se uma tendência, cada vez maior, no sentido de que sejam buscados meios de controle e alternativas para os conflitos armados.

Essa busca parte da constatação de que os instrumentos de controle tradicionais, isto é, as normas jurídicas e éticas, não têm impedido as guerras. Segundo estudos recentes, em 3.400 anos de História, a humanidade teve, apenas, 234 anos de paz, definida em termos de ausência de conflitos armados. De acordo com os cálculos de Singer, do Congresso de Viena aos dias atuais, houve mais de 90 guerras.

A guerra, para os homens de hoje, começa a ser menos evanescente e inconsciente, o que não quer dizer que seja um fenômeno

superado, que não ocorrerá mais.

O espectro do conflito armado continuará a existir entre os homens durante um tempo indeterminado, pelo menos enquanto as culturas mais evoluídas não se convencerem de que a situação atual tornou a guerra um fenômeno inadmissível e não difundirem uma visão pacífica por todo o mundo.

Tempos atrás, aquelas culturas sucumbiam diante das menos desenvolvidas mas mais violentadas. A História está cheia desses exemplos. Parece, até, que isso constitui uma lei natural.

Entretanto, hoje, a ciência e a tecnologia podem vir em socorro daquelas mais evoluídas. De fato, atualmente, os povos de maior progresso são os industrializados e democráticos, que, além de suas idéias pacifistas, têm, também, uma forte capacidade de organização e uma potência tecnológica imensa.

Se as *divergências ideológicas* forem superadas, o próximo problema a ser enfrentado será o de controlar os *nacionalismos exasperados* que se apresentam em alguns países, o *desenvolvimento irregular* das nações mais recentemente emancipadas, as *visões egocêntricas*, a *explosão demográfica*, o *desfrutamento* e a *distribuição irracional* dos recursos e as *relações* entre os diversos povos.

A "astronave Terra", como a chama Bouthoul, está se tornando pequeníssima e "sua tripulação e seus passageiros" não podem continuar a ignorar-se e, pior ainda, a



SOBERANIA E O CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

Márcio Nóbrega de Ayrosa Moreira

O Estado moderno é uma entidade bastante complexa. Ao meio físico, o território, elemento indispensável à sua existência, somam-se outros elementos essenciais tais como a população — o elemento humano, o governo — o elemento político e a soberania — o chamado elemento formal, característica marcante do Estado e seu elemento mais complexo.

A soberania comporta dois aspectos: um interno, manifestado através da organização e direção da sociedade, e um externo, que é a manifestação de sua vontade independente perante outros Estados. Este último aspecto depende da aceitação ou reconhecimento formal dos demais Estados, requisito que, eventualmente, poderá deixar de ocorrer.

Verifica-se contudo, hoje em dia, uma evolução no conceito de soberania, que vai perdendo o caráter absoluto de outrora, face à interdependência crescente entre Estados. Por mais flexível que seja a aplicação atual da soberania, uma nação, todavia, não pode abrir mão de certos elementos e aspectos inerentes à ela, dentre os quais podemos situar a manutenção da integridade do território pátrio.

O território, considerado elemento indispensável à existência do Estado, fixa a jurisdição em limites dentro dos quais é aplicada sua autoridade, no mais amplo espectro de compreensão da palavra autoridade que, segundo Robert A. Dahl, é consequência do fluxo de ações e atos que conduzem à sua caracterização:



Acatada a idéia de que o território deva ter sua integridade preservada, devemos aceitar que um território engloba o solo, o subsolo, as águas internas, as ilhas, o mar territorial e o espaço aéreo sobjacente e que a soberania do Estado tudo abrange.

O Código Brasileiro do Ar, em seu título "Espaço Aéreo e seu Uso para Fins Aeronáuticos" —, consubstancia, em um de seus artigos, *que o Brasil exerce completa e exclusiva soberania sobre o espaço acima de seu território e mar territorial*. Caracteriza-se, portanto, a aplicação da soberania em documento legal decorrente de convenções internacionais. Satisfeito o aspecto jurídico legalizador da aplicação da soberania, vejamos como fazer prevalecer a autoridade do Estado.

Em outro artigo do Código supracitado, *ao Ministério da Aeronáutica submetem-se as normas, a orientação, a coordenação, o controle e a fiscalização da navegação aérea, do tráfego aéreo, da infraestrutura aeronáutica, das aeronaves, das tripulações e dos serviços, direto ou indiretamente, relacionados ao voo*.

Cabe, por via de consequência, ao Ministério da Aeronáutica, e particularmente à Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo, o exercício da soberania do espaço aéreo, através de sua vigilância e controle, ações dependentes, também, de autoridade, de poder e de for-

ça. A autoridade, já legalmente expressa no Código Brasileiro do Ar, é confirmada nos regulamentos: da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo; dos Serviços Regionais de Proteção ao Vôo (SRPV); e dos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA).

O poder e a força são conseguidos pelo uso integrado de sistemas de armas, sensores, telecomunicações e vetores de interceptação, sejam aeronaves, sejam mísseis, que policiam e constrangem o espaço aéreo, ampliando e completando o controle.

Até há alguns anos atrás, a doutrina preconizava o uso de uma solução clássica, ou fosse, uma organização controlaria o tráfego aéreo (civil) e a outra controlaria (sic) a circulação das aeronaves em operação militar. Contudo, a partir de 1968, o Ministério da Aeronáutica fixou a política de emprego integrado das funções de controle de tráfego aéreo e das operações de defesa aérea.

Mantida a política instituída nas administrações anteriores e consagrada a doutrina de integração de funções, pela implantação do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), passou a DEPV a ser responsável pelo controle do espaço aéreo através da missão atribuída de *vigilância e controle da circulação aérea geral bem como a condução das aeronaves que têm por missão a manutenção da integridade e da soberania do espaço aéreo brasileiro*.

Um dos sábios princípios lançados na Diretriz de Planejamento 67-01, hoje atualizada por outras diretrizes, é o Princípio da Unicidade de Comando que estenderíamos, de modo próprio, para Unicidade de Comando, Controle e Comunicações, o já institucionalizado C3, hoje amplamente utilizado por forças armadas dos países mais desenvolvidos militarmente. Realmente, esta unicidade já está por completar-se, pois que as telecomunicações, no Ministério da Aeronáutica, bem como o comando estão unificados, e no caso particular do controle do espaço aéreo, apenas um elo falta para completar o símbolo C3, que é a integração do controle aerotático. Fundidas e unificadas, as diferentes funções de controle do espaço aéreo teriam, por consequência, a normalização da utilização do espaço aéreo, em tempo de paz ou de crise.

A soberania do espaço aéreo subjacente ao território brasileiro estará, então, plenamente exercitada.

Referências bibliográficas

- Complementos da Doutrina. 1981, Rio, ESG.
- DAHL, Robert. *Poder — Documentação e Atualidade Política*, nº 11, 1980, UnB.
- DIPLAN 6701 – Rio, 1967, MINIAER.
- DOORN, J. A. A. *Sociology and the problem of Power*.
- Código Brasileiro do Ar (anteprojeto).
- Regulamento da DEPV.
- Regulamento do CINDACTA I.
- GCC, Portaria R 194/GM3/82.
- MOREIRA, M. N. A. *A Segurança Externa do Brasil na Atualidade*. TE-81, 1981, ESG.
- MOREIRA, M. N. A. *A Defesa Aérea no Brasil: Uma solução diferente, senão inédita*. Revista "A Defesa Nacional", 1980, Rio.



O Brigadeiro do Ar Márcio Nóbrega de Ayrosa Moreira é da turma de Oficiais Aviadores de 1952 e fez os seguintes cursos: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAOAer), Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), Superior de Comando (ECEMAR) e Superior de Guerra (ESG). Presidente da Comissão de Implantação do Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo. Primeiro Comandante do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I).



A EDUCAÇÃO PELA INTELIGÊNCIA E O CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME

Octavio Tosta

PRIMEIRA PARTE

- I – INTRODUÇÃO
- II – O QUE É O CONCURSO DE ADMISSÃO
- III – EDUCAÇÃO PELA INTELIGÊNCIA
- IV – INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE
- V – O PENSAMENTO
- VI – RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS
- VII – O CANDIDATO
- VIII – PREPARAÇÃO PARA O CONCURSO

I – INTRODUÇÃO

No exercício das funções de adjunto da antiga Seção de Geografia e História do Estado-Maior do Exército; de Instrutor da antiga Seção de Geografia e História Militar, de Chefe da Seção de Cursos por Correspondência, de Chefe da Seção de Estado-Maior e Extensão Profissional, e de Subcomandante e Subdiretor de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, tive oportunidade de participar muitas vezes de comissões do concurso de admissão à ECEME. Por outro lado, nos períodos em que exercei funções não comprometidas com o concurso (Instrutor-Chefe de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras, Secretário da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, e Co-

mandante do 4º GAC, Juiz de Fora) preparei com êxito, numerosos candidatos ao concurso. Depois de transferido para a Reserva prossegui nesta missão de orientar futuros alunos da ECEME.

O presente trabalho constitui a contribuição de um velho companheiro que, após mais de trinta anos de experiência, deseja ser útil aos candidatos ao concurso, bem como aos novos instrutores responsáveis pela seleção dos futuros alunos da Escola de Estado-Maior; aos oficiais que dedicam seu esforço e experiência na orientação dos candidatos, e, sobretudo, a todos os oficiais em geral que com seu apoio, compreensão e estímulo realizam a meritória obra de favorecer a preparação dos seus subordinados que têm a aspiração de ingressar na ECEME.

II – O QUE É O CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME

A preparação para o concurso de admissão à ECEME e a consequente aprovação, constituem importante marco na carreira do oficial do Exército. A preparação também concorre para a elevação do nível cultural dos oficiais, particularmente através da aquisição de conhecimentos que, embora não proporcionados pelas escolas básicas, são considerados valiosos para a formação dos oficiais de Estado-Maior.

O concurso consiste, essencialmente, na comparação das provas dos candidatos, para que possam ser selecionados os melhores, segundo um critério que atenda à Concepção Geral do Ensino da ECEME.

São relevantes os seguintes pontos da Concepção Geral do Ensino:

Primeiro: O ensino da Escola não se destina apenas a instruir, mas, também, a educar. Nele, os objetivos cognitivos e afetivos devem preponderar sobre os psicomotores.

Segundo: A compreensão e prática do método lógico de raciocínio e o preparo intelectual, visando a desenvolver a flexibilidade mental, a objetividade e a criatividade, devem constituir a base da aprendizagem, habilitando o oficial a resolver, com êxito, problemas decorrentes de situações complexas e originais.

Terceiro: A preocupação do ensino não deve limitar-se à formação para o futuro imediato, mas voltar-se, também, para o futuro

distante, ampliando a visão e estimulando a autoconfiança e o desejo do oficial de manter-se em dia com a evolução da doutrina militar e da tecnologia, e com a mutação das conjunturas estratégicas nacional e mundial.

Quarto: Responsável pelo preparo das elites do Exército, a Escola deve preocupar-se com o desenvolvimento da sua formação democrática e o cultivo dos valores mais representativos da sociedade brasileira, a fim de mantê-los integrados às legítimas aspirações nacionais.

As provas do concurso (com exceção da de idiomas estrangeiros) consistem na resolução de questões ou problemas formulados com base no programa das matérias estabelecido pela ECEME.

O concurso não visa selecionar especialistas nem futuros professores das matérias contidas nos programas. O que se exige dos candidatos é uma certa massa crítica de conhecimentos e de experiências, que concorram para a interpretação e resolução dos problemas ou questões propostos pelos membros da comissão examinadora. Como se trata de selecionar futuros oficiais de Estado-Maior, é conveniente que as questões propostas tenham como "pano de fundo" assuntos relacionados com a política de segurança nacional e assuntos afins, tais como interesses e aspirações nacionais (Art. 91 da Constituição). Os programas de Geografia, História e Movimentos Revolucionários ao darem ênfase ao Brasil, Prata e América do Sul; Caribe/América Central, África

Atlântica e Antártica; e Estados Unidos da América, Guerras Mundiais e Movimento Comunista Internacional, estão, em realidade, exigindo conhecimentos que permitam a compreensão e análise de problemas relativos à política de segurança nacional e à preservação dos interesses nacionais.

III – EDUCAÇÃO PELA INTELIGÊNCIA

A educação é o "processo orientado no sentido do desenvolvimento e crescimento do homem intimamente ajustado ao seu grupo social". A educação deve assegurar o desenvolvimento de todas as possibilidades de ação motora, verbal e mental. O indivíduo que desenvolver estas possibilidades estará preparado para sobreviver no mais alto padrão vital bem como para intervir no processo sócio-cultural. Sobretudo, estará preparado para inovar a sociedade.

Kilpatrick e Dewey observam que a educação deve ser adequada a uma sociedade em mudança. No ensino de História, por exemplo, em vez de ensinarem-se fatos, deve-se ensinar relações. A inteligência é um mecanismo de fazer relações combinatórias.

No caso do oficial do Exército, o processo educacional deverá concorrer para que este adquira uma base cultural e uma capacidade motora, verbal e mental, que lhe assegurem perfeito ajustamento profissional e expressivas condições de liderança.

Alex Osborn aponta como objetivos da educação: alimentar e

exercitar a mente e formar o caráter. Mas objeta: contudo, há grave perigo em nosso processo de encher a memória. No entanto, quase todo diploma baseia-se na absorção e retensão de dados relativamente mortos. "Precisamos ter cuidado com o que chamo de *idéias inertes*" — adverte Alfredo N. Whitehead — "idéias que são meramente recebidas na mente sem serem utilizadas, testadas ou lançadas em novas combinações".

Há duas maneiras de educar:

- educar pela técnica;
- educar pela inteligência.

A *educação pela técnica* consiste em transmitir automatismos e hábitos motores, verbais e mentais.

A *epistemologia do trabalho* (eficiência, eficácia, economia de esforço, aumento da quantidade, rapidez etc.) conduz fatalmente à *técnica* que resulta de procedimentos lógicos e formas de agir que, por hipótese, eliminam as *diversões* (atividades que não levam diretamente ao objetivo). Em outras palavras: a *técnica* (rígida estratégia de ação que permite alcançar o objetivo sem "diversões" e com o máximo de rentabilidade) aproxima-se do automatismo (uma espécie de instinto aprendido) — Jean Piaget.

A *educação pela inteligência* consiste, essencialmente, em propor problemas aos alunos, *jamais em ensinar soluções*. Para Piaget existem inúmeros níveis de resposta para o mesmo "estímulo" (problema). O que interessa não é a resposta, mas o seu nível estratégico ou de operacionalidade.

A educação pela técnica é constituída pelo adestramento. É feita por meio da educação programada, reflexos condicionados, criação de hábitos, imitação, etc.

A educação pela inteligência constitui a verdadeira educação. Tem como propósito as reorganizações do comportamento motor, verbal e mental. Nela proporciona-se a estimulação para a permanente inovação (descoberta, invenção, criatividade, reorganização, complexificação, mobilidade, cooperação).

Na preparação dos futuros oficiais de Estado-Maior, inclusive dos candidatos à ECUME, deve predominar a educação pela inteligência. Nos processos inteligentes, a situação é sempre mais ampla, abrangente e generalizável. Por outro lado, as respostas aprendidas — tão características dos reflexos condicionados — impedem o pensamento criativo.

"Muitos professores tentam inverter o curso da evolução, ensinando aos alunos respostas padronizadas, isto é, fórmulas ou reflexos condicionados". As respostas padronizadas, ou hábitos, são como instintos aprendidos. Retirando o instinto e a inteligência só resta uma forma de responder às situações: o hábito. Este é exatamente o nome tradicional do reflexo condicionado.

Os professores que ensinam aos alunos respostas padronizadas (fórmulas ou reflexos condicionados) não estimulam a flexibilidade mental e a criatividade, consequentemente, prejudicam a inteligência. Cultivar hábitos e comportamen-

tos estereotipados, concorre para a formação de indivíduos bitolados e constituiria um processo nocivo de educação de futuros oficiais de Estado-Maior. O verdadeiro educador não ensina fórmulas: "cria situações graduais e seriadas que levam o aluno a inventar respostas".

O indivíduo que não sabe ou não quer desenvolver sua inteligência, acha mais cômodo as respostas instintivas. Realmente, não é fácil, diante de cada dificuldade ter que inventar uma solução. As respostas padronizadas (hábitos) são como instintos aprendidos. "Nivelam o homem aos animais".

A inteligência, para Piaget, é o mecanismo geral do comportamento, consistindo a afetividade no tonus ou grau de interesse da ação. Assim, qualquer proposta didática é sempre uma proposta "intelectual" (*problema*). Toda progressão (biológica, psicológica e sociológica) é uma "reequilíbrio" provocada por uma desadaptação. Portanto, dirigir a aprendizagem consiste, simplesmente, em criar uma seqüência de desequilíbrios (*problemas*) que levem o aluno a fazer esforço de reequilíbrio". Quando a aprendizagem (e neste caso não se diz mais aprendizagem, e sim reequilíbrio) resulta da integração de estruturas mais primitivas, o organismo (mente) adota nova maneira de agir, irreversível e generalizável, dando o *salto qualitativo*. O que não é reorganizado segundo os níveis mentais preexistentes não se incorpora nem ao organismo nem à mente".

A função do professor é provocar "desequilibrios" (apresentar

desafios). O professor não ensina, ajuda o aluno a aprender. Todavia "transformar um programa numa série de situações problemáticas é tarefa para uns poucos mestres com excepcional imaginação criadora".

A proposta didática não deve ser uma massa de dados a serem decorados, mas uma estrutura em que as partes se combinam umas com as outras formando um esquema de interpretação da realidade.

Cada indivíduo, em função do desenvolvimento alcançado, tem um determinado grau de operatividade motora, verbal e mental, bem como um grau de visão da "organização do mundo" (percepção e representação mental). É *operando a realidade* que o indivíduo a organiza e, para que a realidade seja operada, são necessários os conhecimentos e referências.

A teoria da assimilação de Jean Piaget supõe que toda assimilação (aprendizagem) seja uma "assimilação a um esquema prévio". Portanto, não se aprende nada inteiramente novo. É sempre necessário que o "novo" seja "assemelhável", isto é, que "tenha algo conhecido".

O impulso que movimenta um objeto, vem de fora. Mas o impulso que movimenta um organismo, é interno. Todavia, de um modo geral, a atividade de "aprendizagem" é conduzida por uma *motivação extrínseca* (vinda de fora, do exterior). Quase sempre ocorre que, em vez de despertar-se o interesse do educando pela tarefa, use-se o "castigo" (ameaça, pressão, perda de status, e prejuízos na carreira, para o militar) como meca-

nismo para garantir a aprendizagem. Isto é, "desde que se inventou a escola, até hoje e em toda parte, a aprendizagem só é conseguida mediante *prêmio* e *castigo*. A nota numérica e conceitual é a instituição que tenta, em vão, disfarçar o mecanismo latente de prêmio e castigo. Ninguém imagina sequer o processo escolar sem um tipo de coação, disfarçado hoje com o eufemismo de *avaliação*. A escola não representa para os alunos algo que produza interesse intrínseco". Quase todos pudicamente — observa Lauro de Oliveira Lima — fingem não ter poder discricionário sobre o aluno, convencendo-se a si próprios que o interesse em suas aulas é suscitado por sua própria personalidade ou pela validade intrínseca dos conhecimentos que ministra. "Esta relação patente e subliminar de coação corrompe, essencialmente, o processo educativo, na medida em que não permite uma adesão gratuita do aluno". Qualquer que seja o nível da escola, as aulas sem a "coação" do grau constituem atividade pouquíssimo gratificante para o professor.

O mais grave e lamentável é que, grande parte do que as escolas ensinam, simplesmente desaparece da mente dos educandos. É sintomático o fato de cadetes da AMAN comemorarem a aprovação em determinadas matérias queimando as apostilhas referentes às mesmas.

O esquecimento, de grande parte da aprendizagem, é um "processo de higiene mental" que o cérebro realiza, para não se empantur-

rar com conhecimentos ou informações que dificultem o seu funcionamento programático. O *esquecimento* é mecanismo de defesa da mente contra "informações ociosas, inúteis ou obstrutoras". Mas, todos fingem que este tipo de trabalho é relevante, e que, realmente, os alunos estão aprendendo coisas importantes e úteis para a vida e/ou profissão.

O "êxito" e o "castigo" *naturais* não constituem engodos para obterem-se objetivos que não interessem ao organismo, como são os casos em que o êxito (prêmio) e o fracasso (castigo) dizem respeito à sobrevivência. O gladiador romano, na arena do Coliseu, estava empenhado na própria sobrevivência que poderia ser assegurada pelo seu preparo físico e coragem. Os candidatos à ECEME mais inteligentes são aqueles que sabem que sua "sobrevivência" na carreira (êxito no concurso) dependerá muito mais da sua capacidade de utilizar conhecimentos (fazer relações e combinatórias), do que da quantidade de informações memorizadas.

As aprendizagens, impostas mediante prêmio e/ou castigo, desaparecem sempre que não são reforçadas. "Tudo que não é exigido pela rotina diária ou pela atividade profissional, se esvai como se não tivesse sido objeto de enervante, compulsiva e traumatizante atividade de aprendizagem".

Somente a educação pela inteligência poderá assegurar a preparação de um candidato que se ajuste à Concepção Geral do Ensino da

ECEME, e à formação de eficientes oficiais de Estado-Maior.

Conclusão

1. A educação deve basear-se na inteligência e não nos reflexos condicionados.
2. A educação pela inteligência consiste em propor problemas aos alunos, jamais em ensinar soluções.
3. A motivação deve ser intrínseca e decorrer dos crescentes desafios contidos nas questões propostas.

IV - INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE

É muito generalizada a convicção de que a inteligência é inata, mas a moral, adquirida. Geralmente não se aceita a idéia de "ensinar inteligência", mas muitos se preocupam em "ensinar moral". Esta maneira de ver as coisas — observa Oliveira Lima — não tem a mínima base científica. Tanto a inteligência quanto a moral "dependem de situações estimulantes do meio".

Tecnicamente, "a inteligência se desenvolve através de situações-problema e a moral resulta da dinâmica de grupo".

De acordo com Piaget; "inteligência é compreender (uma espécie de criatividade interna da mente face ao real) e inventar (uma espécie de criatividade de novos comportamentos para enfrentar a realidade).

A evolução é a "criatividade como processo vital permanente". "O organismo age, fundamental-

mente, para "assimilar", isto é, para permanecer como é, sem modificações", todavia, "as próprias exigências de sobrevivência fazem-no adaptar-se ao meio ("acomodação"). A acomodação (ou aprendizagem) é a "própria criatividade, pois acomodar, no sentido piagetiano, é *reestruturar* (reorganizar) o comportamento para enfrentar os constrangimentos do meio". Só se cria para "sobreviver", no sentido mais amplo da palavra. Normalmente nos períodos de guerra "os membros das nações em conflito tornam-se, por questão de sobrevivência, mais criativos produzindo mutações mentais e tecnológicas que poderiam levar décadas para aparecer em clima de tranquilidade". Estas "mutações" confirmam a convicção de Piaget, segundo a qual a "evolução se faz por necessidade de sobrevivência (adaptação ao meio), jamais por mero acaso".

A motivação é o "fator básico da criatividade" e — ainda conforme Piaget — é "apenas sintoma de desequilíbrio, necessidade, carência, contradição, desorganização", etc.

A criatividade é o "próprio exercício da inteligência e dela nada difere". Da mesma forma que a inteligência, a criatividade consiste em "fazer combinatórias (do nada não se cria nada)".

Em geral os indivíduos chamados *gênios*, simplesmente conseguiram combinar, de maneira não previsível e de forma muitas vezes casual, idéias, conceitos, teorias e formas que, anteriormente, ninguém supunha serem combináveis.

A inteligência pode ser: a) sensória-motora (inteligência prática); b) verbal ou simbólica (pré-linguagem); e c) mental (intuições, configurações e operações).

Da mesma forma, a *criatividade* (invenção) pode ser: a) sensório-motora ou prática, como ocorre quase sempre na *tecnologia* (combinação de movimentos e formas concretas); b) simbólico-verbal, como ocorre na linguagem literária e em todas as formas de arte; e c) mental, como ocorre com a invenção de *fórmulas, algoritmos, teorias, concepções filosóficas*, etc.

A conquista da inteligência, tanto pela humanidade como pelo indivíduo, é "penoso e permanente processo de auto-superação de estados inferiores". "A inteligência só se manifesta em situações novas. Nas situações já conhecidas funciona a memória".

O professor que dá a fórmula ou que ensina a solução de um problema (ou questão), está concorrendo para a incapacidade intelectual do seu aluno. Se o estudante é impedido de inventar a solução, "aprende a não inventar e se convence de sua incapacidade de resolver um problema sem o prévio conhecimento da 'fórmula'. Aprender uma fórmula é fixar um hábito, e hábito não é inteligência".

"Todo ensino que se baseia na *imitação* (do professor), isto é, que depende da aprendizagem de *fórmulas, definições e nomenclaturas*, não é ensino inteligente. O ensino inteligente depende de *ensaio e erro, de pesquisa, da solução de problemas sem fórmulas prontas*. As pessoas comuns 'não acre-

ditam que se possa aprender, intelligentemente, isto é, sem decorar algo fornecido pelo mestre".

A inteligência não é inata. Se o fosse "saberia, agora, fazer qualquer coisa... inclusive as coisas que ainda vai inventar. A inteligência vai-se construindo na medida que vai descobrindo e inventando" — (Oliveira Lima).

Philip E. Vernou* apresenta as seguintes considerações sobre as tendências atuais da psicologia: 1) "tem-se fugido à conceção de inteligência como qualidade hereditária e mensurável, com a qual o indivíduo nasce e fica, apenas sofrendo ela os efeitos do amadurecimento, a despeito da educação e das condições de criação"; 2) "todos os tipos de capacidade se desenvolvem mediante interação do meio e do indivíduo que vai amadurecendo, o que põe em dúvida o valor do QI como índice de previsão a longo prazo"; 3) "Os testes de múltiplas escolhas têm caído em descrédito, verificando-se que a habilidade em resolvê-los depende muito de treinamento para essa técnica".

Vernou observa que "nem se sabe ao certo o que é inteligência, podendo-se seguramente afirmar que não é uma entidade unitária, mas apenas um nome com que se procura designar a eficiência geral e o nível de complexidade dos processos de conhecimento de uma pessoa".

Segundo pesquisas de Piaget, e outros, "em seu desenvolvimento o indivíduo constrói enorme quantidade de conceitos e habilidades, que vai guardando e armazenando. Deles se vale para interpretar o mundo e manobrá-lo, sendo esses elementos (planos, habilidades, etc) desenvolvidos com o uso, à medida que o organismo reage ao ambiente. Com exceção de alguns dos mais simples reflexos, as habilidades e os planos não existem no sistema nervoso por nenhuma arte genética e nem amadurecem no vazio, como decorrência das mesmas artes. Pelo contrário, temos de aprender a perceber, imaginar, raciocinar, da mesma forma que aprendemos a andar de bicicleta ou a resolver um problema aritmético" — José Reis.

O mesmo autor, observando que o indivíduo é um produto genético, admite que, deve haver uma base genética que nos permite realizar as operações intelectuais e até mesmo assegure que, em algumas pessoas, seja maior a capacidade para desenvolver certas estruturas mentais. "Alguns nascem com uma base que lhes permite aprender melhor a música, enquanto outros têm base mais favorável à matemática. Mas a inteligência geral, assim como as habilidades mais específicas, desenvolve-se pela *interação com o meio*". Portanto, parece impossível revelar-se, por qualquer tipo de teste, os "componentes inatos das aptidões mentais". Para Vernou os testes de inteligência apenas medem a "capacidade do aluno em enfrentar os tipos de problemas que o testador

* Instituto de Educação da Universidade de Londres. Dirigiu na Eugenics Society estudos sobre a "influência dos fatores hereditários e ambientais na inteligência".

incluir no teste". Leon Kamin, com sua reconhecida autoridade, afirma que considerar os testes de QI como medidas de "inteligência" é absurdo. Além disso, até adeptos dos testes, como H. J. Eysenck, e outros admitem que a inteligência não é "fixa" em nenhum sentido definitivo ou imutável.

Thurstone assinalou os seguintes fatores da mente (*intelecto*), reconhecidos por muitos psicólogos:

1º) o fator de compreensão verbal, que consiste na faculdade de compreender e definir as palavras.

2º) o fator de fluência verbal, que consiste na capacidade de falar em continuidade sem necessariamente sofrer interrupções.

3º) o fator de facilidade nas operações matemáticas que consiste na compreensão e na resolução de problemas numéricos.

4º) o fator da capacidade espacial, que consiste em exemplificar as relações entre a pessoa e o seu espaço.

5º) o fator da memória, que consiste em reter dados e em recordá-los voluntariamente quando for necessário.

6º) o fator da capacidade perceptual, que consiste em distinguir nos objetos diferenças e analogias.

7º) o fator do raciocínio, que consiste em elaborar regras de dados fragmentados e procurar princípios ou conceitos gerais necessários para a compreensão de problemas.

Guilford admite que a *mente* ou *intelecto* abrange 120 fatores ou capacidades diferentes, dos quais apenas cerca de 50 são conhecidos.

Estes formam "duas classes principais": uma pequena de *capacidade de memória* e outra bem maior, de *capacidade de pensamento* —

De um modo geral, podem ser identificados no homem os seguintes *poderes mentais*:

1º) *Poder de absorção* — capacidade de observar e dedicar atenção.

2º) *Poder de retensão* — capacidade de memorizar e lembrar.

3º) *Poder de raciocínio* — capacidade de analisar e julgar.

4º) *Poder criativo* — capacidade de imaginar, prever e gerar idéias.

Alex Osborn observa que ao "absorver e reter" fazemos nossa mente servir como esponja. No "racionamento lógico" e na "imaginação criativa", fazemos a mente pensar. A mente que "pensa" acha mais fácil "julgar" do que "criar". "Quase toda nossa educação tende a desenvolver nossa capacidade crítica. E nossa experiência reforçanos igualmente o julgamento. Por mais estranho que pareça — conclui Osborn — "quanto mais exercitamos nosso poder judicativo podemos mesmo tender a restringir o nosso poder criativo". Raramente a educação se fixa no desenvolvimento do "poder criativo". A grande importância que muitos educadores dão à estatística está concorrendo para que ocorra a "glorificação da acumulação de fatos e o menosprezo pela geração de idéias".

A idade, inevitavelmente, mina o vigor físico do homem e concorre para o enfraquecimento da sua memória. Todavia, nossa faculda-

de criativa é quase a única aptidão que pode desafiar o tempo. "Podemos ser tão criativos aos 80 anos quanto aos 30", afirmou o gerontologista George Lawton. O importante é que "estimulemos sempre os músculos da imaginação". Lamentavelmente, como ressaltou William James, da Harvard, "em comparação com o que deveríamos ser, estamos apenas meio acordados. Estamos fazendo uso de apenas pequena parte de nossos recursos mentais".

Muitas vezes o homem tem que enfrentar problemas e situações para os quais não estava preparado. Para superar essa dificuldade precisa criar uma "nova estratégia de ação, isto é, concretizar um ato de criação". Tal contingência geralmente é denominada de "problema ou situação problemática".

O processo psíquico que concorre para a superação do problema, consiste na "elaboração de uma nova estratégia que constitua algo inédito". Esse processo psíquico, constitui o pensamento criador ou uma *atividade heurística*.

A "atividade heurística" é de grande importância nas descobertas científicas, elaboração de planos de batalha ou na solução de problemas e questões de um modo geral.

Heurística é a ciência que estuda as constantes do pensamento criador. Descartes, Spinoza e Leibnitz, (Séc. XVII) estudaram importantes componentes do pensamento criador. As teses desses filósofos relativamente à *intuição*, favoreceram a percepção da atividade heurística. Observaram, por exem-

plo, que na composição da atividade intelectual humana existem verdades que "são descobertas pelo intelecto não à base da argumentação lógica e raciocínio, mas através de uma peculiar e súbita visão intelectual".

Einstein atribuía à intuição importante influência nas suas descobertas científicas. "Não tenho dúvida de que — afirmou Einstein — nosso raciocínio decorre, em princípio, através de simbolos (palavras) e, além do mais, inconscientemente".

Intuição é uma apreensão (conhecimento, compreensão) imediata. Bazarian refere-se a duas formas de intuição intelectual: a) *intuição da evidência*, através da qual se processa o conhecimento direto que permite ao indivíduo captar a clareza de uma idéia ou a veracidade de um fato ou relação; b) *intuição heurística*, também chamada de antecipadora, inventiva ou criadora, pela qual o indivíduo *presente a verdade, percebe a solução de um problema ou descobre algo de novo*. A intuição consiste, portanto, no ato de "captar o sentido, a estrutura de um problema ou de uma situação, sem que haja uma análise do problema ou da situação".

Geralmente, as pessoas mais criativas, "enxergam mais sentidos numa situação qualquer", do que outras de comparável nível intelectual. O "ato criador" pode resultar de um *insight*, isto é, um vislumbre súbito, uma percepção imediata da situação através das ligações e relações que garantam a solução do problema.

V – O PENSAMENTO

O cérebro é um "sistema no qual as coisas acontecem segundo a natureza do sistema". O que acontece no cérebro é *informação*. A forma pela qual acontece, é o pensamento (De Bono).

Memória é o que resta quando algo "acontece e não desacontece completamente". Um perfeito vestígio de memória é o que não exige qualquer esforço de interpretação. Isto se deve ao fato de a memória "recriar o acontecimento que a causou".

Memórias diferentes são "modelos diferentes deixados por coisas diferentes". Podemos reconhecer coisas diferentes porque os traços de memória "são guardados separadamente uns dos outros de tal forma que possam ser empregados de per si". Cada traço de memória é um modelo único na superfície-memória. No cérebro existem unidades da ordem de um trilhão.

Superfície-memória especial é o sistema que permite que a informação se transforme em pensamento. Isto é: o pensamento é o *fluxo de atividade* de uma área para outra da superfície-memória especial. O fluxo é inteiramente passivo e segue os contornos da superfície. Não há um agente exterior que o dirija. A seqüência das áreas ativas – constitui o *fluxo do pensamento*. Este, pode ser "contínuo", isto é, de uma área adjacente para outra, ou a atividade pode "morrer numa área e ser reiniciada em outra sem conexão com ela". Onde houver uma parada, deve haver

uma imagem; e, onde não houver parada, não deverá haver imagem.

A *atenção* é o comportamento da superfície-memória que consiste em "cuidar de uma parte do padrão total disponível". Tal comportamento não constitui uma limitação. Em vez de desvantagem, este limitado alcance da atenção é uma vantagem tão grande que todo o funcionamento da mente depende dele. Um limitado alcance da atenção significa que "muito é deixado de fora, mas também significa que algo é selecionado". E *seleção* significa "preferência e escolha ao invés de aceitação total de tudo que é oferecido".

A área de ativação na superfície-memória não é apenas limitada em tamanho mas, também, deve ser "única e coerente".

Por exemplo, quando estivermos resolvendo um determinado problema, só devemos fixar nossa atenção nas informações que interessem à resolução do problema.

Pensar, para Wertheimer, é "aprender a verdade". Aprender é uma questão de "colocar novo padrão na superfície-memória ou modificar um padrão já estabelecido".

Para Edward de Bono, podem ser identificados quatro tipos diferentes de pensamentos:

- pensamento natural
- pensamento lógico
- pensamento matemático
- pensamento lateral.

Esses tipos de pensamento são níveis diferentes do mesmo fluxo-PENSAR. Complementam-se, interligam-se, não se excluem, não se opõem.

Pensamento natural — É um pensamento "simples, cru ou primitivo". Para ele, uma coisa dita várias vezes é mais certa do que a dita uma única vez. A repetição acarreta a *dominação*. Uma coisa que chama atenção torna-se mais importante que as demais.

Uma das características do pensamento natural é a sua "completa falta de percepção". Se alguns estudantes contestarem, todos os estudantes são contestadores. Depois que o padrão é estabelecido, ele "não pode ser apagado, podendo apenas ser alterado". E, no pensamento natural, "não existe uma forma de alterar um padrão uma vez que o fluxo de pensamento segue apenas a ênfase ou a dominação perceptiva".

Os rótulos (qualificações simplistas) são muito empregados no pensamento natural, uma vez que fornecem uma rápida interpretação e uma firme direção do fluxo. As classificações, rótulos e nomes, significam mais que as verdadeiras probabilidades estatísticas. O pensamento natural segue padrões estabelecidos ignorando inteiramente as variações bem como os fatores modificadores ou diferenciadores. Emprega absolutos e extremos, porque estes padrões, tornam-se mais perceptíveis que os intermediários. Tende a usar imagens concretas e experiência pessoal.

No pensamento natural, os padrões e clichês estabelecidos, constituem a coisa importante, e os elos de conexão, elementos triviais. Em síntese, o pensamento natural constitui a "forma natural da superfície memória se comportar".

O fluxo do pensamento é "imediato, direto e basicamente adequado". Todavia, também é capaz de produzir erros consideráveis.

O pensamento natural é muito fluente. Esta fluência é a principal fonte dos seus erros, pois fluência também significa seguir a ênfase dos padrões conforme esta ênfase possa surgir.

Pensamento lógico — É uma tentativa deliberada de restringir os excessos do pensamento natural. Esta limitação é realizada pelo bloqueio seletivo dos rumos naturais do fluxo de pensamento.

Lógica é a "administração do NÃO". O pensamento natural tende a seguir os rumos enfatizados, mas quando estes estão bloqueados por um NÃO, o fluxo tem que seguir outros rumos. O pensamento lógico "emprega o fluxo do pensamento natural mas controla-o por meio de um mecanismo sensível para o reconhecimento e a rotulação da não identidade (erro, incompatibilidade ou diferença perceptível)". O uso do NÃO significa o reconhecimento de uma incompatibilidade.

O pensamento lógico limita e corrige o fluxo do pensamento natural, e constitui um efetivo melhoramento dessa forma de pensamento.

Pensamento matemático — No universo matemático, a informação se comporta segundo as regras do próprio universo, e não de acordo com as regras da superfície-memória especial. O pensamento matemático evita os erros do pensamento natural, ao estabelecer um sistema de processamento

de informações distinto da superfície-memória especial.

No pensamento matemático, as informações são traduzidas e classificadas em símbolos. Não seguem seu próprio curso; seus canais são preestabelecidos de acordo com as regras e técnicas da matemática.

Pensamento Vertical e Pensamento Lateral

Suponhamos o seguinte problema: cavar um buraco em determinado local do terreno para construir um poço. Se o problema estiver mal formulado, isto é, se o local do buraco foi mal escolhido, o lençol d'água jamais será atingido. Nesse caso, a solução poderia ser encontrada com a perfuração de um outro buraco, ao lado do anterior. No primeiro caso, podíamos cavar o buraco com muito entusiasmo; utilizar toda a lógica no seu aprofundamento; ou aplicar avançada técnica decorrente de cálculos precisos e os resultados se tornarem inúteis. Isto é, podíamos utilizar um pensamento natural, um pensamento lógico, ou um pensamento matemático, e não encontrar água alguma no poço. De Bono denomina de *pensamento vertical* a essas três formas de pensamento. Quanto ao pensamento que conduziria à abertura do outro buraco, o autor considera, por analogia, um *pensamento lateral*. Este tem como propósito: "neutralizar os erros e limitações da superfície-memória especial".

O pensamento natural possui todos os erros da superfície-me-

mória. O pensamento lógico é usado para evitar os erros do pensamento natural, mas é limitado, na medida em que não pode gerar novas idéias, para fazer melhor uso da informação já disponível. O pensamento matemático evita os erros do pensamento natural ao estabelecer um "sistema de processamento da informação que é distinto da superfície-memória".

O pensamento lateral preocupa-se mais com o uso da "informação já disponível na superfície-memória". Preocupa-se, também, com a "compensação das deficiências da superfície-memória especial como instrumento de processamento das informações". E tem relação com a redistribuição da informação disponível de forma que ela, com base no padrão estabelecido, forme um padrão novo e melhor.

A própria superfície-memória, bem como os pensamentos natural, lógico e matemático, são *processos seletivos*. A superfície-memória seleciona aquilo a que prestará atenção. O pensamento natural seleciona um rumo segundo a ênfase. O pensamento lógico bloqueia rumos segundo a reação da incompatibilidade. O pensamento matemático emprega as regras do jogo para selecionar possíveis modificações.

O pensamento lateral é um *processo produtivo*. Exemplo: antigamente os fotógrafos antes de tirarem uma fotografia, pensavam em detalhes como: o fundo, a iluminação, a pose, o sorriso, etc. Quando tudo estava a contento, era tirado o retrato. Atualmente, o fotógrafo tira uma porção de fotografias de

diferentes ângulos com expressões e iluminações diferentes e escolhe a que lhe parece melhor. No primeiro caso, a seleção é feita antes da fotografia ser tirada, no segundo caso, depois das fotos terem sido batidas. O primeiro método só produzirá o que é conhecido e planejado anteriormente. Todavia, o segundo método poderá produzir algo novo, totalmente inesperado e que nunca poderia ter sido planejado (cit. p. De Bono).

Nos tipos de pensamento natural, lógico e matemático (*pensamento vertical*), sabe-se o que se procura. No pensamento lateral pode-se não saber o que se está procurando até que se o encontre. O primeiro método de tirar fotografias pode exemplificar o pensamento vertical e o segundo método, o pensamento lateral.

O *efeito produtivo* do pensamento lateral é exercido de duas formas. A *primeira* consiste em "neutralizar, restringir ou retardar" os impetuoso processos seletivos da própria superfície-memória, particularmente do pensamento lógico com sua grande sensibilidade para a incompatibilidade.

A *segunda forma* consiste em "causar deliberadas disposições e justaposições das informações" que, de outra forma, nunca teriam ocorrido.

O *pensamento lateral* constitui, segundo De Bono, valioso instrumento para:

- reconhecer idéias dominantes e polarizadoras;
- pesquisar as diversas maneiras de se examinar as coisas (produzir idéias novas);

— relaxar o rígido controle exercido pelo pensamento vertical;
— usar o acaso ou o estalo (situação eureka) — *insight*.

O pensamento lateral, por provocar novos rumos do pensamento (novas estratégias) e novas interações, também pode ser utilizado como *pensamento criativo*.

O Pensamento Vertical e o Lateral na Resolução de Problemas

O candidato ao Concurso de Admissão à ECUME, bem como os próprios alunos deste centro de altos estudos, terão que resolver problemas decorrentes de situações complexas e originais, e poderão ter que se defrontar com questões inteiramente inesperadas ou, até mesmo, mal formuladas. O pensamento lateral é o que mais favorece a resolução de tais tipos de problemas.

Em determinadas situações táticas, o exame da conquista de um objetivo por meio de um ataque frontal, poderia resultar de um pensamento vertical. Se a ação direta apresentasse sérias dificuldades, o êxito talvez fosse alcançado mais facilmente, por meio de uma ação de manobra concebida por um pensamento lateral.

O caminho natural do pensamento vertical (lógico) conduz diretamente ao que parece ser a solução do problema, mas, por vezes, a solução mais eficaz pode exigir que se tome outra direção. Muitas vezes, a utilização prematura do pensamento vertical decorre da falta de confiança no pensamento lateral. O uso do pensamen-

to lateral é essencial em todas as situações problemáticas, nas quais o pensamento vertical revelou-se incapaz de dar solução.

O principal objetivo do pensamento lateral é produzir idéias novas. Às vezes, o pensamento vertical, pela sua própria natureza, é incapaz de gerar idéias novas e pode, até mesmo, chegar a ser inibidor. Se o pensamento vertical puder encontrar um caminho bem sucedido para uma conclusão final, não será necessário procurar outro caminho. Com o pensamento lateral deve-se procurar um caminho seguro e, como não há nenhum compromisso com qualquer caminho anterior, pode-se encontrar outro caminho melhor.

O número de vezes em que se recorre ao pensamento lateral é uma questão de temperamento. Se ele for usado somente quando o pensamento vertical não conseguir solucionar o problema, poupa-se tempo; porém, se for empregado onde somente couberem soluções pelo pensamento vertical, fracassará sempre.

Embora a capacidade de concentração em um problema, com exclusão de todos os demais assuntos, seja considerada usualmente como uma virtude, tal procedimento impede a formação de novas idéias porque são excluídas deliberadamente quaisquer influências externas. A concentração em determinado problema concorre para reforçar a maneira pela qual o mesmo está sendo tratado. O pensamento lateral, ao escapar das maneiras rígidas e aceitas de ver as coisas, estabelece uma ordem nova

e mais simples, e não a desordem. O pensamento lateral é vantajoso, mesmo quando funciona como um simples catalisador para provocar novos rumos de pensamento e novas interações.

A grande vantagem do pensamento lateral decorre da possibilidade de atingir-se a simplicidade de uma boa idéia e do fato de poder ser utilizado por todos, pois não depende de pura inteligência. O pensamento lateral é mais um hábito mental do que a aplicação de uma técnica. Com o passar do tempo e com a prática, o esforço de se encontrar outros modos de examinar um problema, será cada vez menor.

A transferência de ênfase de uma das partes do problema para outra constitui outra técnica simples para resolvê-lo. Para isso, é preciso que cada parte do problema seja focalizada com igual ênfase. Mesmo à parte do problema considerada mais insignificante, deve ser atribuído o mesmo grau de importância, o que, na prática, nem sempre é fácil.

Muitas vezes, a solução lateral de um problema é considerada, pelos pensadores verticais, um logro, artifício, ou expediente: Isso mostra, por estranho que pareça, a utilidade do pensamento lateral, pois quanto mais fortes forem as acusações de utilização de artifício, mais óbvio se torna que os acusadores estavam limitados por regras rígidas e suposições realmente inexistentes. Os pensadores verticais são propensos a tal comportamento, porque o uso efetivo da

lógica requer um contexto rigida-
mente definido.

Deve haver uma fase de convi-
vência perceptiva que precede a ló-
gica. Se a escolha perceptiva, na
qual toda a estrutura da lógica se
fundamenta for incorreta, então
não será possível encontrar a solu-
ção. O pensamento lateral evita es-
sa barreira ao fazer várias tentati-
vas de modo deliberado. Após es-
colhido um modo, este deverá ser
seguido com todo o rigor do pen-
samento vertical (lógico). Depois,
pode-se escolher outro modo e as-
sim por diante. Por melhor que se-
ja um computador eletrônico, a
solução de um problema não será
encontrada, se ele não estiver cor-
retamente programado.

Outros Conceitos

Para Wertheimer, o pensamento é uma "cadeia de idéias" ou "cadeia de estímulos e respostas". Landshere refere-se a um *pensamento convergente*, que considera como o "modo operatório da inteligência diante da informação, da memória e da aprendizagem, de um modo geral. Observa que con-
siste num "pensamento conformista, prudente, rigoroso, caracterís-
tico de um homem disciplinado e rotineiro". Em oposição a esse pensamento convergente, refere-se a um *pensamento divergente*, que é aquele que, diante de um proble-
ma, "busca todas as soluções pos-
síveis menos ligadas ao conformis-
mo da resposta que à sua originali-
dade, à vontade nas questões amplas e mal definidas". É o pensa-
mento que caracteriza o sábio, o
artista, o pioneiro e o inovador.

No plano psicológico, o pensa-
mento divergente constitui tradu-
ção do termo criatividade (Gloton
e Clero).

O pensamento divergente pode ser definido como a "geração de informações a partir da informa-
ção dada, na qual a ênfase está na variedade e quantidade de respos-
tas da mesma fonte" (Guilford). O pensamento convergente é a "gera-
ção de conclusões lógicas de infor-
mações dadas, onde a ênfase está em obter uma única ou convencio-
nalmente melhor resposta".

Como é possível observar-se, os conceitos de pensamento conver-
gente e divergente caracterizam o que De Bono denomina, respecti-
vamente, de pensamento vertical e pensamento lateral.

VI – RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Um problema é simplesmente a "diferença entre o que se tem e o que se deseja" – De Bono. Como um problema tem um "ponto de partida e um ponto final", o camin-
ho percorrido entre esses dois pontos constitui uma "indicação direta da utilidade do pensamen-
to".

Podem ser considerados dois tí-
pos básicos do problema:

1º) Problemas que exigem o processamento da informação dis-
ponível ou a reunião de mais in-
formações.

2º) Problemas que são resolvi-
dos pela reestruturação da infor-
mação que já tenha sido processa-
da em um padrão.

O primeiro tipo de problema pode ser resolvido com o pensa-

mento lógico, ou pela utilização de mais informações. Na maior parte das vezes, os padrões estabelecidos na superfície-memória, são melhorados apenas pela informação que vem de fora. É uma questão de acréscimo ou de modificação gradual.

O outro tipo de problema requer o pensamento lateral.

Gagné considera a criatividade como uma forma de solucionar problemas, envolvendo saltos intuitivos, ou, uma combinação de idéias de campos largamente separados do conhecimento. Afirma que a resolução de problemas constitui um processo de aquisição de um conjunto apropriado de respostas (idéias) para uma determinada situação.

A *heurística* (Ciência que estuda as constantes do pensamento criador) pode ser definida como a atividade humana que leva à solução de um "problema atípico" (V. N. Puchkin).

Um problema é um "projeto de ação ou operação que contém em si um esquema antecipador". Para Piaget, toda abordagem inicial deve ser feita através da "totalidade", para só depois entrar-se nos detalhes.

A formulação da solução (interpretação e planejamento do problema ou questão) é sempre uma fase mais difícil que a própria solução, pois esta pode depender de técnica, experiência e até ser suscetível de correção.

Durante a apresentação da solução, poderá haver sérios bloqueios ao desenvolvimento da criatividade, decorrentes da falta de conhe-

cimentos e informações, hábitos pessoais negativos (precipitação, preconcepção, falta de atenção, dispersão, inibição, excitação, etc), bem como atitudes de pessimismo e de conformismo, falta de esforço pessoal e critérios de julgamento estereotipados.

Uma das técnicas empregadas para incentivar a produção criadora é a de partir do princípio da *suspensão do juízo*, abolindo a crítica e a inibição de qualquer idéia, a fim de buscar mais livremente as idéias, e poder melhor avaliá-las.

Poia apresenta um esquema de solução de problemas baseado em quatro etapas:

- 1º) Compreensão do problema.
- 2º) Elaboração do plano de solução.
- 3º) Execução do plano.
- 4º) Retrospecto do que foi feito (estudo da solução obtida).

Osborn sugere o seguinte processo de resolução de problemas:

- 1º) Descoberta dos fatos (definição do problema, percepção do problema, interpretação do problema).
- 2º) Avaliação (consiste em estabelecer os subproblemas, esquematizá-los, imaginar o maior número de alternativas possíveis, não insistir nos pontos críticos e estabelecer prazo para a solução).
- 3º) Descoberta das idéias, desenvolvimento das idéias, aperfeiçoamento.

VII – O CANDIDATO

Relativamente ao *talento criativo*, o reitor Half Horn dividiu os alunos em três tipos:

1º) "Os que vão com os outros: estes querem que lhes digam o que pensar."

2º) "Os que preocupam-se essencialmente com o grau: estes procuram descobrir o que os professores desejam e fazem o trabalho suficiente para ganhar notas boas."

3º) "Os que resolvem problemas: estes são os que gostam de idéias novas, gostam de expô-las na classe e gostam que reconheçam que são deles."

Nos cursos do Exército também podem ser observados esses três tipos de alunos. Os do 1º tipo ("querem que lhes digam o que pensar") geralmente só conseguem resolver os problemas (questões, pedidos) com o auxílio de *macetes** ou "*po-pôs*"**: expedientes que favorecem o aluno na resolução dos trabalhos. As respostas (soluções) proporcionadas pelos "*po-pôs*" situam-se geralmente numa "área cinzenta", isto é, não são necessariamente certas nem inteiramente erradas. Tampouco são objetivas porque não se ajustam perfeitamente aos pedidos formulados na questão.

O esforço de "aprendizagem" dos alunos desse primeiro tipo, concentra-se na memorização. Por isso utilizam pouco o seu poder de raciocínio (capacidade de analisar e julgar), e bloqueiam inteiramente o desenvolvimento do seu poder criativo (capacidade de imaginar, prever e gerar idéias).

Os alunos do 2º tipo ("preocupados com o grau") dedicam grande parte do seu esforço e inteligência na pesquisa e aprendizagem de questões típicas ou de anos anteriores ("cabrais"). Geralmente, aplicam a sua argúcia na descoberta de assuntos ou questões que poderão constituir motivo de prova ou verificação ("tirar leite").

Os alunos inteligentes e criativos, normalmente sentem-se inibidos de apresentar idéias novas ou soluções próprias, porque o ensino está estruturado de tal forma que "muitos professores — mesmo ao proporem problemas hipotéticos — só aceitam a solução que se ajuste ao seu esquema de pensamento ou de conhecimentos. A solução original é considerada errada" — Piaget.

O *ensino tradicional* (muito dependente da acumulação de conhecimentos) e o *temperamento do indivíduo* podem ter influência desfavorável na preparação do candidato e no resultado do concurso.

O candidato cujo principal esforço se concentra na memorização de informações e na aprendizagem de macetes, acaba por adquirir grande quantidade de conhecimentos e técnicas de discutível importância para o êxito. Além disso, esse processo não concorre para desenvolver a flexibilidade mental indispensável à resolução das questões normalmente propostas. Alguns desses candidatos, depois de anos de "preparação", adquirem amplo conhecimento da matéria e tornam-se uma espécie de candidatos-professores, que

* Recurso engenhoso para fazer algo.

** Conjunto de respostas memorizadas geralmente por processos mnemônicos.

sentem íntima satisfação em demonstrar sua "cultura" para os candidatos "menos experientes". Geralmente, agravam suas deficiências sem, em contraposição, aprimorarem sua experiência. São comuns as observações: "Sabia mais que os outros e não passou." "Era quem dava aulas para todos nós." Esses candidatos, quando não têm a oportunidade de adotar uma nova orientação que possa vir a proporcionar-lhes êxito, tornam-se, não raro, revoltados contra a ECEME e passam a fazer restrições ao processo de seleção. Paradoxalmente, costumam ficar inseguros diante do concurso, embora sejam convictos do seu preparo e experiência.

Há uma forma de comportamento, bastante, generalizada, que também concorre para prejudicar o candidato. Consiste, basicamente: 1º) em não adotar (o candidato) a orientação da ECEME/SCC relativamente ao Curso de Preparação. Muitos oficiais, durante a realização desse curso, preocupam-se, quase exclusivamente com uma aprendizagem voltada para a solução das questões (pedidos), sem dar muita atenção ao estudo da matéria; 2º) admitindo que, por esse processo, adquiriram alguma experiência, enfrentam o concurso "para ver como é"; 3º) após o primeiro fracasso nas provas e continuando a incidir nos mesmos erros de preparação, particularmente a preocupação com as respostas das questões, tornam a prestar novo concurso com pequena possibilidade de êxito. Tal procedimento conduz, geralmente, a novas de-

cepções porque, além de não favorecer o aperfeiçoamento na preparação (alcançam, no máximo, uma "progressão horizontal"), torna o candidato cada vez mais tenso e inseguro, graças aos insucessos que vai enfrentando.

A utilização de processos e técnicas de preparação inadequados por não favorecerem o desenvolvimento da flexibilidade mental e da capacidade criativa pode concorrer para que o oficial adquira a estereotipia da burrice e se convença de que é incapaz de criar soluções para questões desconhecidas. Como compensação, passa a ter crescente interesse pelas questões já feitas e a preocupar-se em "adivinhar" as que poderão constituir motivo de prova do concurso.

O *temperamento do candidato*, por ter influência na sua capacidade de julgamento e no seu comportamento diante das provas, pode dificultar o bom resultado no concurso. Exemplos: a) o indivíduo bitulado e o radical; b) o pretensioso e o teimoso; c) o obsessivo pela perfeição e o detalhista; d) o precipitado e o de idéias preconcebidas; e) o pessimista e o que não possui autoconfiança.

Os pensamentos e, portanto, a percepção das coisas, dependem das informações existentes na superfície-memória. A existência dessas informações resulta da experiência e conhecimentos adquiridos, bem como da influência exercida pelo temperamento do indivíduo. O *indivíduo bitulado* temvisão ou compreensão muito limitada. O *radical*, por ser de comportamento e opinião inflexíveis, ge-

ralmente possui compreensão e percepção bastante parciais. Muitos radicais manifestam "rejeição deliberada de acomodação ou conciliação das limitações existentes à realização dos seus objetivos" (Geoffrey K. Roberts).

Durante o processo mental do indivíduo, com essas duas características temperamentais, sua atenção, ao fixar-se no "padrão disponível", seleciona informações influenciadas por seu temperamento e nível de percepção. Evidentemente, se as informações utilizadas apresentam limitações ou deformações, qualquer pensamento, baseado nestas informações, deverá conduzir a falsas concepções. O indivíduo bitulado ou radical é muito influenciado pelo pensamento natural (ver estudo anterior). Este tipo de pensamento é o menos adequado para a resolução de problemas.

O indivíduo pretensioso ou o teimoso dificulta muito a própria aprendizagem. Dificilmente reconhece seus erros. Ao examinar seus trabalhos corrigidos, preocupa-se mais com os acertos do que com as suas deficiências. Não recebe bem qualquer crítica ou observação. Gosta de discutir com o professor, inclusive sobre questões irrelevantes, porque faz questão de estar sempre com a razão. Não raro, tem a preocupação de mostrar conhecimentos.

Constitui trabalho árduo, convencer aos candidatos com tais características, de que só é possível nos aprimorarmos depois que identificamos nossas deficiências.

O obsessivo pela perfeição e o detalhista dificilmente conseguem fazer boa prova. Não sabem planejar o tempo para o trabalho. Consideram sempre o assunto muito extenso, ou o tempo muito curto. Geralmente perdem-se em "pontos críticos": dados ou informações que não conseguem recordar, por vezes inexpressivos e sem grande importância na avaliação do trabalho.

As vezes, as dificuldades na preparação se agravam, quando o candidato reúne diversos vícios, tais como: um detalhista teimoso; um pretensioso que só acredita em macetes e na memorização.

O indivíduo precipitado, e o de idéias preconcebidas, geralmente interpreta as questões, ou adota soluções, sem a necessária reflexão. Por isso, pode incorrer em enganos irremediáveis durante a realização de uma prova.

Os estudantes de medicina, no início do curso, acreditam estar sofrendo de quase todas as doenças que estudam, porque todo mundo tem vagos sintomas dessas doenças, que podem ser notados, sempre que lhes preste atenção. É muito comum os candidatos, precipitados por temperamento e propensos à preconcepção, ao lerem o texto de uma questão parecida com uma anteriormente estudada, considerarem-na como se fosse a já conhecida ("essa é aquela"). Tal procedimento pode ser desastroso, até para os candidatos bem preparados e bastante inteligentes.

O candidato pessimista, e o que não possui autoconfiança, pode limitar suas possibilidades de êxito,

mesmo que esteja razoavelmente preparado e possua bom nível mental. Pessimismo é a disposição do espírito que leva o indivíduo a esperar de tudo o pior. Falta de autoconfiança é o estado psicológico que concorre para que o indivíduo não tenha segurança íntima do seu procedimento.

Indivíduos com essas duas características costumam preocupar-se excessivamente com o número de vagas e de candidatos. Não levam em consideração que o bom candidato tem grande possibilidade de classificar-se, enquanto o candidato fraco dificilmente consegue aprovação. Por outro lado, deve-se levar em consideração que, a rigor, não há candidatos excepcionais.

Embora os cursos do Exército por vezes concorram para a criação da estereotipia do crânio, oficiais, cabeças-de-turma, já têm sido surpreendidos com o insucesso decorrente de uma inadequada preparação. Da mesma forma, oficiais considerados medíocres têm conseguido classificar-se entre os aprovados por revelarem preparo ajustado às condições do concurso. Todo homem é inteligente e todos os candidatos possuem problemas semelhantes e dificuldades comparáveis. Por isso, qualquer candidato que dedicar razoável esforço em uma preparação inteligente, terá grande possibilidade de êxito, independentemente do fato de servir em tropa ou gabinete, em escola ou repartição. Mas só haverá processo educativo se os candidatos que apresentarem deficiências ou vícios, como os apon-

tados, se conscientizarem da necessidade de corrigí-los. A educação pela inteligência constitui o melhor instrumento de formação de um verdadeiro candidato.

VIII – A PREPARAÇÃO PARA O CONCURSO

A preparação para o concurso constitui um *impacto cultural* na carreira militar. O oficial passa a ter a justa percepção das possibilidades do Brasil e adquire uma visão geral dos grandes problemas mundiais. Além disso, com a preparação, é iniciado um processo educativo que, orientado pela Conceção Geral do Ensino da ECEME, concorre para o ajustamento do candidato à futura condição de Oficial de Estado-Maior.

O concurso de admissão à ECEME consiste, basicamente, na comparação de provas escritas de oficiais de elevado nível mental. As provas de Geografia, História e Movimentos Revolucionários constam da resolução de questões "complexas e originais", formuladas com base nos programas estabelecidos pela ECEME. Portanto, o êxito no concurso vai depender: 1º) do preparo intelectual do candidato; 2º) da sua flexibilidade mental e capacidade criativa; 3º) da sua aptidão para apresentar com clareza, correção e propriedade, a solução das questões, através da comunicação escrita.

Para que o candidato possa classificar-se entre os melhores (no universo de candidatos), a preparação deverá proporcionar-lhe o "desenvolvimento de todas as suas

possibilidades de ação verbal e mental". À proporção que o candidato progride na aprendizagem, suas estratégias caminham para uma operacionalidade progressiva, podendo concorrer para que o mesmo atinja — no último estágio da aprendizagem — a capacidade de autocorrigir-se.

Relativamente ao preparo intelectual, flexibilidade mental e poder criativo existem, não raro, nítidos desniveis entre os candidatos. As diferenças também podem resultar de aspectos temperamentais característicos das individualidades.

A *preparação para o concurso* consiste no processo educativo que proporcione ao candidato:

1º) O atendimento dos três fatores de êxito.

2º) O máximo de desenvolvimento de suas possibilidades de ação verbal e mental.

3º) A superação dos seus vícios e deficiências, decorrentes de experiências didáticas inadequadas ou de aspectos temperamentais.

4º) Condições morais e psicológicas favoráveis.

A preparação para os exames de Geografia, História e Movimentos Revolucionários pode ser feita em duas fases. A *primeira fase* é constituída pela realização do C. Prep. ao qual compete: "orientar o estudo, proporcionar uma base de conhecimentos e fornecer uma documentação que permita nivelar as condições de preparação dos candidatos ao concurso".

É vantajoso seguir a orientação da ECEME/SCC relativamente ao estudo da matéria para que as pro-

vas possam ser feitas com pleno conhecimento do assunto.

Segunda fase da preparação — "O C. Prep. não esgota os assuntos do concurso e o autodidatismo deve continuar sendo a base da preparação".

Na didática piagetiana o professor transforma-se numa espécie de técnico cuja função principal consiste em apresentar "crescentes desafios". O professor não ensina: ajuda o aluno a aprender. Não indica fórmulas. Estimula os alunos a criar respostas. "Tudo que é ensinado ao aluno, impede que ele o invente por si mesmo". O que o indivíduo descobre ou inventa concorre para reestruturar suas atividades verbal e mental (exclui a motora, por não interessar, no caso). Piaget, em vez de preocupar-se com a fixação da resposta (reflexo condicionado), preocupa-se com a flexibilidade operacional da resposta. Trata-se, portanto, de orientar os "alunos" no sentido de que adquiram um "saber por experiência", em oposição a um "saber comunicado". Enquanto o primeiro é "criador e operatório", o segundo é "estereotipado e estéril".

O desenvolvimento da capacidade operacional, resultante da ativação do "pensamento lógico" e "lateral", concorre para a reestruturação do comportamento e amplia a capacidade de julgar. Associando-se a esse processo o aumento do poder criativo, o indivíduo torna-se crescentemente habilitado a *descobrir ou inventar soluções corretas para problemas novos e originais*.

Quanto mais exercitamos nossa mente, mais possibilidade temos de atingir o conhecimento justo das coisas. (Com a educação pela inteligência, 12 a 15% dos candidatos que tenho orientado têm ficado em condições de se autocorrigirem.)

Costumô observar aos meus companheiros de trabalho: "É preciso enxergar." Em realidade estou pretendendo dizer que é necessário "abrir com a inteligência" os assuntos, os fatos e os problemas. Isto constitui uma forma de visão muito mais poderosa do que a simples "visão física" porque somente aquela permite apreender o verdadeiro sentido das coisas, bem como gerar idéias e conclusões que muito poucos estariam em condições de fazê-lo.

O bom candidato deve exercitar permanentemente sua flexibilidade mental. O momento em que estiver fazendo a barba pela manhã — por exemplo — pode ser altamente produtivo. Mas será necessário que esteja visualizando um problema, tentando explicar um fato ou descobrindo razões ou argumentos. Não confundir essa atividade da mente com a simples abstração decorrente de "pensamentos naturais" ("fantasias"). Estes são proveitosos como tranquilizantes, para propiciar "relax" ou estimular o sono. Mas não concorrem para ativar a flexibilidade mental. Constituem, apenas, "distrações". Guimarães Rosa dizia que "antes de dormir costumava pensar em coisas agradáveis".

À medida que passam os anos, "alguns de nós se tornam criativa-

mente mais ricos, enquanto outros se tornam criativamente mais pobres". Isso acontece principalmente porque "perdemos o que não usamos e fortalecemos o que exercitamos". Para Walt Disney, "deixar de flexionar os nossos músculos imaginativos é tão lamentável quanto arruinar nossa força física por falta de exercício apropriado". O sarcástico e genial Bernard Shaw afirmou: "Poucas pessoas pensam mais do que duas ou três vezes por ano. Eu conquistei renome internacional pensando uma ou duas vezes por semana."

O General Wellington teve sua sensibilidade tática muito desenvolvida porque, durante os passeios a cavalo, procurava "adivinhar" o que havia do outro lado da colina.

Para que o candidato tenha reais possibilidades de êxito, o estudo deverá ser orientado de modo a aproveitar, ao máximo, os seus *poderes mentais* e o *tempo disponível*.

Na *aquisição de informações básicas* são utilizadas nossas capacidades de: a) observar e dedicar atenção; b) memorizar e lembrar. A *observação* consiste de um exame geral da matéria durante o qual poderão ser selecionados os assuntos que, por sua importância, merecerão estudo especial. Durante esse estudo deverão ser fixados determinados conhecimentos, idéias, noções e fatos que — retidos na superfície-memória sob a forma de *informações* — permitirão: a) reconstituir ("lembrar") o que foi estudado; b) serem utilizadas para a elaboração de pensamentos "ló-

gicos" e "laterais". São estes pensamentos que vão proporcionar: a) o *poder de raciocínio* (capacidade de analisar e julgar); b) o *poder criativo* (capacidade de imaginar, prever e gerar idéias).

Aprendizagem não é memorização. Não resulta da massa de informações adquiridas. Muito menos, da acumulação de conhecimentos de discutível utilidade, bem como de pormenores sem valor. O *esquecimento* é "mecanismo de defesa da mente contra informações ociosas, inúteis ou obstrutoras".

Só haverá aprendizagem se houver assimilação de conhecimento. Assimilação mental é a "incorporação do objeto nos esquemas de conduta". Toda assimilação supõe uma estrutura prévia assimiladora, resultante das informações adquiridas. A educação pela inteligência promove a reorganização do comportamento (cria novas atitudes diante da sociedade e do universo). Isto é, as informações existentes na superfície-memória vão sendo "aperfeiçoadas" com a experiência e, por se tornarem cada vez mais válidas, conduzem, progressivamente, a julgamentos mais corretos.

O processo de aprendizagem (ação educativa) pode resumir-se a duas fases: 1º) aquisição de informações; 2º) utilização das informações na resolução de problemas — "não se aprende nada inteiramente novo". A atividade mental aplicada à resolução de problemas crescentemente complexos concorre para a modificação dos paradigmas de pensamento e permite a apresentação de soluções cada vez

mais lúcidas e corretas para qualquer tipo de questão.

A inteligência caminha para a obtenção de soluções cada vez mais lógicas, mais rápidas e mais inteligentes, uma vez que a função dela consiste, em última análise, em organizar o comportamento para superar desafios (dificuldades).

A *aula*, por mais agradável e bem ministrada que seja, geralmente apresenta — em termos de preparação — pouco rendimento para o candidato. "O grande equívoco histórico da pedagogia tem sido atribuir valor dinamogênico excessivo à verbalização, no processo educativo (entendendo-se que não se inclui, como tal, a "pedagogia que visa ao desenvolvimento da própria linguagem, função incontestavelmente relevante no processo mental)".

No método expositivo "o professor supõe que o aluno acompanha mentalmente as operações que se passam no seu próprio psiquismo". Todavia, o indivíduo que assiste a uma aula, geralmente concentra sua atenção naquilo que considera de interesse, podendo deixar de fixar-se nos assuntos mais relevantes. "O que o organismo persegue é o *reforço* e não a aprendizagem, proposta que interessa apenas ao mestre". A didática tradicional faz do professor "um modelo". A ação "não é solicitada ao aluno antes de ele ter visto o professor executá-la". A aula pode significar, apenas, a acumulação de mais informações sem que concorra para a assimilação das mesmas. Se tiver como propósito

"ensinar a resolver questões", tornar-se-á nociva à preparação.

A aula constitui perda de precioso tempo para o candidato, pois este dedica-se à preparação sem prejuízo do serviço. Em princípio, aulas, palestras e conferências só serão úteis quando tratarem da apresentação de assunto ainda não publicado. Os candidatos pouco esforçados (sobretudo os que têm preguiça mental) geralmente são grandes partidários da aula. "Transferem" para o professor a responsabilidade pela sua preparação e satisfazem ao seu ego admitindo que estão realizando a aprendizagem.

Trabalho de grupo — "Uma escola piagetiana, em seu aspecto mais global, caracteriza-se pelo trabalho de grupo, em oposição ao processo magistral de aula expositiva". Esse processo didático é de grande importância tanto para "o desenvolvimento das estruturas mentais e da inteligência em geral, quanto para o equilíbrio da efetividade e a superação do egocentrismo".

Afetividade é o "interesse por uma pessoa, coisa ou animal". Todo interesse — como uma conduta — tem dois aspectos fundamentais: a) o aspecto *intelectual*, que consiste em "conhecer o objeto; e b) o aspecto *afetivo* que consiste no "grau (tonicidade) de interesse". Aquilo que não *satisfaz* a nenhuma necessidade do organismo (da mente, do psiquismo) não tem interesse para o indivíduo. Piaget afirma que o "grau de interesse (motivação) revela a intensidade da realidade". A necessidade de

atividade na aprendizagem "não decorre apenas da psicologia do interesse e da motivação do próprio mecanismo da inteligência". O aluno tem pelo ensino um interesse proporcional ao grau de atividade que lhe permite desenvolver.

O "trabalho de grupo" exige do aluno *permanente atividade*, além de despertar *maior interesse pelas matérias*. Em consequência: a) favorece a aprendizagem das mesmas por meio do estudo (assimilação); b) pela "redução do egocentrismo", concorre para o desenvolvimento da capacidade de autocrítica, e, consequentemente, da possibilidade de superação dos próprios erros (assimilação). A aprendizagem é acelerada porque "a atividade do grupo é integradora: cada membro do grupo vê algo diferente da realidade".

A "correção do orientador" deverá restringir-se à verificação da operacionalidade da atividade mental e verbal: interpretação, estratégias para a solução, comunicação escrita, e técnica de apresentação. Ensinar a resolver determinada questão e apresentar soluções não constitui orientação inteligente.

O processo de *aprendizagem proporcionada pela escola ativa* pode ser resumido no seguinte ciclo: estudar (e assimilar); resolver problemas (e assimilar); autocorrigir-se (e assimilar).

Com a repetição desse ciclo — e a *resolução de questões com crescentes desafios* — vai sendo percorrido o caminho da *sabedoria*. O candidato fica em condições de resolver com propriedade, e de apre-

sentar corretamente a solução, de qualquer problema que lhe for proposto.

A percepção em si não é fonte de conhecimento. O importante é saber como o homem consegue superar as deformações naturais da percepção.

Preparação psicológica — Tem sido crescente o número de candidatos ao concurso, possuidores de bom nível de preparação intelectual. Diferenças nos resultados das provas podem decorrer da influência de circunstâncias psicológicas ou emocionais. O indivíduo, ao realizar os exames, não modifica as características de sua personalidade mas, com adequada preparação moral e psicológica, poderá adquirir hábitos e atitudes (comportamentos) favoráveis à boa realização dos trabalhos e, até, ficar em condições de melhorar sua "performance" durante as provas do concurso.

A preparação moral e psicológica poderá ser proporcionada des-

de o primeiro dia de aula. A substituição das aulas convencionais por sessões de provas realizadas em condições semelhantes às do concurso (durante as quais os candidatos resolvam questões com crescentes desafios), obriga os oficiais a um esforço mental cada vez maior para solucionar problemas adequados ao preparo que vão atingindo. Tal fato, além de desenvolver a autoconfiança dos candidatos, concorre para que, a certa altura da preparação, estes se sintam em condições de se autocorrigirem e, por conseguinte, capacitados a apresentar trabalhos realmente competitivos.

O candidato que adquiriu grande experiência na resolução de qualquer tipo de questão, bem como a consciência do seu alto nível de preparação, não poderá ser traído por condições emocionais ou psicológicas durante a realização das provas. Estará apto à aprovação. Por isso, costumo observar que o *êxito no concurso é assegurado durante a preparação*.

NO PRÓXIMO NÚMERO

IX – AS QUESTÕES

X – CRIAÇÃO DE UMA QUESTÃO

XI – TÉCNICA DE RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

XII – APLICAÇÃO DO MÉTODO

O Coronel Refo de Artilharia Octávio Tosta foi Instrutor, Subcomandante e Subdiretor de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Além dos cursos normais necessários à formação do oficial de Estado-Maior, possui o de Técnica de Ensino e da Escola Superior de Guerra. É professor licenciado de Geografia e História e autor de vários trabalhos no campo da Geopolítica. Exerce atualmente as funções de membro da Divisão de Segurança e Informações da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.





"VON KRIEGE" - 150 ANOS DEPOIS

Sérgio Paulo Muniz Costa

"Um único e mesmo objetivo político pode provocar em diferentes nações, e numa mesma nação, reações diferentes em épocas diferentes."

Clausewitz

A decisiva obra de Clausewitz sobre a guerra, fruto de suas observações no período das guerras napoleônicas, é um divisor de águas no vastíssimo campo das pesquisas sobre a guerra. No momento em que se comemora o sesquicentenário da publicação da obra, gostaríamos de sublinhar a validade daqueles ensinamentos até os nossos dias. Antes dele, vários estudiosos publicaram obras em que procuraram descrever os métodos de guerra e alguns, até buscaram sua racionalização. O surgimento de escritores como Boucert, o criador da teoria do novo sistema divisionário e Guibert, teórico da modalidade e da dispersão de forças, no século XVIII influenciaram o pensamento militar na era napoleônica. Aqui começa a obra de Clausewitz, que vive, entende, descreve e interpreta as ra-

dicais transformações na Arte Militar, estabelecendo ao mesmo tempo um elo entre o antigo e o moderno de uma nova era. Na medida em que a guerra, como atividade humana que é, se modifica em suas linhas gerais conforme a evolução histórica, constata-se que "Da Guerra" marcou seu tempo, sua era e facilmente a ultrapassa.

Considerada pelo próprio autor como uma obra inacabada, "Da Guerra" trata de altos estudos militares com a mesma familiaridade com que fala dos temores do jovem recruta no campo de batalha. Introduz o método científico na análise da problemática militar. Acusada de eminentemente belicista e excessivamente direta, foi até considerada por autores renomados como mentora intelectual das carnificinas das batalhas de "desgaste" na 1ª Guerra Mundial.

No período entre guerras, Ludendorff atacou-a violentamente, para levá-la em seguida aos extremos, na sua teoria de guerra total. Sua importância pode ser medida nos nossos dias pelo surgimento da denominação Neo-clausiwickianos dada a determinados autores e intelectuais na Europa e nos Estados Unidos.

Aos profissionais da guerra interessa, sem dúvida, conhecê-la por várias razões. A primeira delas seria o trabalho de base que representa, de grande utilidade portanto, para a adequação do pensamento militar às realidades do momento. A segunda seria a clareza com que expõe e soluciona problemas de liderança em combate, servindo seus conceitos de escopo para uma verdadeira ética militar. Outra razão, histórica, seria a oportunidade de acompanhar o raciocínio de um comandante no século XVIII ou, pelo menos, como deveria ser segundo Clausewitz. A esta ainda se acrescenta o valor inestimável da visão contemporânea de um competente analista militar de fatos polêmicos, como a retirada de Napoleão da Rússia em 1812.

A SUA COLOCAÇÃO NA HISTÓRIA

Carl Von Clausewitz (1780–1831) serviu na Campanha do Reino de 1793 a 1794, ingressou na Academia de Berlim em 1801, foi capturado na Batalha de Léna, serviu sob o comando russo, desempenhando papel importante nas campanhas de 1812–1813, foi

chefe de Estado Maior de Thielmann e diretor da Academia Militar em Berlim de 1818 a 1830. Na sua formação militar, estudou Kant (1724–1804). Nesta época a Europa sentia o torvelinho da Revolução Francesa, no campo político, econômico, social e militar. As sucessivas campanhas que a França promoveu em função de seu processo revolucionário, iriam catapultar um dos maiores gênios militares da História, Napoleão Bonaparte, aos píncaros da glória. Clausewitz participa de tudo isso como um ator, testemunho vivo da dramaticidade das batalhas, crítico ponderado e analista.

Mas, sobre o autor e consequentemente sobre sua obra, agiriam outros fatores. O primeiro deles seria a epopéia do I Reich, protagonizada por Frederico II, o responsável pela elevação da Prússia à categoria de grande potência, vinte anos antes de Clausewitz. No seu livro existem muitas referências, a título de exemplo ou parâmetro, a Frederico. O patriotismo de Clausewitz haveria de se identificar com a obra daquele, sofrendo consequentemente influências do Hohenzollern. O segundo fator, também nacional, a agir sobre Clausewitz seria a liderança alemã no campo das artes, devida principalmente a Kant e Goethe. Este refinamento filosófico atingido na Alemanha, influenciaria sem dúvida espíritos como o de Clausewitz e podemos incluir "Da Guerra" como parte de grande momento cultural germânico. Toynbee observa que esta eminência cultural alemã na idade moderna está na

razão inversamente proporcional ao seu poder político e econômico, pois estavam longe ainda os dias de grandeza da Unificação Alemã. O terceiro fator seria a revolução econômica e tecnológica vivida no Ocidente a partir de meados do Séc. XVIII. Ela dotaria a humanidade de um poder desconhecido até então. A disciplina seria intensificada como princípio geral e proporcionaria um aumento da eficiência de trabalhadores e soldados. Métodos militares de comando são postos em ação até nas fábricas. A guerra vai deixando de ser um assunto de mercenários, de pequenos exércitos sustentados pelos reinos para se tornar mais dependentes da total mobilização das nações.

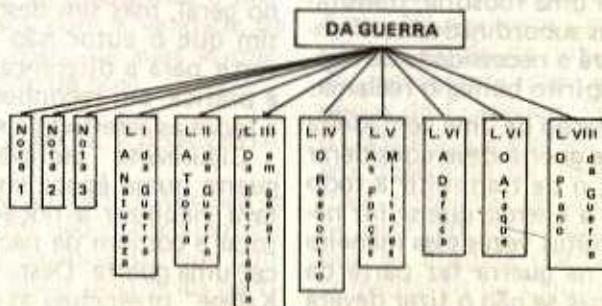
A ESTRUTURA DA OBRA

Von Kriege — esse era o título original da obra clausewitiana — é uma obra extensa e original. Compõe-se de oito livros, divididos em vários capítulos. Deve-se incluir nesta estrutura as notas do autor, encontradas nos seus papéis após a sua morte, que elucidam suas motivações para escrever sobre a guerra e os objetivos que colimava.

SUA IMPORTÂNCIA NA TÁTICA E NA INSTRUÇÃO

Reconhecida como uma filosofia de guerra, "Von Kriege" é comentada e interpretada principalmente nos círculos da estratégia, pois nesse campo a validade de seus ensinamentos é maior, nos dias de hoje. Mas todos os livros que compõem a obra tratam dos diversos assuntos no campo da estratégia e da tática. Não podemos esquecer a parte tática da obra.

A importância desta é histórica e conceitual. Histórica porque é uma das poucas obras que nos transmite o pensamento tático do século XVIII, permitindo uma melhor compreensão de fatos militares da época. Conceitual porque muitos dos princípios táticos de então, se adaptadas às evoluções do armamento moderno, são válidos até hoje. Sem dúvida, um jovem oficial conhecedor dos manuais e regulamentos em vigor, ao ler "Da Guerra" tomará contato com as razões filosóficas daquilo ser assim. Ficará impressionado como o porquê de tudo que aprendeu é simples e claro. Reconhecerá que o metodismo que lhe foi transmitido nas salas de aula e cobrado



nos exercícios em campanha tem sua razão de ser. Ficará satisfeito ao constatar que a sua iniciativa e vontade têm um lugar proeminente, pois a teoria da guerra rejeita como absurdos os dogmas da tática. Identificará as causas da fricção e se lembrará das dificuldades que teve que vencer com sua fração para cumprir tal ou qual missão em um exercício em campanha. Admitirá que em determinadas situações não foi suficientemente decidido, deixando que a dúvida lhe roubasse tempo numa tomada de decisão. Tudo isso irá aguçar sua imaginação sobre os perigos e dificuldades que poderá enfrentar em combate e esta força imaginativa pode vir a transformar-se em criatividade e energia. A criatividade irá fazer com que aperfeiçoe métodos de instrução voltados para a prática, buscando realismo nos exercícios e motivando a tropa. A energia endurecerá a sua vontade, sua certeza na missão que deve cumprir. Fará com que seja duro consigo mesmo e lhe dará firmeza de exigir o esforço da tropa. A certeza daquele oficial exteriorizada nas constantes falas à sua tropa, agora reforçada no seu interior por uma filosofia, transmitirá aos seus subordinados confiança e satisfará a necessidade de lógica que o espírito humano reclama.

A elaboração de uma verdadeira doutrina de guerra deve considerar esse efeito, o de transmitir a todo o Exército a energia que se faz necessária. Muitas vezes essa maneira de pensar na guerra faz parte da tradição, mas se não o fizer deverá ser adquirida.

A VALIDADE DA OBRA EM NOSSOS DIAS

Qualquer estudo de "Von Kriege" não deverá em hipótese alguma desembocar em interpretações dogmáticas baseadas em frases pinçadas de grande efeito retórico. Isto porque esta tendência além de contrariar a própria teoria do autor (particularmente no campo da estratégia) foi uma grande causadora de catástrofes militares. Nos nossos dias o êxito do seu principal estudioso, Raymond Aron, deve-se justamente à aplicação da teoria clausewiana conforme ela mesma, ou seja, uma doutrina de observação. Desenvolvida desta forma a obra de Aron, "Paz e Guerra entre as Nações" é bastante eficaz na análise das relações internacionais no mundo de hoje.

Da mesma forma é muito difícil resumir Clausewitz porque o pitoresco estilo de sua obra por vezes errático e indefinido, é na realidade de parte de sua própria teoria de guerra, da sua própria filosofia de guerra.

"Von Kriege" deve ser lido, analisado e compreendido, porque ele nunca pretendeu ser conclusivo no geral, mas sim descritivo. É assim que o autor não cessa de advertir para a diferença entre teoria e prática, em reconhecer exceções a todas as assertivas e exemplos.

Clausewitz escreveu sobre a guerra numa época em que se tentava viabilizar a noção de esforço total e comum da nação para vencer uma guerra. Desta forma "Von Kriege" preencheu as necessidades de uma teoria que se coadunasse

com os fenômenos sociais que aconteceram na época e que persistem até hoje, sintetizados no enorme e súbito crescimento do poder humano sobre seres humanos e a natureza humana. Consumado o fenômeno, o problema guerra hipertrofiou-se forçando a uma especialização cada vez maior da inteligência do governo. Nestes dois séculos toda evolução científica diretamente ligada à guerra ou não, agiu sobre a obra clausewitiana reduzindo drasticamente os vetores tempo e espaço, forçando ainda mais a espacialização de políticos e militares e atraindo outros ramos do saber humano à causa da guerra.

Muitas das idéias de Clausewitz foram superadas pelo grande desenvolvimento dos meios de combate que transformaram os limites e limitações à tática e à estratégia. Por outro lado a diversidade de teatros de operações da última guerra mundial ultrapassariam as aplicações clausewitianas na estratégia.

Apesar disso durante a leitura da obra não podemos escapar à tentação de compararmos a todo instante a realidade de nossos dias com a teoria de Clausewitz e ficarmos surpresos com a validade de um bom número de suas afirmações no mundo de hoje.

NACIONALISMO E IDEOLOGIA

Nas obras do gênero verifica-se que os autores não conseguem fugir ao efeito nacionalista que confere às suas obras uma ótica particular de acontecimentos históri-

cos. Da mesma forma que Clausewitz glorificou Frederico II, Lidell Hart exaltou Malborought em seu "Strategy". Assim cada um deles contribui para a cultura militar de seu país. Concluimos que a investigação científica da História Militar Nacional, além de reforçar as tradições nacionais, deve ser a base para a solução dos problemas militares de cada nação segundo sua natureza e peculiaridades.

A Alemanha orientou sua política externa consciente de seu papel de potência terrestre central e as idéias de Clausewitz sintetizam as preocupações militares germânicas. Podemos mesmo afirmar que poucas nações combateram de forma tão adequada à sua natureza e pensamento nacional como a Alemanha. O oitavo capítulo, O Plano de Guerra, é o desabrochar da ambição militar alemã. Talvez por isso a obra de Clausewitz seja tão vulnerável às críticas ideológicas devido à confusão de idéias acerca do nacionalismo alemão e o nazismo. Este último tomou emprestados ídolos e pensamentos gratos ao povo alemão. Nos estertores da catástrofe, Hitler quis ver inúmeras semelhanças entre ele próprio e Frederico II, na Guerra dos Sete Anos. No seu livro, Clausewitz justifica a noção de golpe desesperado, certamente inspirado nas peripécias de Frederico. Por tudo isso o contra golpe alemão nas Ardenas em dezembro de 1944 foi muito mais coerente, sensato do ponto de vista teórico e mais perigoso do que se imagina normalmente. Os comentários de Clausewitz no sexto capítulo do livro VI, A Defesa,

sobre a partilha da Polônia ficariam bem em um discurso do próprio Führer. E curiosamente as suas previsões sobre a Polônia se concretizam nos nossos dias.

Com tudo isso queremos dizer que o pragmatismo belicista de Clausewitz foi aplicado por diversas nações com sucesso ou não independente das suas tendências ideológicas. O sofrimento adicional, apontado por Toynbee, das populações na Europa com a adoção do modo de viver da região durante as guerras da Revolução Francesa, pode se repetir no caso da guerra convencional generalizada na Europa com a adoção do mesmo princípio do Exército Soviético, treinado primordialmente para a ofensiva e possuidor de limitada estrutura logística. Para se aproveitar das vantagens desta leve estrutura logística na rapidez do movimento, os ensinamentos clausewitianos acerca da requisição, exaustão de regiões e métodos de recolhimento serão levados em conta pelos chefes soviéticos.

Nos Estados Unidos após a II Guerra Mundial, a nação abandonou progressivamente a postura moralista do desprezo pelo maquiavelismo das lideranças europeias ao assumir o poder mundial. A transição foi extremamente dolorosa visto a síndrome do Vietnã. A mudança cristalizou-se no resultado das eleições americanas onde o vencedor durante a campanha eleitoral expôs em alto e bom som seus objetivos.

A grande difusão dos princípios clausewitianos no Ocidente nos últimos anos vai de encontro a uma

idéia exposta no livro VI, *A Defesa*:

"O atacante é amigo da paz, pois a ele interessa conquistar e manter sem luta, mas quem perdeu territórios ou similares obstina-se em lutar."

CONCLUSÃO

O autor longe de ser um frio apologeta da guerra foi um homem de grande sensibilidade, um filósofo que teve a coragem de mostrar a guerra como algo absolutamente humano, com todo cabedal de desgraças e sofrimentos que traz. Reconhecido como tendo sido aquele que sucedeu e desenvolveu a idéia política de Maquiavel, Clausewitz identificou grandezas humanas no jogo das paixões da guerra, tendo sua obra um sentido ético e não amoral como o maquiavelismo. O grande mérito de sua obra está na identificação e racionalização dos princípios da guerra, até então pouco definidos. A leitura de seu livro é de fundamental importância e merece a nossa atenção, pois sua finalidade suprema é a obtenção da paz no momento em que as armas estão com a palavra, até o dia em que o bem avança definitivamente o mal na hipotética guerra para acabar com todas as guerras.

Bibliografia

- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Martins Fontes Editora.
AMEAL, João. *História da Europa*. Livraria Martins. Porto, 1969.
LIDELL HART, B. H. *As Grandes Guerras da História*. IBRASA.

TOYNBEE, Arnold. *A Humanidade e a Mãe Terra*. Zahar Editora.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Editora Universidade de Brasília.

NERÉ, Jacques. *História Contemporâ-*

nea. DIFEL, S. Paulo, Rio de Janeiro, 1975.

SWAIN, Richard M. *Reativando os princípios de Guerra*. "Military Review", 29 trim. 1981.

RAPOSO, J. A. *Maquiavel*. Revista do CEBRES, nº 1.



O Capitão Sergio Paulo Muniz Costa tem os cursos de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e de Oficial de Comunicações, da Escola de Comunicações do Exército. Ex-instrutor do Curso de Artilharia do CPRO do Recife, serve atualmente no 14º Grupo de Artilharia de Campanha, Pousa Alegre, MG.



NOSSAS DIMENSÕES PARA A HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE

Francisco Ruas Santos

NOVAS DIMENSÕES DA HISTÓRIA MILITAR NOS EUA

Nossas e novas dimensões não constituí, como pretendemos demonstrar, apenas um jogo de palavras sendo, antes de tudo, o prosseguimento de um estudo antigo, de pelo menos 37 anos, entre nós.¹

Nos Estados Unidos, do início da guerra fria até os dias de hoje, as perplexidades diante da Guerra, muito em especial nos meios civis universitários, têm gerado uma série de estudos sob o título ou apelido motivador de "novas dimensões da História Militar". Amostra-

gem muito interessante disso temos no livro que, sob a coordenação de Russel F. Weigley, lá foi publicado. É uma antologia ou seleção de estudos feitos em estabelecimentos de ensino do Exército, na última década, sob a responsabilidade de historiadores civis e militares.

A mola mestra dessas novas dimensões parece estar no seguinte trecho de Weigley:

...“os analistas de sistemas e seus computadores, quando foram regiamente instalados, no próprio Departamento de Defesa, pelo Secretário Robert. S. McNamara, prometeram com alarde, resultados rápidos e satisfatórios, a um custo razoável, para uma intervenção militar americana na Indochina. Essa infeliz experiência da Indochina

1 - Lembramo-nos das preocupações do Marechal Tristão de Alencar Araripe, que ele tornou públicas em várias oportunidades e que, por isso, merece especial homenagem do Exército e dos estudiosos de História Militar.

(guerra do Vietnã) é uma das quais nas quais a História poderia propiciar uma orientação mais valiosa, pois, as falhas americanas tiveram suas raízes na falta de sentimento histórico das diferenças entre a cultura americana e uma outra cultura muito diferente e historicamente muito condicionada.”²

De fato, a guerra do Vietnã, em nossos dias, nada mais é do que um capítulo atual de uma guerra duas vezes milenar que assola a Indochina. Cem anos ou meio século de trégua, intervenção ou não da China, essa guerra é, antes de tudo uma “questão doméstica” entre os povos indochineses, cuja colocação agora é “vermelha” (Khmer vermelho), mas já teve outras colonizações... Além disso, se as armas nucleares não iriam ser empregadas, estavam os norte-americanos diante de uma guerra convencional, inclusive com guerrilha, ou guerra do povo, na qual o adversário deste só vence por exceção.

A guerra nuclear efetiva nasceu em 1945. Mas já temos quase quatro décadas de guerra convencional, temperada de guerrilha e terrorismo. Essa realidade, e os anseios mundiais para que não se altere, e regreda até um desarmamento efetivo, constitui, portanto,

2 – Em *Novas dimensões da História Militar*, tradução do General Octávio Alves Velho, edição da Biblioteca do Exército, 1981, dois volumes. No seu prefácio salientamos que foi uma publicação oportuníssima empreendida pela Bibliex e que deve ser antologia “de leitura obrigatória e permanente para atualização ou ampliação da cultura profissional militar”. As citações de Weigley acham-se no 1º volume, pág. 20.

a diretriz para que repensem as questões de História Militar. Inclusive para que esta dê sua contribuição à solução do problema da Paz.

Outro ensinamento que decorre da experiência norte-americana é que, no Brasil e em outra qualquer parte do Mundo, não podemos “oscilar” como um “pêndulo, entre a dissuasão limitada e a dissuasão infinita ou entre conceitos idênticos a esses, com outras denominações”³. Temos que estudar a guerra nuclear e todas as demais formas de guerra, muito em especial a convencional e seus tempos. Conseqüentemente com esse ponto de vista, as novas dimensões da História Militar, com validade mundial, são as mesmas atribuídas pelos estudiosos norte-americanos e evidenciadas na antologia de Weigley.

Logo, as novas são também as nossas dimensões.

Até aí a igualdade ou analogia cômodas.

Mas, lançada essa concepção harmônica, no caso brasileiro vai ter que ajustar-se à nossa realidade cultural militar terrestre, com um leque de variações e diferenças.

NOSSAS DIMENSÕES PARA A HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE

Seu ponto de partida está na Diretriz do Estado-Maior do Exército para as atividades do Exército no campo da História⁴. Dela des-

3 – Weigley, ob. cit., 1º volume, pág. 19.

4 – Aprovada pela Portaria 073, de 20 Out 1982.

tacamos os seguintes pontos de interesse deste artigo:

"2 – Objetivos

As atividades do Exército no campo da História têm os seguintes objetivos:

- a. contribuir para a formulação e desenvolvimento da doutrina da Força Terrestre;
- b. proporcionar subsídios para a formação e o aperfeiçoamento dos quadros e da tropa;
- c. apoiar as tarefas de comunicação social no fortalecimento do moral e do espírito de corpo no Exército;
- d. contribuir para o perfeito entendimento do papel desempenhado pelo Exército ao longo da vida nacional;
- e. preservar e divulgar o patrimônio histórico-cultural do Exército e suas tradições;

f. apoiar, no tocante às informações biblioteconómicas, arquivísticas e museológicas, a produção cultural, inclusive a destinada aos meios de comunicação social, de acordo com os interesses do Exército."...

"4 – Atividades referentes à doutrina da Força Terrestre

a. Os estudos históricos para a formulação e o desenvolvimento da doutrina da Força Terrestre serão prioritários e poderão servir de base para a execução das seguintes tarefas:

- 1) organização e preparação da Força Terrestre;
- 2) planejamento e emprego da Força Terrestre;
- 3) condução de operações militares;

4) entendimento do homem brasileiro;

5) chefia e liderança;

7) ...

8) avaliação da influência do meio geográfico sobre as operações militares."

Podemos ficar tranqüilos, confiantes e satisfeitos quanto à objetividade dessa orientação superior, cujo êxito passa a depender da *continuidade* em sua observância, com recursos adequados (p. ex., verbas permanentes para a pesquisa e o processamento de dados).

Resta, porém, ajustá-la permanentemente à realidade quanto ao emprego da Força Terrestre, a partir de agora e a longo prazo, o que é tarefa das atuais e futuras gerações.

Nossa contribuição no sentido desse ajustamento indispensável decorre dos nossos objetivos nacionais e, especialmente, do nosso *destino nacional*.

O Brasil, devido a uma série de fatores sobejamente conhecidos, já ocupa um lugar proeminente na sociedade das nações e temos de pensar que esse destaque crescente vai exigir de nós responsabilidades crescentes em futuro não distante. Distanciamo-nos, cada vez mais, de uma *posição exclusivamente americana ou atlântica*, tal a do período colonial ou do século XIX, para uma *posição mundial*.

Conseqüentemente, aumentam as dimensões da nossa História Militar, muito em especial quanto à História Militar Geral ou Mundial.

Neste século já tivemos alguns prenúncios da evolução da posição ou do destino nacional do Brasil, e são evidências dos seus reflexos no campo da História Militar: a guerra mundial 1914-18, durante a qual militares de terra dela participaram na Europa, inclusive voluntários, da reserva, em atuação praticamente ainda ignorada; a campanha da Itália 1944-45, cujo complexo ainda está sendo estudado; e a participação do Exército em forças internacionais de paz, 1956 e 1967.

Quanto à experiência de 1956, a da crise de Suez, fomos testemunhas do nosso despreparo quanto à História e à Geografia Militar para apoiar convenientemente o elemento empregado. Decidida a participação do Brasil na força da ONU na área de Suez, a seção de Geografia e História Militar do Estado-Maior do Exército, muito absorta com a História e Geografia da América do Sul, praticamente não dispunha de documentação e subsídios para atender ao que hoje objetivamente diz o E.M.E.:

"1) organização e preparação da Força Terrestre;

2) planejamento e emprego da Força Terrestre" e, eventualmente, "3) condução de operações militares", em força, acrescentamos.

Esse exemplo negativo não pode mais ocorrer, se perseverarmos no cumprimento da objetiva e oportuna diretriz do E.M.E.

Quanto a outro dos pontos do excelente esquema do E.M.E. para a pesquisa pura e aplicada de Geografia e História Militar, o *entendimento do homem brasileiro*, re-

portamo-nos ao que aconteceu com a FEB. Não bastava um conhecimento superficial ou parcial. No meu caso, por exemplo, tinha uma idéia geral do *combatente mineiro* e parcial do *homem paraibano*, o que era bastante insuficiente para um comandante de subunidade de infantaria. Levamos homens recrutados em áreas de cultura alema e nazista do Sul, em processo de nacionalização através do Exército. Lembro-me de que pelo menos um desertou na Itália e deu ao inimigo boas informações sobre posição da 1^a D.I.E.

Quanto ao meio geográfico e sua influência sobre as operações militares, tenho a impressão de que somos bastante carentes ainda, justificando-se um esforço redobrado para nossa atualização, sobretudo no que diz respeito a possíveis áreas de intervenção brasileira em missões de paz.

O UNIVERSO DAS INFORMAÇÕES HISTÓRICO-MILITARES SEGUNDO AS NOSSAS DIMENSÕES PARA A HISTÓRIA MILITAR

Definidas as nossas dimensões para a História Militar, aí incluída a Geografia Histórico-Militar, com apoio e extensão na Geografia, especialmente a Física e a Humana, podemos delimitar os campos de aplicação da Diretriz do E.M.E., base para o *levantamento das informações necessárias* quanto àquelas disciplinas.

Vamos fazer isso a partir da seguinte "idéia de manobra":

— aprofundando sempre nosso conhecimento da História Militar do Brasil, desenvolver simultaneamente um esforço no sentido do domínio das informações da História Militar Mundial ou Geral;

— apoiar essas ações num conhecimento objetivo e firme da Geografia Militar.

Muitos leitores podem estar naturalmente pensando: Mas não estamos fazendo assim ou de maneira equivalente?

A História Militar da Antiguidade, com gregos, pernas e romanos, a da Idade Média, com os mongóis, a da Idade Moderna, com Frederico II, a da Revolução Francesa, com Carnot e Napoleão, a guerra da Secesão, as duas guerras mundiais têm sido uma constante nos currículos de História Militar, pelo menos nas últimas seis décadas. Quase tudo isso está nos livros-textos do mestre admirável que foi Cordolino de Azevedo.

Entre 1958 e 1963, toda essa historiografia foi desenvolvida numa coleção de livros-textos na AMAN.

Isto apenas para exemplificar, pois seria demasiado longo enumerar a produção de História Militar Geral em nossas escolas, durante esse longo período.

Preocupado em levantar terminologia que servisse de subsídio à elaboração do glossário⁵ previsto pela já citada Diretriz do E.M.E., estruturei todas essas informações sob a forma de tabela de tesouro e a comparei com outras estruturações. Verifiquei o quanto a nossa tabela estava desatualizada. Em

termos quantitativos, enquanto aquela compreendia cerca de sessenta laudas, uma outra, à base de historiografia principalmente anglo-saxônica atualizada, era cinco vezes maior.

Uma das razões para essa enorme e impressionante diferença está em que a historiografia utilizada entre nós, nas últimas seis décadas, é predominantemente francesa, e leoninamente dedicada a Napoleão.

Ora, o Grande Corso foi um dos maiores, se o maior tático da Humanidade, mas um tremendo fracasso como estrategista nacional-militar. Todavia, as duas coisas são difundidas e, assim, há um superdimensionamento do estudo de Napoleão, "inchando" indevidamente os textos didáticos de História Militar.

Para que isso fique bem documentado e possamos também estender o nosso raciocínio quanto às nossas e às novas dimensões da História Militar, organizamos uma tabela (página seguinte).

Hitler faz companhia a Napoleão como fracasso estratégico. Quanto a Alexandre, faleceu prematuramente e a seu favor tem o fato de suas conquistas terem per-

5 — Elaborado sob a forma de tesouro, dentro do Projeto *Thesaurus* da Biblioteca do Exército, na atual gestão do Coronel Aldílio Sarmento Xavier, já por antecipação do que estaria previsto na Diretriz de 1982, do E.M.E., citada. Contém cerca de 60.000 termos de Doutrina Militar básica (inclusive de Segurança Nacional, da ESG), História Militar do Brasil e História Militar Geral. É um instrumento de indexação e recuperação de informações desses campos, bem como estrutura de um manual de estudos daqueles assuntos.

Duração de Alguns Impérios (aproximadamente)

Império	Área	Período de duração
De Alexandre	Mediterrâneo—Oriente Médio	10 anos
Bizantino	Idem	12 séculos
Otomano	Idem e Balcãs	14 séculos
De Napoleão	Europa	14 anos (1801-1815)
De Hitler	Europa	5 anos (1940-1945)
Romano	Europa, Mediterrâneo—Oriente Médio	5 séculos
Austro-Húngaro	Europa Central e Balcãs	7 séculos
Alemão	Europa Central e Oriental	48 anos (1870-1918)
Coloniais (Inglaterra, França, Portugal)	Mundo	4,5 séculos
Russo (ainda persiste)	Europa e Ásia	4 séculos

manecido longamente em poder de dinastias fundadas por seus sucessores, chefes militares.

Se pensarmos em termos mundiais, num *império de valores morais*, tal, por exemplo, o configurado por nações que acreditam na Democracia e a praticam, o da Europa Ocidental ou o da América, este com os Estados Unidos e o Brasil principalmente, será o caso de se levantar os fatores que permitiram ao Império Bizantino sobreviver durante 12 séculos, muitos dos quais assediado tenazmente pelos turcos. Igualmente, porque estes impuseram e mantiveram seu império durante 14 séculos numa vastíssima área geográfica bem povoada.

Logo, parece-me muito mais objetivo estudar hoje a atuação de um Belisário ou de um Justiniano, do que nos encantarmos com a de Napoleão a perseguir o impossível,

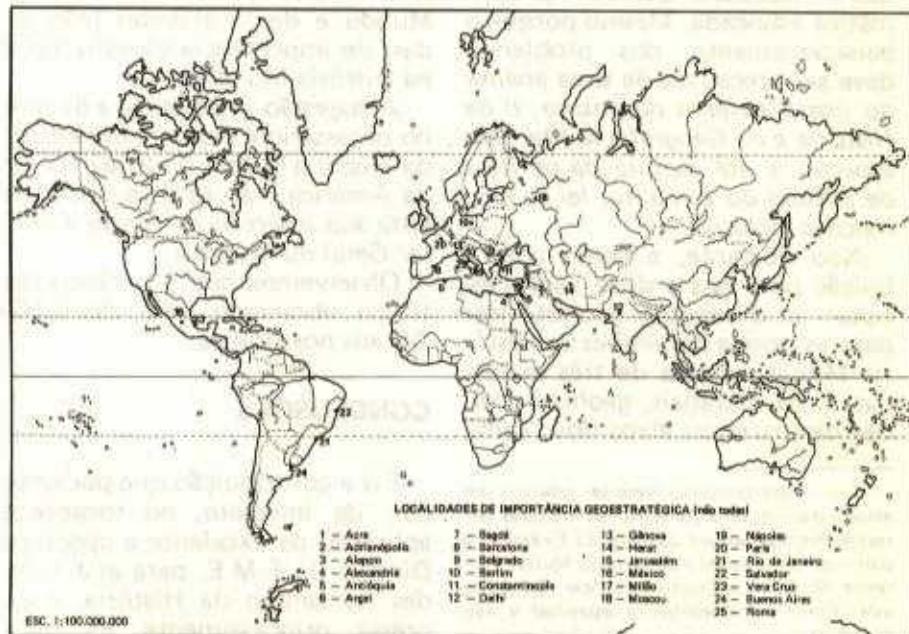
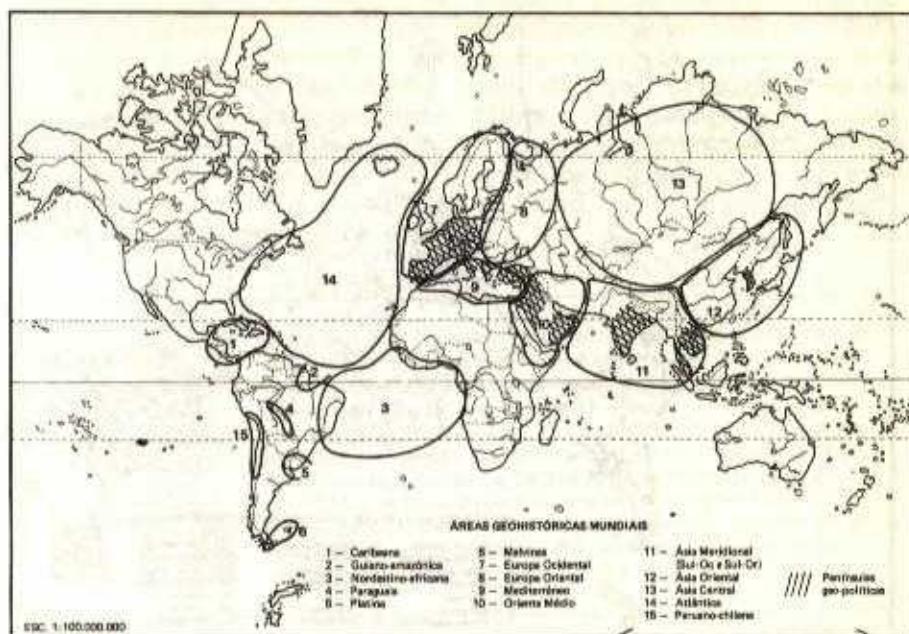
desde que o poder naval francês fora praticamente destruído por Nelson, e os objetivos da França nem sempre coincidiam com os dos povos europeus.

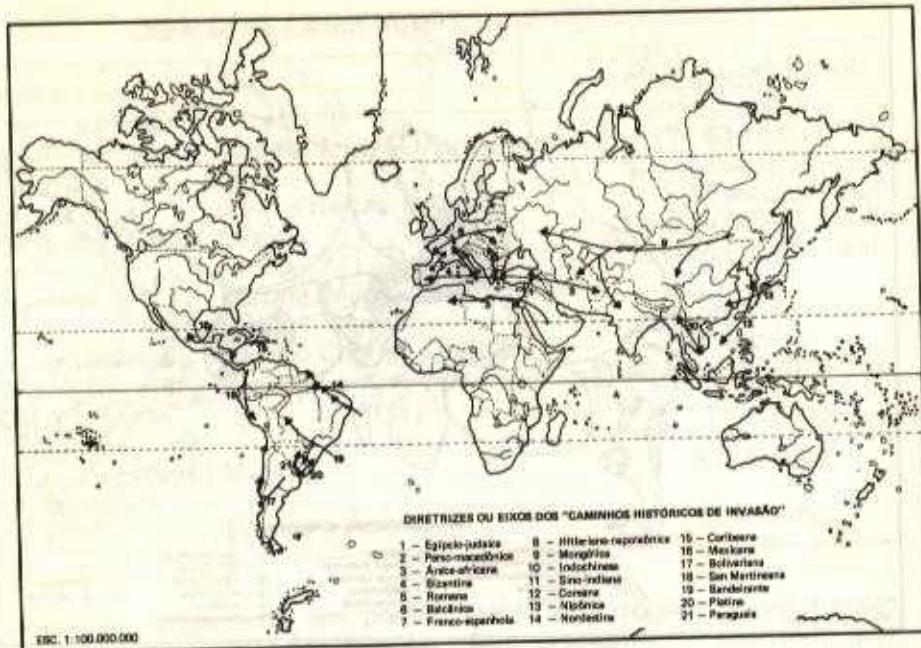
Não vai ser fácil desenvolver o esforço contido na nossa "idéia de manobra", sobretudo porque não dispomos nem de 5% da bibliografia necessária às novas e às nossas dimensões da História Militar. Para superar tal situação precisamos estabelecer e cumprir um plano de aquisição planificada⁶ contemplando todos os nossos órgãos de documentação.

AS DIMENSÕES GEOHISTÓRICAS

Não se pode, nos limites de um artigo de periódico, dizer tudo o

6 — Já nas cogitações da Bibliex, conforme informação do seu Diretor.





que é necessário quanto à problemática esboçada. Mesmo porque o equacionamento dos problemas deve ser precedido de uma *análise do nosso sistema de ensino, o da História e da Geografia Militar, em especial, e até mesmo da política de pessoal do Exército, lei de promoções inclusive.*⁷

Não obstante, e como contribuição para essa análise, vamos esboçar as dimensões geohistóricas para as nossas dimensões da História Militar, através de três mapas: das áreas mundiais, geohistóricas, das diretrizes ou eixos dos "cami-

nhos históricos de invasão" no Mundo e de localidades (não todas) de importância geoestratégica na História Mundial.

A sugestão imediata é a de que, no necessário e permanente estudo da História Militar do Brasil, como da América, não se deve perder de vista sua inserção na História Militar Geral ou Mundial.

Observemos que o período histórico abrangido vem de 3.100 AC aos nossos dias.

CONCLUSÕES

Eis a contribuição que podemos dar, de imediato, no tocante à aplicação da excelente e oportuna Diretriz do E.M.E. para as atividades no campo da História, e expressa, principalmente, na sugges-

7 - Nesse contexto deve ser inserido um estudo das informações culturais militares terrestres necessárias aos quadros do Exército, a partir de um conceito de Cultura Militar Terrestre de apoio à Doutrina Militar Terrestre, vale dizer, como elemento essencial e não acessório.

tão de uma análise do respectivo sistema de ensino.

Quanto à documentação, impõe-se que contenha as *informações necessárias* para o apoio tanto das novas, quanto das nossas dimensões da História Militar.

Finalmente, e no que respeita ao atual ensino sistemático e so-

bretudo, ao assistemático (nas instituições culturais militares e paramilitares), que se intensifique o estudo da Geopolítica, da Geografia Militar, da Geohistória, da Geestratégia e da Polemologia, sempre com atenção ao destino nacional do Brasil.



O Coronel R/1 Francisco Ruas Santos, da Arma de Infantaria, é possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição da História do Exército Brasileiro (1972). Nessa função, idealizou o Centro de Documentação do Exército em 1973. Fundou e dirige o Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de Informações, tendo publicado o Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes (1976-1977) e Informação e Indexação.



TAMANDARÉ E A LOGÍSTICA NAVAL NA GUERRA DO PARAGUAI

Arlindo Vianna Filho

"Uma vez decidida a guerra, torna-se necessário preparar-se não um plano completo de operações – o qual é sempre impossível – pelo menos um sistema de operações adequado ao fim prescrito; prover uma base, bem como todos os meios materiais necessários para assegurar o sucesso da empresa."¹

O conceito de Estratégia, no século XVIII, circunscrevia a administração militar, o conhecimento e a utilização adequada dos exércitos, a ciência das fortificações, a arte de comandar, o hábil recurso à propaganda da guerra e um saber político pragmático e rude. Com a complexidade crescente das relações que se desenvolvem no encargo e aplicação do poder, a Arte da Guerra passou a abranger, cada vez mais, atividades relativas a uma sábia dinâmica dos recursos, articulados no espaço e no tempo, desde antes da batalha mas com vistas a esta, condicionando a vitória no ato da força.

O aprofundamento do estado da arte no campo da previsão, obtenção e distribuição dos recursos necessários para a garantia do sucesso da ação deu origem a um ramo específico do saber militar, a Logística.

Habituados a superar ou vencer antagonismos e dificuldades, atuais ou potenciais, os militares têm dado passos pioneiros e traçado novos rumos para a humanidade. Assim, hoje, a Logística abrange conhecimentos indispensáveis às atividades relacionadas com os recursos necessários à promoção efetiva dos interesses de qualquer nível social ou comunitário.

Porém, a demonstração cabal de que a Logística, na Arte da Guerra, chega a ultrapassar, em muitos casos, os fatores estratégico e tático só ficaria suficientemente clara após a Segunda Guerra Mundial e

¹ Máxima referente à Arte da Guerra, enunciada pelo Barão Antoine Henry Jomini (1779-1869), general do Grande Exército de Napoleão e do Exército Imperial do Tzar da Rússia, um dos formadores do pensamento militar moderno.

a Guerra da Coréia. Nestes conflitos, cada plano estratégico ou ordem tática correspondia a um planejamento logístico, que tornasse possível a realização daqueles. Após estas guerras, o processo do planejamento militar fundamentava-se em só ser possível a vitória para o partido que dispuser de superioridade logística, em quantidade e qualidade de meios e em sua distribuição adequada.

Seria, então, a Logística uma nova arte de ganhar as guerras? Iremos admitir que Napoleão e Nelson, Tamandaré e Caxias triunfaram simplesmente por inspiração ou pela superior coragem?

Na realidade, nas guerras do passado e mesmo nas legiões romanas e naquelas da era napoleônica, as atividades de prever e suprir os meios indispensáveis para as tropas, isto é, as atividades logísticas, já consistiam-se em preocupações que condicionavam o sucesso.

Mesmo desde antes de Sun Tzu, os conflitos são vencidos pelas armas comandadas por aquele que melhor previu e proveu os meios, pessoal, facilidades e serviços indispensáveis, pelo exercício instintivo ou consciente de funções hoje denominadas logísticas. Assim, quando a tribo primitiva, para resolver suas divergências, necessitou armar-se, fabricou a clava e a colocou na mão do mais capacitado a brandi-la, assegurando a possibilidade de vencer. Em outras palavras, tendo identificado um antagonismo, passou, em processo lógico de raciocínio, a determinar as necessidades para ultrapassá-lo, obteve os recursos julgados indis-

pensáveis e distribuiu-os de modo a obter a maior eficácia com a sua utilização. De fato, realizou as etapas logísticas como atualmente são consideradas. Na seqüência: determinação de necessidades, obtenção e distribuição.

Se um general deseja ser feliz no grande drama da guerra, diz Jomini, "seu primeiro dever será estudar cuidadosamente o teatro de operações de modo que possa ver claramente as vantagens e desvantagens que apresenta para si e para o inimigo. Feito isso, poderá intelligentemente passar a preparar sua base de operações, depois de escolher a zona de operações mais adequada para seu esforço principal e, assim fazendo, manter constantemente no espírito os princípios da arte da guerra. Toda máxima referente à guerra será boa se indicar o emprego da maior parte dos meios no momento e no lugar devidos".

Em linguagem simbólica, como Sêneca² já observara, "os bons ventos só sopram para quem sabe para onde quer ir". Assim, na Arte da Guerra deve conhecer-se o que se quer alcançar e até onde se pode ir. E a Logística é que determina, obtém e distribui os meios para quem almeja lograr o êxito. Se a Estratégia e a Tática estabelecem o modelo de conduta da guerra, a Logística obtém os meios sem os quais a Vitória não poderá ser alcançada.

A Arte da Guerra regeu a condução dos conflitos em todos os tempos, e a Estratégia e a Tática

² Sêneca, Lucius Annacus (4AC-65DC). Filósofo e moralista romano.

foram as mesmas tanto sob César quanto sob Napoleão. A Logística, também. Mas esta só recentemente vem sendo dogmatizada em trabalhos escritos, análises e estudos da história e doutrina militares. Talvez porque vêm os estudiosos do tema "conduzindo, por ordem, os pensamentos, começando pelos temas mais simples e fáceis de elucidar, para pouco a pouco subir, como por degraus, até o conhecimento dos mais complexos".³

Em um retrospecto histórico, é difícil imaginar como Dario e Xerxes aprovisionaram seus imensos exércitos da Trácia, onde ainda hoje seria uma tarefa difícil suprir trinta mil homens. A História militar registra atividades surpreendentes como, em 1864, quando o Paraguai mobilizou 64.000 homens e estabeleceu um sistema de bases militares em esforço que só poderia ser desenvolvido com entendimento de princípios e atividades hoje compreendidos pela teoria da Logística. Muito já se escreveu sobre o valor, a coragem e a intrepidez, o patriotismo e heroísmo dos bravos que se bateram na Campanha da Tríplice Aliança contra o Paraguai. A estratégia da guerra e a tática das batalhas já foram objeto de profundos relatos e análises. Também o aprovisionamento e a administração do material e do pessoal tiveram descrições e citações pelas suas consequências no desenrolar dos eventos e mesmo sobre sua influência no êxito final. Mas, os fragmentos da análise do processo logístico não foram, ain-

da, agrupados em uma sequência lógica e específica que evidencie, numa visão sistêmica, como a Logística, paralelamente aos aspectos estratégicos e táticos, influiu decisivamente na sorte deste drama. Nós nos propomos a sondar, apenas sondar cautelosamente, alguns aspectos logísticos navais do partido vencedor.

PREPARO DO PODER NAVAL

Desde 1852, o Brasil se esforçava por chegar a um acordo com o Paraguai sobre as questões da navegação fluvial e de limites. Em 1856/57, as controvérsias pareciam fazer a guerra iminente. Brasil e Paraguai preparam-se para o conflito. Esforços diplomáticos afastam, pelo menos adiam, a guerra que não desejavamos.

Evidenciava-se o antagonismo. "Tivemos receios sérios de complicações internacionais, e fomos obrigados a adquirir navios apropriados à guerra fluvial", explicava mais tarde, a 14 de março de 1864, o Conselheiro Saraiva.⁴

Quando "se deliberou colocar o Império em posição de defender os seus interesses e a sua hora perante o estrangeiro", confiou-se "à honra e patriotismo do Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, com a mais ampla liberdade de ação, diligenciar os nossos preparativos bélicos". Tratávamos, concluía Saraiva, "de prepararmo-nos para todas as eventualidades relati-

³ René Descartes (1569-1650), in "Discurso do Método" (1637).

⁴ Saraiva, Conselheiro José Antônio (1823-1895). Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha de 4-5-1857 a 12-12-1858 e de 12-5-1865 a 27-6-1865.

vas à questão paraguaia. Entre essas eventualidades estava a adoção de um bloqueio rigoroso e a de uma guerra. Em qualquer dessas circunstâncias precisávamos de uma forte esquadilha a vapor, e do combustível necessário para que essa esquadilha não ficasse inerte e sem préstimos para manter os interesses do Império".

"O ilustre Vice-Almirante encarregado dessa aquisição fez tudo que pôde para que esses navios fossem bem construídos e armados."

A determinação prévia das necessidades para o preparo do nosso poder naval foi expressa por Saravia a Tamandaré, em Ofício de 13 de outubro de 1857: "Devo dizer a V.Exa. que não deve obter menos de dez canhoneiras; se não puderem elas ser obtidas até maio o deverão ser ainda com mais demora, visto como nós precisamos de navios a vapor, que calem dez palmos e menos, para fortalecer a nossa Esquadilha de Mato Grosso, que tem necessidade de ser colocada em bom pé, razão do aumento muito sensível da Esquadilha do Paraguai".

O relato das atividades logísticas para aquisição dos navios que adequariam nosso poder naval, vamos obtê-lo em cuidadosa correspondência⁵ dirigida ao Ministro da Marinha pelo Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa.

"Para corresponder à confiança com que V.Exa. me honra, envidarei todos os esforços para obter que as canhoneiras sejam da melhor qualidade e armadas o melhor que seja possível, procurando que

sejam da ordem das que na última guerra comprovaram sua superioridade e excelência como máquinas de guerra. Estas são indubitavelmente as canhoneiras forradas de ferro do lume d'água para cima e à prova de bala de grosso calibre; elas arrasaram as grandes baterias de Kinburn, conservando a reputação de sua invulnerabilidade, e são elas as mais próprias para atacar e arrasar as fortificações feitas ou em construção nas margens do Paraguai."

Para o teatro de operações, mercê de suas características especiais, Marques Lisboa revia as especificações e concluia que "as canhoneiras não calem mais de 6 pés de água, devendo cada canhoneira montar 2 peças de calibre 68 da 1^a classe para lançar balas sólidas e do peso de 65 quintais⁶ e nove pés de comprimento e quatro peças de 32 de 3^a classe do peso de 25 quintais e seis pés de comprimento. Para que os construtores se pudessem obrigar a fazer as canhoneiras desta classe e que, movidas a hélice, pudessem ter uma marcha maior de 7 milhas, forçoso foi limitar a quantidade de combustível e mantimentos para um certo espaço de tempo em dadas circunstâncias, por isso deverão elas ter só carvão para três e mantimentos para oito dias, para cem praças, quando seja forçoso que não demandem mais de 6 pés de água. Com tal quantidade de combustível terão elas porém o suficiente

⁵ Correspondência do Almirante Joaquim Marques Lisboa existente no Arquivo do Serviço de Documentação-Geral da Marinha.

⁶ Quintal é antiga unidade de peso equivalente a 4 arrobas.

para um ataque prolongado em qualquer dos rios em que hajam de operar, e como para isso devam andar incorporadas e em Esquadra ou Divisão, terão necessariamente depósitos em que ao fim de 5 a 8 dias possam prover tanto de combustível e mantimentos como de munições de guerra".

Estava estabelecida, desde então, forçada pelo aspecto fisiográfico da região em que deveriam operar e pelo nível tecnológico da época, a necessidade de apoio logístico, em termos de combustível e munição, a ser prestado por bases avançadas e móveis.

O Almirante Marques Lisboa, com clarividência, analisava a lição dos fatos: "A guerra da Criméia, ainda há pouco, acabava de mostrar quanto foram falíveis os juízos dos homens amestrados na arte da guerra das mais fortes e experientes nações do mundo, e as fases dessa guerra, sua duração e milhares de projéteis, nos devem ensinar a não nos fiar em lisonjeiras esperanças e a bem provermos quando tenhamos de lutar pela honra e dignidade da bandeira nacional."

Concluiu serem necessárias "algumas embarcações de pouco calado e de maior capacidade possível, para fazer o serviço de transporte de gêneros, depósito de sobressalentes e do material bélico necessário para se construir e se suprir baterias flutuantes". Mais tarde seriam imprescindíveis, como previra.

Onze meses após a autorização para a aquisição, as quatro últimas canhoneiras suspendiam para o

Brasil. "As presentes canhoneiras vão, como as primeiras, carregadas de projéteis. No número deste vão compreendidos os que comprei para o abastecimento dos arsenais. Por causa do grande número de artigos bélicos que levam, não se pôde obter conveniente arrumação a bordo."

Marques Lisboa procurou diligentemente ter os melhores navios. Especificou calado e arranjos. Dotou as canhoneiras de grupo destilatório. Exigiu proteção encouraçada; adquiriu o "melhor armamento de mão e munição de guerra. A artilharia e seus reparos nas embarcações é do maior calibre em uso na nossa Marinha e na Britânica. Os escalerões são bons, construídos com vistas de servirem em rios, com meios para desembarcarem regular número de praças".

Batizou seus navios; designou seus Comandantes. Contratou os marinheiros; procurou que "tivessem suficiente roupa, a fim de poderem desde o começo se apresentar uniformemente vestidos e asseados, e neste estado sejam mais sujeitos à disciplina.

Adquiriu os cronômetros para a navegação e acompanhou as provas de máquinas. Exigiu e obteve "dos construtores o aumento do pano das canhoneiras com mais uma gávea e joanete, com o fim de obter velocidade com vento largo e a bolina, poupando-se assim maior despesa de carvão".

São bem documentadas as irretocáveis atividades logísticas de obtenção das canhoneiras.

O nosso poder naval passou a contar com as valorosas *Araguaí, Iguatemi, Mearim, Tietê, Ivaí, Araguaí, Ibicuí, Itajai, Belmonte* e *Parnaíba*. Navios de Tamandaré! Seu valor está registrado nas passagens nobres e heróicas da História Naval Brasileira.

LOGÍSTICA OPERATIVA

Francisco Solano López herda, em 1862, o poder de seu pai.

"Militariza seu povo, fortifica Humaitá e adestra trinta mil soldados escolhidos no acampamento de Cerro-Corá.

Que planos abriga?

Que objeto tem em vista?"⁷

"O Paraguai começou a preparar-se ativamente para a guerra em 1864, e em março desse ano López estabeleceu um acampamento onde 30.000 homens, de dezesseis e cinqüenta anos, recebiam instrução militar. Ao mesmo tempo, 17.000 recrutas eram exercitados em Encarnación, 10.000 em Humaitá, 4.000 em Assunção e 3.000 em Concepção. Ao todo, cerca de 64.000 homens receberam instrução militar em seis meses, de março a agosto de 1864."⁸

Latente e iminente o conflito, o Conselheiro Saraiva reconheceria, em sessão do Gabinete a 14 de março de 1864, que a Armada Imperial para operação no ambiente fluvial contava com os navios de

Tamandaré: "São eles ainda os que se acham em condições favoráveis a nosso serviço especial!"

Empenhado em intervenção na República Oriental, que se fizera necessária, comprometidos seus recursos bélicos, o Brasil é afrontado por Solano López com o aprisionamento do *Marquês de Olinda*.

Mas só no término da luta na República Oriental foi possível ao Brasil voltar-se efetivamente para a defesa contra os exércitos de López, que já tinham em seu poder parte da província de Mato Grosso.

"Cumpria-nos, em suma, preliminarmente, elaborar um plano de operações e designar um comandante-em-chefe para todas as nossas forças." E esta observação é complementada pelo General Tasso Fragoso⁹: "Quanto ao Comando-em-Chefe, deixou o governo nessa função o Almirante Tamandaré. Tamandaré foi, pois, conservado no cargo de general-em-chefe de todas as nossas forças e elaborou um plano de operações contra López. Qual era esse plano?"

Nós o encontramos reproduzido em inúmeras fontes bibliográficas. Curiosamente incompleto, mesmo nos autores que dizem transcrevê-lo na íntegra. Somente reproduzem a parte que estabelece a estratégia concebida pelo nosso Almirante, que previa "ser muito possível que López procure embarracar a passagem do rio com correntes de ferro" em seu famoso baluarte de Humaitá. Mas não poderia obstar a passagem de navios

⁷ Meron, Martin Garcia. In: *Juan Bautista Alberdi*. Buenos Aires, 1890, pág. 339. Citado por Hélio Lobo em *Antes da Guerra*.

⁸ George Thompson, tenente-coronel encarregado do serviço de engenharia de López, a cujo estado-maior pertenceu, in *The War in Paraguay*, Londres, 1869.

⁹ General Tasso Fragoso in *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, II vol.

couraçados como aqueles que Tamandaré poderia lançar mão em breve.

Nenhuma fonte consultada transcreve a parte do plano de operações que especifica a determinação dos recursos relativos ao material bélico e à intendência, bem como ao reaprovisionamento da Esquadra e do Exército em operação.

Fomos encontrar no Arquivo Nacional a íntegra do Plano de Operações de Tamandaré. Não cabe transcrevê-lo. Apenas queremos saber como Tamandaré conduziu os preparativos logísticos que possibilitariam o sucesso.

Invaso Mato Grosso, fortificado Humaitá. Para a defesa do País, o Exército em operações teria que transportar cursos d'água tornando-se indispensável coordenar os movimentos da Esquadra e do Exército. Delineou-se uma situação em que, para a Armada Imperial, seria imprescindível dispor de novas unidades encouraçadas, estabelecer um sistema de fornecimento de combustível em depósitos fixos e móveis flutuantes, um hospital provisório em um navio, um depósito de munições navais de guerra e de boca e de sobressalentes com disponibilidade de transporte fluvial, além de embarcações adequadas à transposição dos rios com a tropa e seus apetrechos, conforme o necessário.

Não temos a pretensão de abordar com profundidade o planejamento logístico, as dificuldades inevitáveis para sua consecução e suas consequências nos aspectos estratégicos e tático da campanha.

Queremos contribuir, tão-somente contribuir, para motivar o estudo analítico de cada atitude e de cada ação do ínclito Patrono da Marinha do Brasil e nelas colher os ensinamentos que a história dos grandes líderes traça para a travesia da nacionalidade.

Avocamos o testemunho do Capitão-Tenente Manuel Carneiro da Rocha¹⁰ que, de 8 de fevereiro a 31 de dezembro de 1866, registrou diariamente os acontecimentos da guerra que presenciou, acontecimentos em que se reafirma a predestinação de Tamandaré para a liderança de grandes momentos de nossa nacionalidade.

Acompanhamos os fatos a partir de fevereiro de 1865, quando Tamandaré desenvolve atividades logísticas operativas, testemunhadas e relatadas por Carneiro da Rocha. É nessa época que Tamandaré, que em breve contaria com os navios encouraçados¹¹ que sugerira por indispensáveis para vencer as baterias ribeirinhas, desloca-se para o teatro de operações.

Ao meio-dia de 21 de fevereiro de 1866, após ter passado pelo casco socobrado do *Marquês de Olinda* — atingido pela proa do *Amazonas* em Riachuelo — Tamandaré entra em Corrientes a bordo do *11 de junho*, "tendo passado entre os navios que, com en-

¹⁰ Manuel Carneiro da Rocha foi do Estado-Maior do Visconde de Tamandaré. Seu diário, interpretado e anotado pelo CMG (RRM) Lauro Nogueira Furtado de Mendonça, está sob a guarda do SDGM. É documento histórico inédito.

¹¹ Em março de 1865 fora lançado no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro o primeiro navio encouraçado construído na América do Sul, o *Tamandaré*.

tusiasmo, saudaram o Almirante, tendo a gente nas vergas. As músicas tocaram hinos; e a oficialidade sobre os passadiços não cessava de cumprimentar aquele que vinha em pessoa participar dos trabalhos e fadigas da guerra".

Já no dia 23 de fevereiro, Tamandaré e o Chefe Barão de Amazonas "foram à terra, a fim de escolherem o melhor local para fundar um hospital; e examinaram o fabrico das canoas para a passagem do Exército. Estavam em construção duas grandes, para conduzir trinta homens cada uma, e mais uma para artilharia e cavalaria. O construtor Bastos teve ordem para a direção da construção do hospital, para o que fez desembarcar os seus operários".

Tamandaré, diariamente, inspecionava as obras do hospital e a construção das canoas, adequando-as à tarefa de transposição do Paraná.

No teatro de operações, as funções logísticas são múltiplas e de relevância primordial. Saúde e pessoal exigem exercícios de atividades que não excluem as preocupações indispensáveis com abastecimento, transporte e apoio logístico móvel. Tamandaré não descurava do atendimento de nenhuma das funções logísticas.

Estabelecida a infra-estrutura básica de apoio, a Força Naval, com Tamandaré no seu Comando, sobe o rio e fundeia desafiadora-mente nas proximidades do Forte Itapiru. Sucedem-se as ações de fustigamento. Osório, Mitre e Flores conferenciam constantemente com Tamandaré.

As atividades logísticas não cessam: feridos transportados para o Hospital de Corrientes, desencaixe de navios, reparos em danos causados pela artilharia inimiga, transporte de munição para o Exército, abastecimento de carvão para os navios da Esquadra.

As águas do rio sobem. A 16 de abril de 1866 já há calado para os navios da Esquadra que apoiariam e possibilitariam a transposição do rio pelo Exército. "Ao romper do dia principiou o movimento na Esquadra e nos vapores que juntos à terra recebiam a tropa. Às sete horas foi o Almirante ao lugar do embarque e esteve com os Generais. Às oito e meia partiram os vapores *Marcílio Dias*, *Riachuelo*, *Suzan Bern*, *Viper*, *Witeinch*, indo na frente o *Beberibe* com o Chefe Alvim, e o vapor *G. Osório*, com o General Osório e seu Estado-Maior; todos estes vapores conduziam duas divisões dos Generais Argolo e Sampaio, dois parques de artilharia, um contingente de engenheiros, e um esquadrão de cavalaria, ao todo 9 mil homens. Foi linda a vista de toda essa força".

Dois dias depois a Bandeira Brasileira foi içada em Itapiru.

Continuam os trabalhos de passagem do Exército, cavalaria, material, gado, armamento e munição. Sessenta e cinco mil homens atravessaram o Paraná! Pode-se imaginar que esforço logístico, que necessidades de coordenação compreenderam o notável efeito. Sessenta e cinco mil homens atravessaram o Paraná!

Carneiro da Rocha, nossa testemunha, foi nomeado Comandante

do Itajaí pelo Almirante, a 19 de maio.

A 20 de maio o Almirante ordena o sinal "Suspender". Bahia, Barroso, Brasil, Tamandaré, Magé, Belmonte, Beberibe, Parnaíba, Ival, Itajaí, Ipiranga, Iguatemi, Araguari, Mearim, H. Martins, Greenhalgh, Chuí, Lindoia, 11 de junho e o Voluntário, com uma chata de munições, sobem o rio. Passam pela ilha de Curuzu e fundeiam pouco abaixo de Curupaiti.

O Exército avança coordenadamente.

Na Força Naval "soube-se que na batalha¹² do dia 24 de maio, em que o Exército paraguaio de perto de 24 mil homens avançou sobre o nosso, foi ganha uma grande vitória". Parece oportuno repetir que a vitória só é possível para o partido que dispuser de superioridade logística, em quantidade e qualidade de meios e em sua distribuição adequada.

E as atividades logísticas da Força Naval têm prosseguimento ininterrupto: "Desceu a Mearim, a 28 de maio, para receber carvão no Passo da Pátria, a fim de com a Iguatemi e Araguari, subirem o Paraná, a passar o Exército do Barão de Porto Alegre".

Tamandaré escolheu a ilha de Cerrito, à entrada do Paraguai para aí estabelecer um depósito da Esquadra (5 de junho de 1866), atualizando e adequando constantemente a base das operações.

Neste ponto, continuando a leitura do diário de Carneiro da Rocha, não podemos nos conter em transcrever anotação de 11 de ju-

nho de 1866: "Dia memorável! Completa-se um ano que a Esquadra Imperial, em Riachuelo, lançou a pique 4 vapores paraguaios, e tomou 6 chatas, correndo com o resto dos navios, ainda debaixo do fogo da bateria de terra."

Em agosto, já estava montado em Cerrito, local selecionado por Tamandaré com visão estratégico-logística, o "hospital do 2º corpo do Exército e um arsenal de marinha com uma oficina de máquinas com 20 operários e outra de construção com 50, entre carpinteiros e calafates". Era a base avançada que integrava o sistema logístico que se completava, inteligemente, com o apoio móvel que se impunha como solução lógica e racional.

Derrotados em Tuiuti, os paraguaios retraíram-se, optando por uma guerra de posição, ao abrigo do terreno pantanoso. Os clarões de grandes fogueiras nas pastagens denunciavam a retirada com "terra arrasada". A destruição das pastagens geraria necessidades extras de cuidados com a cavalhada. E o abastecimento móvel já havia sido previsto: "O brigue Santiaguinho, comprado por 18 contos para servir de depósito de milho e capim para a cavalhada", chega a Corrientes, a 8 de agosto de 1866.

As funções logísticas incluiam, paralelamente, atividades constrangedoras: transporte de feridos para o hospital de Cerrito, sepultamento de bravos falecidos em combate, guarda de prisioneiros. A este respeito é sugestiva demonstração do espírito nobre dos combatentes brasileiros a anotação de

¹² Batalha do Tuiuti, 24 de maio de 1866.

6 de outubro: "existe no Apa um paraguaio, que serviu de bombeiro ao López, ia e vinha sem que se pudesse desconfiar de traição. É um rapaz ainda moço e inteligente. Tem sido tratado como os demais prisioneiros, isto é, perfeitamente bem".

Então, a iniciativa de Mitre de assalto a Curupaiti fracassa. Os meios julgados indispensáveis por Tamandaré a tal empreendimento só mais tarde estariam disponíveis: "Chegam, às 3 horas da tarde de 29 de outubro, a Cerrito os encouraçados *Herval* e *Colombo*, o primeiro artilhado com 4 peças, sendo 2 de 150 raiados; e o segundo com 8 peças de 68 de 1ª classe, alma lisa. Foi geral a admiração; a população de Cerrito encheu o alto da barranca!"

Herval e *Colombo* somaram-se aos encouraçados *Lima Barros*, *Brasil*, *Silvado*, *Cabral*, *Barroso*, *Bahia*, *Mariz e Barros* e *Tamandaré*. Tínhamos, então, meios navais suficientes para a passagem de Curupaiti, subir três voltas do rio e vencer Humaitá, de proclamada inexpugnabilidade.

Os navios do Almirante venciam Humaitá!

Ele já havia previsto em seu plano de operações: "Quanto à Esquadra, sua missão nesta guerra é múltipla e variada e está chamada a prestar os maiores serviços. O Presidente López a teme seriamente porque sabe que o seu famoso baluarte de Humaitá não pode resistir a um ataque de navios couraçados, como aqueles que podemos lançar mão em breve, combinados com um Exército respeitá-

vel. É muito possível que procure embaraçar a passagem do rio com correntes de ferro".¹³

E os navios de Tamandaré venceram Humaitá!

ARQUITETO DO ÉXITO

Não falamos das tensões constantes que as ações bélicas criavam, nem do ambiente hostil, das preocupações, riscos e ansiedades, constrangimentos e sacrifícios das personagens do teatro de operações. Nem de seu patriotismo.

Buscamos uma visão com enfoque logístico-naval da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Podemos enriquecer agora com exemplos reais, vividos e registrados nas páginas nobres da História Naval brasileira, as mais atuais classificações das funções logísticas: abastecimento, manutenção, reparo e salvamento, saúde e pessoal, transporte, desenvolvimento de bases e apoio logístico móvel.

Hoje, é indiscutível que a atividade logística está intimamente entrelaçada e constitui uma influência limitadora decisiva às operações estratégicas e táticas. A determinação acertada das necessidades e a localização e distribuição apropriadas dos recursos de suprimento facilitam as ações bélicas e influem diretamente no sucesso

¹³ Existem no Museu Naval do SDGM alguns elos da amarra utilizada em Humaitá. Eram, de fato, três amarras, paralelas, a mais pesada com elos de sete polegadas e meia. Apoiadas em numerosas canoas e três pontões. Durante cerca de três meses os encouraçados atiraram contra as canoas e pontões, afundando todos eles e, naturalmente, fazendo com que o conjunto afundasse em sua seção central.

das diferentes concepções estratégicas e dispositivos e procedimentos táticos.

É certo que, na senda da Humanidade, os aplausos pela Vitória são avocados por muitas personagens. Mas a História, que obstinada e teimosamente faz justiça aos protagonistas, atribui sempre ao legítimo Comandante a responsabilidade pelo resultado de suas decisões e ordens. E, responsabilizando pelas consequências de suas ações e omissões, arquiteto do êxito e culpado pelo fracasso, é sua obrigação, forçosamente, estabelecer o nível de recursos indispensáveis à sua causa, procurar que sejam atendidos, distribui-los de modo a obter a optimização de seu emprego, e obter a vitória que tais meios possibilitam. "Na impossibilidade do sucesso, retardará suas ações até que os meios obtidos assegurem, pelo menos, possibilidade de êxito."¹⁴

O pensamento militar contemporâneo encontra na Logística naval desenvolvida por Tamandaré, antes e durante a Campanha da Tríplice Aliança, uma das mais valiosas lições da Arte da Guerra. A estratégia e a tática interagem com a Logística. A guerra não é somente fogo e sangue; embate moral da dignidade nacional, municia-se de direitos e deveres cívico-sociais, de opiniões e de vontades, de renúncias e obstinações. Na criatividade e na tecnologia; na razão e na paixão. Na inspiração e hombridade, na liderança e na previsão daqueles que, como o Almirante Joaquim

Marques Lisboa, e ninguém mais que ele, motivam as formidáveis energias da Pátria.

Bibliografia

- ARQUIVOS do Almirante Tamandaré. Originais existentes no Serviço de Documentação-Geral da Marinha, adquiridos em 1949 pelo Almirante Sylvio de Noronha, Ministro da Marinha.
- BARROSO, Gustavo. *Tamandaré, o Nelson Brasileiro*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Fon-Fon e Seleta, 1956.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Perfis Parlamentares 4, José Antônio Saraiva (Conselheiro Saraiva)*. Discursos Parlamentares, Sel. e intr. de Álvaro Valle, Brasília, 1978.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. *Ofícios do Comandante-em-Chefe da Força Naval do Brasil no Rio da Prata, de 1823 a 1868* (XM 292, 318, 660, 929 e 978).
- BRASIL. Ministério da Marinha. Estado-Maior da Armada. *Introdução à Logística*. Rio de Janeiro, 1971.
- BRASIL. Ministério da Marinha. SDGM. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Extratos do Arquivo do Almirante Tamandaré. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1950 e 1951, vol. VIII e X.
- BOITEUX, Henrique. *Os Nossos Almirantes*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1962, quarto volume.
- BOITEUX, Henrique. *O Marquês de Tamandaré (Um indígena brasiliense)*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Zélio Valverde, 1943.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1947.
- CORRESPONDÊNCIA e documentos oficiais relativos à Missão do Conselheiro José Antônio Saraiva ao Rio da Prata. Bahia, 1872.

¹⁴ Jomini, in *Précis de l'Art de la Guerre*.

- ECCLES, Henry E. *Logistics in the National Defense*. Harrisburg, Pennsylvania, USA, 1959.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro, Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934, 5. vol.
- GUEDES, CMG Max Justo. *As Forças Navais Brasileiras na Guerra do Paraguai*. 2ª Conferência do ciclo promovido pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil no 19 Centenário do Término da Guerra do Paraguai. Revista do IGHMB, vol. XLVIII, nº 61 (Esp.), 1970.
- JACEGUAY, Arthur. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Rio, Editora A Noite, 1935.
- JOMINI, Barão Antoine Henri. *Précis de l'Art de la Guerre*. Paris, Librairie Militaire de L. Baudoïn, 1894.
- JOMINI, Barão Antoine Henri. *A Arte da Guerra*. Tradução de Napoleão Nobre. Rio de Janeiro, Ministério da Guerra, Biblioteca Militar, 1949.
- JOURDAN, E. C. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, Tipografia Esperança, 1871.
- LINHARES, Aurélio. *Elogio dos Réprobos. A Guerra*. In: Salada de Letras. Itabuna, Gráfica Editora Itabuna, 1974.
- LOBO, Hélio. *Antes da Guerra (A Missão Saraiva ou os Preliminares do Conflito com o Paraguai)*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1914.
- MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of the Sea Power upon History*. New York, Sagamore Press, 1957.
- MAIA, João do Prado. *Através da História Naval Brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.
- MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (Tentativa de Reconstituição Histórica)*. Rio de Janeiro, Coleção Documentos Brasileiros, Livraria José Olympio Editora, 1965.
- ROCHA, Capitão-Tenente Manuel Carneiro da. *Diário da Campanha Naval do Paraguai* (8 fev a 31 dez 1865). Original inédito interpretado e anotado pelo CMG (RRM) Lauro Nogueira Furtado de Mendonça e doado ao Serviço de Documentação-Geral da Marinha.
- SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro, 1902.
- SILVEIRA, Carlos Balthazar. *Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio, 1900.
- SOARES, Álvaro Teixeira. *O Drama da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro, 1903.
- TAMANDARÉ, Visconde de. *Plano de Operações*. Ofício de 3 de março de 1865, no acervo do Arquivo Nacional (XM 660).
- THOMPSON, George. *The War in Paraguay*. Londres, 1869.
- VILLAR, Frederico. *Vida e Glória de Tamandaré*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950.



O Capitão-de-Mar-e-Guerra Arlindo Vianna Filho é aperfeiçoado em Submarinos e comandou, durante três anos, o submarino "Bahia". Por quatro vezes foi-lhe atribuído o Prêmio "Marquês de Tamandaré" em concurso histórico-literário do Clube Naval. Atualmente é Encarregado do Curso Superior de Guerra Naval, da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro.



OS QUADROS DO SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO

Jayr Matano

1. INTRODUÇÃO

Enquanto os exércitos tiverem como sua peça principal o HOMEM, haverá necessidade de um Serviço de Saúde organizado e eficiente, basicamente com a finalidade de selecionar e manter a higiene física e mental dos efetivos, promover o saneamento básico do "habitat" militar e encarregar-se da mobilização e do equipamento do território nacional, relativamente a área da Saúde.

a. *Missões do Serviço de Saúde do Exército (SSE)*

O SSE, em tempo de paz, é uma organização de apoio logístico que tem por finalidade:

1) Selecionar e manter os efetivos do Exército no mais alto grau de eficiência física e mental;

2) Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica:

a) aos militares da ativa;

b) aos militares da reserva remunerada;

c) aos militares reformados;

d) aos dependentes dos militares da ativa;

e) aos dependentes dos militares da reserva remunerada;

f) aos dependentes dos militares reformados;

g) as pensionistas e órfãos dos militares;

h) aos servidores civis do Ministério do Exército, de acordo com a legislação vigente;

i) aos militares de outras corporações, em obediência a determinações superiores.

3) Executar medidas de medicina preventiva de ordem geral;

4) Proceder a pesquisa científica do ponto de vista médico-militar;

5) Instruir, técnico-profissionalmente, todo pessoal de Saúde do Exército, em todos os escalões;

6) Obter, estocar, manter e distribuir todo material de saúde;

7) Estudar, preparar e executar as medidas relacionadas com a mobilização;

8) Cuidar do funcionamento técnico-administrativo das Organizações Militares de Saúde (OMS).

Em campanha, o SSE executa, basicamente, atividades relacionadas com sua missão geral, aplicando conhecimentos técnicos, visando:

1) Conservação dos efetivos;

2) Prevenção dos efeitos adversos da retenção das perdas sobre o moral do combatente, pela evacuação pronta e sistematizada dos feridos da ZC.

b. Efetivos do Serviço de Saúde do Exército (Quadros do SSE)

Daremos a seguir uma visão do conjunto dos efetivos disponíveis do SSE, mostrando suas deficiências e como elas repercutem desfavoravelmente sobre o cumprimento das missões do SSE.

Apresentaremos uma proposta para melhor atender as necessidades das OMS e da tropa, dentro da realidade brasileira.

Ressalta-se que inúmeros trabalhos sobre este tema já foram apresentados, principalmente, os que

se referem ao aumento dos quadros do SSE.

2. DESENVOLVIMENTO

a. Quadro de Oficiais Médicos da Ativa

1) Histórico e Situação Atual

Em 1849, quando de sua organização, o Corpo de Saúde do Exército tinha 105 (cento e cinco) oficiais médicos. Sucederam-se várias reorganizações até 1950, época em que se deu a última reestruturação global. Com a reestruturação de 1950, o número de médicos atingiu a 824 (oitocentos e vinte e quatro), o maior de toda sua história.

Porém, a partir de 1954 começou o processo de involução quantitativa desse Quadro que persiste até os dias atuais, ao mesmo tempo que o Exército registrava sucessivos aumentos de efetivos.

Note-se a progressiva diminuição na proporção médico militar/militar da ativa que ocorreu nos últimos anos, manteve a proporção atual bem abaixo dos parâmetros americanos que preconizam como ideal a proporção 1: 150.

Baseado na experiência americana, o SSE teria de ter maior efetivo do que o existente, para apoiar exclusivamente o pessoal da ativa.

Recordemos que foi também nas últimas décadas que se registrou um crescimento vertiginoso da clientela atendida pelo SSE, não só pelo aumento de efetivos do Exército e consequentemente

dos dependentes, mas também causada por:

- assistência a funcionários civis do Ministério do Exército (MEx) segurados do INAMPS, por força do convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS);

- assistência a usuários do FUNRURAL, em algumas RM;

- assistência a usuários dos Ministérios da Aeronáutica e Marinha, em várias Guarnições;

- assistência por médicos do SSE, quando servindo no Hospital das Forças Armadas (HFA), aos vários convênios existentes com aquele hospital.

- liberação da demanda reprimida após a criação do SAMMED/FUSEX. O SAMMED foi criado apoiando-se na estrutura do SSE. A Assistência Médico-Hospitalar é realizada prioritariamente nas Organizações Militares de Saúde do Exército (OMSE) competindo-lhe prestar toda a assistência possível, só encaminhando o paciente a outra Organização de Saúde (OS) quando sua capacidade estiver esgotada ou quando não dispor de recursos técnicos.

Para cumprir sua missão conta o SSE com os seus atuais recursos humanos.

Reconhece-se hoje o papel dos recursos humanos como o principal fator da eficiência e sucesso de uma organização. De nada valem recursos materiais adequados se a mão-de-obra é incapaz e ineficiente.

Não existem índices confiáveis da produtividade do SSE. O Anuário Estatístico do Exército

revela dados globais de desempenho de nossas OMSE difíceis de serem interpretados além de colhidos sem o critério estatístico desejável.

Poucos hospitais do Exército estão em condições de se submeterem a uma auditoria médica porque não possuem Serviços de Documentação Médica e Estatística ou se os possuem são os mesmos manipulados por pessoal sem habilitação técnica.

Uma avaliação subjetiva dos recursos humanos permite-nos afirmar que:

- a) O potencial humano não está sendo bem aproveitado.

Como dissemos, é difícil levar a produtividade individual dos integrantes do SSE, mas é evidente que a potencialidade máxima está longe de ser alcançada.

Em qualquer atividade, o elemento humano rende mais quando suficientemente motivado. No caso do pessoal de Saúde, a grande motivação é o aperfeiçoamento técnico. Por outro lado, poucos incentivos são dados os melhores. Nivelam-se elementos de rendimento e capacidade diferentes. O acesso aos postos imediatos por merecimento é, nesse caso, insuficiente como fator de motivação. Quanto ao aperfeiçoamento técnico, poucas perspectivas abrem-se ao pessoal de Saúde.

Analisemos a situação do médico, em particular. Após o curso de formação da EsSE, com duração de um ano, voltado exclusivamente para a adaptação à vida militar, retornará o médico aos bancos escolares para realizar o curso de

aperfeiçoamento da EsAO (atualmente por correspondência) dirigido precípuamente para o estudo da tática militar, com noções de Organização e Administração Hospitalar. Concluído o curso da EsAO está o médico habilitado a exercer funções de chefia e de direção, podendo atingir até o posto de Coronel. Posteriormente, poderá cursar a ECEME, também por correspondência, o que o habilita ao generalato. Como vemos, em nenhum destes cursos pode o médico aperfeiçoar-se tecnicamente.

Neste aspecto de aperfeiçoamento e especialização, está o médico do Exército em situação diversa da do médico da Marinha e da Aeronáutica. O curso de aperfeiçoamento correspondente à EsAO é realizado na Marinha e na Aeronáutica orientado para o aperfeiçoamento dentro da especialidade. A Escola de Guerra Naval equivale ao mestrado na especialidade médica. Quanto a cursos de especialização médica patrocinados pelo Exército, seja no País ou no exterior, são raríssimos. Vemos assim, que poucas possibilidades de especialização são dadas aos médicos do Exército, cabendo aos próprios, por sua iniciativa tentar a especialização, atividade essa cada vez mais difícil, considerando-se a exigência de tempo integral, a concorrência com médicos civis e a situação de muitos médicos, servindo em garnições sem recursos técnicos. Outro aspecto a ser considerado e que influí negativamente na produtividade do médico no Exército é a sua classificação no corpo da tropa. Trata-se, às vezes, de um especia-

lista competente que melhor rende-ria num hospital ou policlínica.

b) O processo de seleção para ingresso na Escola de Saúde do Exército é falho.

Sabe-se que uma seleção falha é responsável pela maioria dos problemas de pessoal. Temos a convicção de que uma seleção mais rigorosa eliminaria muitos dos problemas que hoje enfrentamos nesse campo. No passado, tivemos problemas pela impossibilidade de selecionar o pessoal médico que ingressava na EsSEx, devido à pequena procura. Paradoxalmente, a crise da Medicina brasileira teve aspecto positivo para o SSE, pois motivou verdadeira corrida de médicos à EsSEx, muitos deles, profissionalmente, de bom nível técnico, permitindo que se possa hoje selecionar melhor.

2) Proposta de aumento de efetivo de médicos

Considerando os fatos do item 1) e mais ainda:

— Se compararmos a situação do SSE com o da Marinha e Aeronáutica no que se refere à relação médico militar/clientela assistida, veremos que a do SSE é sensivelmente inferior.

— operações comunitárias (ACISO);

— extinção dos Regimentos de Infantaria, (que tinham 02 (dois) médicos) e sua transformação em 03 (três) B1, necessitando (de 03 (três) médicos e dentistas); e maior número de médicos e dentistas.

— a criação de grandes OMS;
— a transformação do Hospital

da Guarnição de Manaus em Hospital Geral;

— a inauguração de novos ambulatórios;

— as necessidades mínimas das OMS, dos Corpos de Tropa, sem contar que existe previsão de criação de novas OM;

— as necessidades da Diretoria de Saúde (DSau) e das Seções do Serviço de Saúde Regional (SSSR) para o cumprimento de suas obrigações regulamentares, foi que a DSau propôs um aumento de efetivos para o SSE.

Cabe a esta altura assinalar que os problemas do Quadro de Médicos da Ativa não são somente quantitativos, mas também qualitativos.

A Medicina moderna sofre extraordinário desenvolvimento técnico, caracterizando-se hoje como um de seus traços mais notáveis, a especialização. O médico do SSE não recebe estímulo e apoio em suas aspirações de especialização (aperfeiçoamento técnico) e, por outro lado, o concurso da Escola de Saúde do Exército (EsSEX) favorece o ingresso de médicos generalistas.

Disso resulta o predomínio no SSE de médicos clínicos gerais, havendo carência de especialistas que precisam ser contratados no meio civil. Isso levou os nossos superiores determinarem um estudo sobre Residência Médica no Exército.

3) Residência Médica no Exército

A Diretoria de Saúde do Exército instada a analisar e apresentar proposta em função de documento originário do Gabinete do Sr.

Ministro do Exército vê como da maior utilidade e conveniência que as Organizações Militares de Saúde do Exército (OMS) mantenham e desenvolvam programas de especialização e aperfeiçoamento visando a objetivos gerais e específicos do Serviço de Saúde da Força Terrestre.

Julga também a Diretoria de Saúde que a implantação de um programa de Residência Médica nos hospitais militares deve ser voltada exclusivamente para o seu pessoal, para os integrantes do Quadro de Médicos do Serviço de Saúde do Exército, por entender que os mesmos recebem vencimentos da Força, são regidos pela legislação militar e normas disciplinares próprias, a que dificilmente se submeteriam os médicos civis, podendo gerar casos disciplinares e reivindicações pela diferença de tratamento e principalmente, pela remuneração, pois o médico civil residente está regido pela Lei nº 6.932, de 07 Jul 81.

Se for do interesse do Exército, que os escalões competentes estudem uma formulação capaz de permitir a equivalência dos certificados dos cursos desenvolvidos em OMS aos de Residência Médica.

A Residência Médica para os militares poderia ser regulamentada por legislação específica, desvinculada do Conselho Nacional de Residência Médica (CNRM), que visa unicamente padronizar os currículos de ensino das diversas organizações existentes no país.

A Diretoria de Saúde, uma vez instituída a Residência Médica no Exército, é de parecer que a mes-

ma poderia complementar os cursos da Escola de Saúde do Exército (EsSE), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), submetendo desse modo o profissional médico a um processo gradual e progressivo de aprimoramento profissional e cultural, de modo a manter-se capacitado para o exercício das funções que vier a desempenhar.

Segundo o Conselho Federal de Educação (CFE) entende-se como aperfeiçoamento o curso destinado a médicos que comprovadamente tenham completado o curso de pós-graduação ou após determinado período de atividade profissional e/ou docente, e como especialização o curso destinado aos médicos sem pós-graduação, em exercício profissional, como forma de privilegiar a educação continuada e aos recém-graduados que, paralelamente ao exercício profissional, desejem especializar-se.

A 1ª Residência Médica (R1) seria feita durante o período de formação na EsSE, no Hospital Central do Exército (HCE) e se destinaria a habilitar o Tenente Médico a exercer suas funções nas Seções de Saúde das Organizações Militares, correspondendo ao aprimoramento dos conhecimentos gerais de Medicina.

A 2ª Residência Médica (R2) seria feita durante o curso da EsAO, no HCE, em Hospital Militar de outra Força Armada ou em Organização Civil de Saúde credenciada e se destinaria a habilitar o Capitão Médico a exercer uma especialidade, atendendo não somen-

te a habilitação inicial do médico, como também ao interesse do Exército.

A 3ª Residência Médica (R3) seria feita durante o curso da ECEME e se destinaria a formação do Diretor ou Chefe de OMS e do futuro Chefe do Serviço de Saúde.

As duas primeiras, R1 e R2, seriam de caráter obrigatório e a terceira, R3, seria opcional, mediante um Concurso de Habilitação para a ECEME.

Os currículos da Escola de Saúde do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado Maior do Exército seriam programados diariamente, no período da tarde e a Residência Médica seria feita na parte da manhã, bastando para tanto, uma coordenação entre os órgãos militares interessados para racionalização e integração dos currículos das Escolas e da Residência Médica.

Assim, estaríamos montando, paralelamente, um plano de especialização, aperfeiçoamento e extensão técnico-profissional visando o aprimoramento intelectual dos profissionais médicos responsáveis pela Assistência Médico-Hospitalar na Força Terrestre, melhorando o padrão da mão-de-obra existente, pelo treinamento progressivo do pessoal técnico.

Para os Oficiais Médicos R/2 convocados sem Residência Médica poderiam ser aproveitados os que se destacassem no período de EAS, em todas as Regiões Militares e ainda, após submetê-los a uma Prova de Seleção, seriam encaminhados aos hospitais creden-

ciados, para realização da Residência Médica podendo ser movimentados para qualquer OMS do território nacional.

b. Quadro de Oficiais Farmacêuticos da Ativa

1) Histórico da Situação Atual

Incorporado ao Corpo de Saúde do Exército em 1857, este Quadro progrediu até 1956, quando alcançou o apogeu. Manteve-se inalterado até 1978, ano que marca o início de sua involução quantitativa, para a qual concorreu decisivamente a interrupção do Curso de Formação de Oficiais Farmacêuticos (CFOF) da EsSE, de 1974 a 1978, época em que foi mesmo cogitada a extinção do Quadro.

Note-se que a involução sofrida pelo Quadro de Farmacêuticos nas últimas três décadas deu-se justamente em uma fase de grande progresso da ciência farmacêutica, tanto da farmacotécnica, com a descoberta de novos medicamentos, quanto, dos meios laboratoriais auxiliares de diagnóstico, indispensáveis ao exercício da Medicina moderna.

Fatos novos ocorridos a partir de 1979 – reativação da Farmácia Central do Exército, reabertura das Farmácias Militares, criação do SAMMED/FUSEX – evidenciaram a notável importância desse Quadro e motivaram o reinício do funcionamento do CFOF em 1980.

Cumpre assinalar que a diminuição da importância e necessidade do Farmacêutico dito "balconista" e a supressão da manipulação foram de muito superadas pelas

necessidades dos Laboratórios de Análises Clínicas (LAC), bromatologia e pesquisa técnica de qualidade.

c. Quadro de Oficiais Dentistas da Ativa

1) Histórico e Situação Atual

Criado em 1908, em decorrência da Lei nº 1860, de 04 Jun 1908, que reorganizou o Exército, foi o último Quadro a se incorporar ao SSE.

No curso de sua existência, apresentou várias alterações, extinto em 1915, reorganizado em 1931, novamente extinto em 1937 e reorganizado em 1950. A partir deste ano sofreu duas reestruturações, em 1955 e em 1962, que acabaram por transformá-lo no único Quadro do SSE a apresentar crescimento desde sua criação.

Nos últimos anos, devido a diminuição da oferta de vagas na EsSE, vem decrescendo numericamente.

Além disso, apresenta problemas estruturais sérios: desproporção nos diversos postos, afunilamento, dificuldade de acesso aos postos superiores, levando ao afastamento do serviço pela idade compulsória de profissionais experientes nos postos de Capitão, Major e Tenente-Coronel, apesar de bastante amenizada com os eventuais aumentos de efetivo de Ten Cel e Maj.

Da mesma forma que os médicos, os integrantes do Quadro de Dentistas têm problemas para se aperfeiçoarem, disso resultando a falta de especialistas militares com

a conseqüente necessidade de se recorrer a dentistas civis, com grandes ônus para o SAMMED/FUSEX e também para os usuários.

2) Proposta de aperfeiçoamento de Oficiais Dentistas

Especialidades odontológicas:

- Dentística Restauradora;
- Edodontia;
- Odontopediatria;
- Periodontia;
- Ortodontia;
- Cirurgia Oral Menor;
- Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo-facial e
- Prótese Buco-maxilo-facial.

Apesar do Exército necessitar desses especialistas em Odontologia, por tê-los previsto na sua organização, o Sistema de Ensino no Exército, não tem condições até agora de os formar. O autor destes subsídios propõe convênios com órgãos de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior da própria área federal, por exemplo o CAPES, que facilitassem ao Oficial Dentista de carreira o acesso a esse tipo de habitação.

d. A Reserva de 2ª Classe

Em 1982, estão prestando o Serviço Militar médicos, farmacêuticos e dentistas da Reserva de 2ª Classe (MFD R/2 Conv).

Convocar MFD R/2 foi a solução encontrada para resolver o problema de formação da Reserva do Serviço de Saúde, seriamente comprometida com a extinção dos Cursos de Saúde dos CPOR e desativação do Batalhão de Saúde e das Companhias de Saúde Independentes.

Dentes. Este objetivo — formação da Reserva de Saúde — face as dificuldades de efetivos do SSE, acabou sendo desvirtuado, assinalando-se, dentre outras, as seguintes distorções:

1) Aproveitamento dos convocados para prestar Assistência Médica nas OMS como "especialistas", preenchendo claros de oficiais da ativa, o que por sua vez implicou em:

- prejuízo na qualidade da assistência prestada porque os convocados na verdade, com raras exceções, não são especialistas, mas sim profissionais recém-formados, com pouca experiência;

- prejuízo na formação da Reserva, melhor alcançada nos Corpos de Tropa, sob supervisão de Oficiais da Ativa;

- criação de ressentimentos entre Oficiais da Ativa, que vêm bloqueada sua aspiração de servirem em OMS, pois muitas de suas vagas estão ocupadas por convocados;

- sobrecarga do pessoal da ativa, de vez que os MFD R/2 Conv não estão capacitados para o desempenho de funções de Chefia, administrativas e outras mais que exigem vivência militar, principalmente, fazendo parte de Juntas de Inspeção de Saúde, que é uma das mais importantes atividades do SSE.

2) Prorrogação do EIS, permitida atualmente até ao máximo de 06 (seis) anos, limitando assim a convocação de novos MFD R/2, comprometendo ainda mais a formação da Reserva e aumentando o

contingente de MFD dispensados do Serviço Militar.

Concluindo, podemos afirmar que a convocação de MFD nos moldes atuais foge do espírito da Lei que a criou, não atingindo o objetivo de formar uma Reserva de Saúde capacitada, além de mascarar o problema mais sério do SSE, qual seja, o da falta de pessoal, e só serve para dar uma Residência ou Pós-graduação remunerada às custas do Exército, para elementos que, se mobilizados, e destinados a tropa em operações, por sua falta de vivência no Serviço Militar Inicial, pouco irão produzir.

e. *Quadro-Auxiliar de Oficiais (QAO) de Saúde*

É constituído por Oficiais Especialistas de Saúde. Tratam-se de Oficiais que atingiram o oficialato após vários anos de serviço ativo, já próximos da passagem para a Reserva.

Devido a pouca habilitação técnica, salvo algumas exceções, pois como praças tiveram poucas possibilidades de aperfeiçoamento, são aproveitados pela experiência militar em funções administrativas.

f. *Praças especialistas*

1) Histórico e Situação Atual

Com relação a praças especialistas, a situação do SSE é bastante grave.

Em 1963, na QMG-08 (Saúde) formavam-se sargentos em 12 (doze) especialidades diversas (QMP), mas já em 1972 passaram a ser 5

(cinco) as QMP, e atualmente só são formados pela EsSE sargentos Auxiliares de Saúde, com eventual especialização em Técnica de Laboratório e Farmácia, Operador de Raios-X e Fisioterapia.

2) Proposta de melhora da atual situação

É importante ressaltar que a atual legislação que prevê e regula o Curso de Formação de Sargentos Especialistas de Saúde (CFSES) reduziu o curso, que era de 2 (dois) anos, para só 1 (um) ano. Com isto, liquidou, do ponto de vista técnico e do legal, a existência da função de Sargento Especialista, que era equivalente a dos "Auxiliares-de-Enfermagem", curso civil de nível médio.

Ora, se o curso civil, de nível médio, obriga a um currículo de 3 (três) anos de curso e a uma carga horária de 2.820 horas (ou seja, 940 horas por ano letivo), das quais, 1.470 destinadas à parte técnica propriamente dita (490 horas por ano), o antigo curso da Escola de Saúde do Exército (CFSES) obrigava, em 2 (dois) anos letivos, a 08 h/dia, 40 h/semana, 160 h/mês e 1.440 h/ano letivo, ou seja, uma carga de 2.880 hs no curso de dois anos, o que era equivalente ao curso civil de 3 anos, mesmo levando em conta que os alunos da EsSE, além das matérias técnicas e de conhecimentos gerais, eram obrigados a receber conhecimentos militares e a receber a formação militar correspondente.

Hoje em dia, pela legislação citada na "bibliografia", o aluno do Curso de Formação de Sargentos de Saúde passou a receber, no úni-

co ano letivo, uma carga horária anual máxima de 1.184 horas, o que é insuficiente, ainda mais que só recebe 436 horas de assuntos técnicos, ou seja, menos do que um terço do que é ministrado nos cursos civis que antes lhe era equivalente.

Com isso:

— o atual curso de sargentos de saúde, da EsSE, não mais pode ser considerado de nível médio (auxiliar-de-enfermagem), e sim de nível primário, isto é, equivalente ao de Atendente da vida médica civil;

— passou a não mais satisfazer às necessidades mínimas básicas do Exército, pois se em todo o Brasil há dificuldades de se obter auxiliares-de-enfermagem diplomados (e qualificados), o próprio Exército fechou a possibilidade de formação, por ele mesmo, de pessoal altamente qualificado, e dentro de suas necessidades;

— se continuarem a ser formados, como o estão sendo, sargentos de Saúde que não são mais auxiliares-de-enfermagem, e sim simples atendentes (técnica e legalmente, no nível funcional dos cabos de Saúde), que não preenchem às necessidades mínimas dos hospitais e policlínicas militares, nem das Unidades isoladas, em Guerrilhas que não disponham de Hospital Militar, estaremos projetando para um futuro próximo, não só a existência de uma massa de sargentos sem habilitação necessária, como criando mais uma das razões para que o público interno continue a se preocupar com a eficiência do Serviço de Saúde, embora

desconhecendo a maior parte verdadeiras causas de seus problemas.

Além disso, com a obrigação regulamentar de extinguir as diversas especialidades dos antigos sargentos especialistas (auxiliares-de-enfermagem), que eram, em 1963, em número de 12, a saber:

- artífice de ótica;
- auxiliar de anestesia;
- auxiliar de cirurgia;
- auxiliar de enfermagem;
- auxiliar de fisioterapia;
- auxiliar de odontologia;
- auxiliar de saneamento;
- manipulador de farmácia;
- manipulador de laboratório;
- manipulador de radiologia;
- massagista e
- protético.

Os mesmos passaram a só 5 (cinco) especialidades em 1972, a saber:

— auxiliar-de-enfermagem (que englobou, na mesma especialidade, como se fossem a mesma coisa, as antigas especialidades de auxiliares de anestesia, de cirurgia, de fisioterapia e de odontologia, além de extinguir a de auxiliar de saneamento);

— manipulador de laboratório e de farmácia;

- manipulador de raios-x;
- massagista e
- protético.

Começou aí, um prejuízo técnico e funcional na formação dos auxiliares de Saúde. Posteriormente, em 1976, agrava-se a situação com a imposição legal de uma só QMP — auxiliar-de-enfermagem, como se só ela pudesse englobar

todas as especialidades que a prática já ensinara serem necessárias.

Não é aconselhável que o homem que lide com raios-x seja o mesmo que trabalha em ambulatório; que o auxiliar de cirurgia seja o mesmo que faz massagem e assim por diante.

Tentando situar o problema e corrigir os defeitos criados, pois, com essa situação, voltávamos, do ponto de vista do emprego técnico desses auxiliares de saúde, à situação anterior a 1930, a Diretoria de Saúde, historiou os fatos, propôs soluções e previu, como necessidade mínima, de interesse para o Exército, a existência de 11 (onze) especialidades, em curso adequado, a saber:

- auxiliar de cirurgia;
- auxiliar de ortopedia;
- auxiliar de medicina física e reabilitação;
- auxiliar de anestesia e de gá-soterapia;
- auxiliar de CTI e de circulação extra-corporea;
- auxiliar de oftalmologia e de otorinolaringologia;
- auxiliar de hemoterapia e de banco-de-sangue;
- artífice de ótica;
- técnico de laboratório e farmácia;
- operador de raios-x, radioterapia e rádio-isótopos;
- protético e auxiliar de dentista.

Ressalte-se, mais uma vez, que essas especialidades são mais consentâneas com as necessidades atuais, e que não podem ser formadas em um só ano letivo. Ressal-

te-se, também, os efeitos psicológicos que poderão advir do fato da situação atual, ao ser anestesiado para uma cirurgia, ter junto de si, não um auxiliar-de-enfermagem especializado em anestesia, e sim um simples atendente, sem capacidade técnica, ajudando o médico anestesista.

É por isto que a DSau continua sendo de parecer que a atual regulamentação da formação de sargentos de Saúde, bem como os consequentes currículos da EsSE, estão ultrapassados, projetando-se para um futuro próximo uma situação que tenta evitar.

Sobre o mesmo assunto, também já se pronunciou a Escola de Saúde do Exército em 03 de novembro de em fins de 1977.

Realmente, é aconselhável que a formação dos sargentos especialistas de Saúde seja feita em dois anos consecutivos, tal como já o foi, sendo o primeiro do ano do curso, comum a todas as especialidades, chamado de básico, capitulado no item I do Artigo 19 do Decreto 77.919, de 25 Jan 76 como período de formação, e o segundo ano, de especialização, enquadrado no item II do mesmo Artigo e Decreto.

g. Emprego da mão-de-obra civil nas OMS

Juntamente com a convocação de MFD, a contratação de pessoal civil não trouxe os resultados esperados, em decorrência das seguintes razões:

- 1) Produtividade baixa, devido a salários não competitivos com os

pagos no meio civil. Em consequência, foram contratados civis, com poucas exceções, tecnicamente limitados.

2) Alto índice de evasão, causada também pelos baixos salários pagos. Na verdade, as OMS funcionam como locais de estágio, abandonadas depois que o funcionário adquire experiência.

3) Legislação trabalhista restritiva e paternalista, que não estimula a produtividade.

4) Contratação subordinada a órgão estranho ao MEx, o DASP.

A par disso, o número de funcionários contratados tem sido insuficiente para as necessidades das OMS.

Concluindo, podemos afirmar que a contratação de civis não solucionou os problemas de pessoal das OMS porque é numericamente insuficiente e deficiente tecnicamente.

h. Proposta de criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva do Exército (CAFRE)

O emprego da mão-de-obra feminina pelas Forças Armadas de diversos países não é fato novo.

No Brasil, recentemente, foram criados no Ministério da Marinha, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha e no da Aeronáutica, o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA).

Também no Exército pensa-se em criar um Corpo Auxiliar Feminino da Reserva do Exército (CAFRE) à semelhança das outras Forças Singulares.

A cogitação desta medida fundamenta-se na constatação de que a mulher pode ser empregada em atividades militares não-operacionais e na existência de dificuldades conjunturais de nosso Exército relativas a efetivos.

Mostra a experiência de outros países que o elemento feminino (EF) tem aptidões naturais que o tornam capaz de desempenhar certas funções, no âmbito das Forças Armadas, em condições de igualdade ou mesmo superiores ao homem.

É bastante satisfatório o rendimento da mulher quando atua na administração, nas comunicações, na manutenção de material, na assistência social, nos transportes, na informática, na eletrônica e principalmente na área de saúde.

Favoráveis ao CAFRE, alinharam-se vários argumentos:

- a) ampliará o mercado de trabalho para a mulher;
- b) aumentará a produtividade de setores, hoje ocupados por funcionários civis;
- c) estabilizará a estrutura administrativa;
- d) liberará efetivos masculinos, hoje empregados na atividade meio, para a atividade-fim;
- e) contribuirá para a formação da Reserva;
- f) repercutirá favoravelmente na opinião pública.

Mas, também existem opiniões divergentes, que apontam desvantagens na criação do CAFRE.

- a) menor produtividade da mulher quando comparada ao homem, causada por menor assiduidade ao

trabalho devido a problemas fisiológicos (gravidez, lactação) e sociais (cuidados com os filhos), tornando a mão-de-obra feminina mais cara;

b) necessidade de alterações na legislação vigente para definir direitos e deveres das integrantes do CAFRE;

c) necessidade de equipamentos e uniformes especiais, bem como de instalações específicas para a mulher;

d) problemas de relacionamento entre homens e mulheres;

e) necessidade de recursos financeiros para sua implantação;

f) exigência de aumento de efetivos.

Sabe-se, por outro lado, que de longa data vem o Serviço de Saúde do Exército (SSE) debatendo-se com graves problemas de pessoal, os quais têm se acentuado na medida em que aumenta a clientela a atender e que novos encargos vão surgindo, em função do crescimento do Exército.

A criação do CAFRE faz vislumbrar uma possibilidade de resolver, pelo menos em parte, esses problemas.

Quantificação dos efetivos necessários para o CAFRE:

O estabelecimento do número total de integrantes do CAFRE é tarefa difícil a demandar cuidado-so estudo.

Terá de levar em conta a satisfação das necessidades em pessoal das OMS, mas não deverá esquecer que o CAFRE será uma experiência que, pelo caráter experimental, convém seja testada em escala limitada.

A par da solução do CAFRE, ainda uma incógnita, há uma antiga reivindicação do SSE de aumento de seus efetivos e a reestruturação dos QLPC, que não podem ser esquecidos. Uma solução não exclui a outra.

Existem dificuldades regionais, localizadas em determinadas OMS, onde foram construídos novos ambulatórios que não estão funcionando, única e exclusivamente por falta de pessoal.

3. CONCLUSÃO

a. *Há premente necessidade de aumento de efetivo do SSE*

Origem dos cursos médico e farmacêutico no País, o SSE já deteve os melhores conhecimentos técnico-assistenciais, já contou com a melhor e mais bem distribuída rede hospitalar, já congregou os melhores profissionais, mas viu-se suplantado pelo vertiginoso crescimento brasileiro, com as técnicas médicas, farmacológicas e odontológicas evoluindo assombrosamente e subdividindo-se nas mais diferentes especialidades, sem que o número de seus profissionais da ativa (médicos, farmacêuticos e dentistas) acompanhasse tal evolução.

Com o próprio Exército seguindo o progresso do País, criando novas policlínicas e ampliando os hospitais já existentes, definindo novos rumos à assistência de Saúde à Família Militar, imperioso se torna que os efetivos do SSE tenham um substancial aumento, acompanhando tal evolução.

b. *Há clara necessidade do estabelecimento de um Plano de Carreira*

Com o aumento de efetivos, terá a Diretoria de Saúde do Exército campo aberto para estruturar o necessário Plano de Carreira do Pessoal de Saúde, reestudando os processos de formação, aperfeiçoamento e especialização dos componentes do SSE, abrindo oportunidades de cursos técnico-profissionais, principalmente no País e, se possível, no estrangeiro, mediante estudo das necessidades dos mesmos, conferindo motivação a carreira de seu pessoal da ativa e afastando as causas de desestímulo e desinteresse atualmente existentes. Ressalta-se o programa de Residência Médica ora em estudo.

c. *Há evidente necessidade de uma Política de Pessoal de Saúde*

Valorizada a carreira e o profissional, fácil será estabelecer uma Política de Pessoal de Saúde, elaborando QDE para Hospitais e Policlínicas Militares, baseados nas especialidades indispensáveis ao perfeito funcionamento do pessoal da ativa do SSE, as especialidades exercidas e não simplesmente para preenchimentos de claros por postos, afastando assim causas de insatisfações.

d. *Há justa necessidade de se revitalizar o Serviço de Saúde*

Por tudo o que foi exposto neste e outros trabalhos e para que se alcancem os altos objetivos que

se esperam do SSE, necessário se torna revitalizá-lo.

e. *Criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva do Exército (CAFRE)*

Criar o CAFRE, com a finalidade principal de atender as necessidades técnicas e administrativas do Exército na atividade-meio, parece-nos idéia bastante válida.

As vantagens que dele se esperam superam possíveis desvantagens levantadas por seus opositores.

A área de saúde parece ser a ideal para experimentar o CAFRE e o SSE certamente será beneficiado com a experiência.

Estão previstos problemas que poderão ser evitados ou diminuídos mediante a adoção de dispositivos oportunos na legislação relativa ao CAFRE.

Em se tratando de fato novo, todas suas implicações terão de ser minuciosamente considerados e todos seus aspectos discutidos, para que o CAFRE não se constitua em problema futuro, mas um a se juntar aos já existentes, na área de pessoal.

E conveniente que sua implantação se faça por etapas, inicialmente como experiência-piloto em algumas Regiões Militares, por tempo suficiente para concluir sobre seu desempenho.

Após efetuados os reajustes necessários, se coroada de êxito, a experiência se estenderá a outras RM.

Não se deve perder de vista que o CAFRE será um organismo da

Reserva do Exército e que a permanência definitiva de suas integrantes no serviço ativo pode ser algo desastroso.

Deve-se também lembrar que para o SSE o CAFRE pode repre-

sentar uma solução temporária para ajudá-lo a prestar uma melhor Assistência Médico-Hospitalar, mas não o auxílio no cumprimento de suas demais missões que exigem imediato aumento de efetivos, como solução definitiva.

O Major Médico Jayr Matano tem os cursos de Formação de Oficiais Médicos, da Escola de Saúde do Exército, e de Aperfeiçoamento de Oficiais da EsAO. Foi promovido, por merecimento ao posto atual, em 25-12-1980.





QUEM DESCOBRIU A PÓLVORA?

Ubirajara da Silva Valença

O nome genérico "pólvora" abrange a dois tipos de explosivos:

a. a pólvora heterogênea ou mecânica, tendo como principal representante a Pólvora Negra, uma simples mistura física dos três componentes — carvão, salitre e enxofre;

b. a pólvora homogênea, coloidal ou sem fumaça — obtida pela incorporação de nitrocelulose, nitrólycerina e agentes plastificantes e gelatinizantes.

No primeiro caso, conforme o próprio nome sugere, a mistura dos ingredientes, por melhor que seja feita, é heterogênea e não assegura qualquer tipo de reação química entre eles. A qualquer momento podem ser separados

por processos físicos, convencionais e simples.

Já no segundo caso, a incorporação dos ingredientes é feita através do fenômeno da gelatinização, a partir do qual se forma o "gel de pólvora" que dificilmente pode ser destruído.

Cada um dos tipos definidos acima tem uma aplicação diferente e que será esclarecida quando deles tratarmos, separadamente.

PÓLVORA NEGRA

A pólvora negra é, sem dúvida, a preocupação de todos os explosivos modernos; antigamente designada como pólvora das armas de fogo, ela é uma mistura de ni-

trato de potássio (salitre), enxofre e carvão.

A origem da pólvora negra é obscura, mas ela existe desde os tempos mais remotos. De acordo com numerosos trabalhos históricos, em particular os devidos a Romocki, a pólvora negra foi inventada pelos chineses, muitos séculos antes de Cristo. O segredo de sua fabricação penetrou pela Ásia Central e foi levado à Europa pelos árabes mais ou menos na metade do século XIII.

Misturas combustíveis contendo salitre como, por exemplo, o famoso "fogo grego" com o qual os gregos destruíram a esquadra árabe, cercando Constantinopla em 668, eram já largamente conhecidos naquela época. O segredo da preparação do "fogo grego" supõe-se ter sido levado para a capital bizantina por Kallinikos, um arquiteto grego, oriundo de Heliópolis. A composição do "fogo grego" nunca foi revelada, totalmente, porém alguns manuscritos medievais descrevem-no como uma mistura contendo salitre e enxofre aglutinados por piche. Obviamente ele não era a pólvora negra, mas uma mistura semelhante a ela.

A descrição da composição e dos princípios de fabricação da pólvora negra aparecem em trabalhos de dois dos maiores cientistas da idade média: Alberto Magno (Santo Alberto, o Grande), um monge dominicano nascido na Bavária, próximo do ano 1200 e Roger Bacon, frade da ordem dos franciscanos, nascido em torno de 1214, em Ilchester (Somerset), Inglaterra.

Alberto Magno apresentou uma descrição da pólvora negra no seu manuscrito "De mirabilibus Mundi".

Em 1242 Roger Bacon descreveu a pólvora negra em seus manuscritos "De Secretis" e "Opus Tertium" como tendo a seguinte composição:

41 partes de salitre
29,5 partes de carvão
29,5 partes de enxofre

Foi, porém, com o advento das armas de fogo que a fabricação e o uso da pólvora negra, realmente, começaram a se desenvolver. Esta invenção não pode ser atribuída, com certeza, a uma só pessoa; no entanto considera-se Berthold Schwarz como o idealizador do canhão e o primeiro a nele usar a pólvora negra, como propelente, por volta de 1300. Em anos seguintes, diversos autores citam o emprego de armas de fogo e da pólvora de propulsão. Assim é que ingleses e franceses empregaram canhões, em larga escala, na batalha de Crecy, em 1346. Na Polônia a primeira menção do uso de pólvora e de armas de fogo foi encontrada no Estatuto de Wislica, em 1347. Na Rússia, a pólvora e as armas de fogo apareceram durante o reinado do Duque Dymitr de Don, no final do século XIV.

Provavelmente, os primeiros moinhos para fabricação da pólvora na Europa foram construídos em Augsburg, em 1340, em Span-dau, em 1344 e em Legnica, em 1348.

A composição da pólvora negra naquela época era:

67 partes de salitre

16,5 partes de carvão
 16,5 partes de enxofre
 Nos Estados Unidos o primeiro moinho de pólvora foi construído, em 1675, na cidade de Milton, a 10 km de Boston, no estado de Massachusetts.

A pólvora negra foi, também, usada com finalidades civis. De acordo com Kochmyerzhevskii ela foi, pela primeira vez, empregada em engenharia civil, entre 1548 e 1572 para dragagem e limpeza do leito do rio Niemen. Em 1627, Kasper Weindl usou a pólvora negra, na Hungria, em minas de carvão, ao passo que em 1689 ela era usada, também, nas minas de estanho de Cornwall, na Inglaterra.

A primeira referência registrada para o emprego da pólvora negra, na América, como agente de rutura, foi em 1773 nas minas de cobre de Simsbury, em Connecticut.

Ao final do século XVIII e princípio do século XIX a revolução americana faria aumentar consideravelmente a demanda de pólvora negra nos Estados Unidos. Esse fato apressou a construção de muitos moinhos de pólvora. Em 1804, dois anos após haver construído seu primeiro moinho nas cercanias de Wilmington, em Delaware, Eleutério Irineu Du Pont começou a fabricação comercial da pólvora negra. Como consequência da revolução e de outras atividades, o consumo de pólvora, nos Estados Unidos, foi crescendo até atingir o seu máximo de 126 mil toneladas em 1917 quando ela foi usada na mineração de carvão e de metais como suporte para a economia de guerra.

Em 1846 Ascanio Sobrero, professor da Universidade de Turin, na Itália, descobriu a nitroglicerina. Mais ou menos à mesma época, Christian Schoenbein, da Universidade de Basle, na Suíça, produziu um algodão nitrado chamado de Nitrocelulose ou Algodão Pólvora. Estes dois dispositivos praticamente decretaram a queda da pólvora negra. A descoberta da nitroglycerina permitiu o desenvolvimento da dinamite, um explosivo que pode fazer um trabalho muito superior ao realizado pela pólvora negra como agente de rutura. Já a nitrocelulose permitiu o desenvolvimento da pólvora sem fumaça, um propelente mais poderoso, mais seguro e menos corrosivo que a pólvora negra. Como resultado ela foi substituída, praticamente, em tudo, exceto em algumas poucas

Tabela I
Consumo aproximado de
Pólvora Negra comercial
(agente de rutura) nos
Estados Unidos entre os anos
de 1810 e 1970

Ano	Mil toneladas
1810	0,64
1840	4,1
1860	11
1900	45
1917	126
1930	45,3
1940	27
1950	9,4
1960	0,7
1970	0,04

aplicações específicas e seu consumo é hoje, nos Estados Unidos, inferior a 45 toneladas por ano.

As únicas aplicações comerciais, significantes, da pólvora negra, hoje em dia, são os estopins, os fogos de artifício, as escorvas, as misturas pirotécnicas e as cargas explosivas capazes de provocar chuvas em regiões áridas.

Em 1973 a Du Pont deixou de fabricar a pólvora negra nos Estados Unidos, vendendo suas instalações, na Pensilvânia, para as Indústrias Gérhart-Owen.

PÓLVORA SEM FUMAÇA

O nome comum e geral "pólvora sem fumaça" é pouco acertado por expressar de maneira incorreta as qualidades desse agente de projeção, o qual, em apenas um século, deslocou no terreno militar, quase que completamente, a antiga pólvora negra. O que chamou a atenção durante o seu primeiro emprego, foi, justamente, a ausência de fumaça e de resíduos o que constituiu a razão de ser-lhe atribuída tal denominação. No entanto, a vantagem da ausência de fumaça do novo agente, em comparação com a antiga pólvora negra, era apenas de ordem secundária para os técnicos e subiu para um plano destacado quando se introduziram nos exércitos e nas marinhas de guerra, como armamentos, as modernas armas de repetição e os canhões de tiro rápido. No início não se levou esta vantagem na devida consideração; o que se considerou especialmente nesta mu-

dança de importância histórica e cultural foi a enorme superioridade do novo agente, sob o ponto de vista da balística, nas armas de todas as espécies. Assim, conseguiu-se em 1884 o meio de projeção tão procurado por inúmeros pesquisadores desde o dia em que, em 1846, Schoenbein descobriu o algodão-pólvora.

A superior capacidade de trabalho da pólvora sem fumaça, bem como a ausência de fumaça e de resíduos no tiro real, baseia-se nas especiais propriedades das bases ativas (nitrocelulose e nitroglicerina) e dos ingredientes inativos que representam, depois de uma fabricação cuidadosa, uma substância relativamente uniforme, no mínimo, em comparação com a pólvora negra constituída pela mistura, de seus três componentes, sempre desigual em suas menores partículas. A celulose nitrada que recebeu, depois dos primeiros ensaios animadores de tiro, o nome de algodão-pólvora não foi, na realidade, um meio de projeção ideal por se tratar de um explosivo forte. Somente em consequência da gelatinização, depois da transformação em gel de pólvora, é que o algodão-pólvora perde a sua estrutura inicial, solta e fibrosa, para tomar uma forma homogênea e densa. A nitrocelulose sofre, neste processo, uma série de profundas alterações estruturais que mudam fortemente a sua natureza diminuindo, em especial, a velocidade de combustão sem perder, entretanto, a sua energia química.

Outro ponto importante que permitiu à pólvora sem fumaça fir-

mar-se, cada vez mais, como agente propulsivo, foi o do amplo controle da já citada velocidade de combustão mediante a granulação adequada da massa gelatinizada. Cabe aqui, ainda, uma observação: a pólvora sem fumaça só, excepcionalmente, é usada como explosivo de rutura, em cargas de arrebentamento, sendo o seu uso nobre como carga de propulsão das armas leves e pesadas.

A FABRICAÇÃO DE PÓLVORAS NO BRASIL

A fabricação da pólvora negra, no Brasil, está intimamente ligada à chegada, em nosso país, da família real em 1808. Deve-se a D. João VI a fundação da primeira fábrica de pólvora a 13 de maio daquele ano. Inicialmente denominada Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas e localizada nas imediações do Forte de São Clemente, hoje Jardim Botânico, ela começou a funcionar a 22 de julho daquele ano, sob a direção do Brigadeiro Inspetor de Artilharia e Fundição Carlos Antônio Napión.

Em 1824, por Decreto do Imperador D. Pedro I, ela foi transferida para a localidade conhecida, então, pelo nome de Estrela, recebendo a denominação de Real Fábrica de Pólvora da Estrela. Situada no sopé da serra de Petrópolis, talvez esse local tenha sido escolhido pela abundância das espécies de madeiras indicadas para a fabricação da pólvora negra. Além do mais, a região era servida por estradas

da considerada de muito boa qualidade.

Durante a Guerra do Paraguai, além de uma nova reorganização, D. Pedro II, por Decreto de 1864, determinou que ela passasse a chamar-se Fábrica de Pólvoras da Estrela. Foi uma época de muito trabalho, mas, também, muito fértil na produção de pólvoras as quais foram usadas, amplamente, nas armas nacionais durante os árduos combates que se travaram. A par de suas atividades fabris, ela serviu como Estabelecimento Escolar no preparo de Oficiais e Artífices para a Fábrica de Pólvoras de Mato Grosso, e segunda no gênero no Brasil.

Em 1939, depois de novamente reestruturada, passou a chamar-se Fábrica da Estrela. Em 1940, arrendada a uma firma civil permaneceu, nessas condições, até 1946 quando retornou à direção militar.

Com a criação da IMBEL, em 1975, a Fábrica da Estrela foi incorporada à Indústria de Material Bélico do Brasil, continuando, porém, a produzir pólvora negra necessária à fabricação de estopins, escorvas, artifícios pirotécnicos e à exportação.

Por outro lado, o início da fabricação da pólvora sem fumaça, em nosso país, se deu em 1917 quando entrou em funcionamento uma usina para fabricar "pólvoras de base-simples" na Fábrica de Pólvora sem Fumaça em Piquete. Essa usina, com algumas modificações e a introdução de melhorias em seus equipamentos, exigidas

pela tecnologia, continua produzindo, ainda hoje.

Em 1942 duas novas oficinas começaram a operar em Piquete, uma produzindo nitroglicerina e a outra produzindo pólvoras a base de nitroglicerina, as tão conhecidas pólvoras de base dupla. Da época da 2^a Guerra Mundial, até hoje, a oficina de pólvoras de base dupla tem produzido em larga escala, procurando acompanhar os avanços tecnológicos nesse campo. Assim é que, por adaptação das instalações inicialmente montadas para produzir, somente, pólvoras sem solvente, elas passaram a fabricar, também, pólvoras com solvente volátil e pólvoras para foguetes de pequenos portes.

Mais recentemente, isto é, em 1981, como consequência dos estágios das Comissões de Oficiais Engenheiros, nos Estados Unidos e na França, a Fábrica Presidente Vargas começou a produzir propelentes moldados de base dupla em modernas instalações adquiridas naquele segundo país. Essa nova usina está apta a fabricar grãos de propelentes para os foguetes de grande porte que, sem dúvida, serão projetados. Nesse longo espaço de tempo, ou seja, de 1917 até agora, a Fábrica Presidente Vargas somente produziu as pólvoras necessárias aos armamentos usados no Brasil, tendo pesquisado, quando exigido, o tipo de propelente mais adequado ao novo tipo de armamento adquirido no exterior ou mesmo fabricado no país.

Com a ajuda do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, órgão

do Centro Tecnológico do Exército, os técnicos nacionais pesquisam, no momento, os propelentes de alto teor energético — PATE — que, sem dúvida, proporcionarão mais um avanço na fabricação de pólvoras no Brasil.

Paralelamente, a Companhia Brasileira de Cartuchos — CBC — está montando, em São Paulo, uma fábrica moderna para produzir as pólvoras necessárias ao carregamento de sua extensa linha de cartuchos para as armas de guerra, de caça e de tiro ao alvo.

Como incentivo aos fabricantes nacionais, o Departamento de Material Bélico não tem permitido a importação de pólvora estrangeira, assegurando, desse modo, proteção à nossa indústria que busca, na pesquisa, a melhoria da qualidade de seus produtos.

EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DAS PÓLVORAS NEGRA E SEM FUMAÇA

1 — Pólvora negra

Século XIII — Primeiras referências a respeito do salitre em artigos do árabe Abd Allah que o chamou de "Neve Chinesa".

1242 — O frade Roger Bacon escreve a fórmula da pólvora negra.

1300 — Berthold Schwarz é considerado como o primeiro a usar a pólvora negra como propelente das armas de fogo.

1340/1344 — Construídos os primeiros moinhos para fabricação

da pólvora negra na Europa, nas cidades de Augsburg e Spandau.

1346 — Franceses e ingleses empregam canhões e pólvora negra na Batalha de Crecy.

1347 — O Estatuto de Wislica menciona o uso da pólvora negra na Polônia.

1548/1572 — Primeiros empregos da pólvora negra, em engenharia civil, para dragagem e limpeza de rios.

1627 — Primeira prova documentada do uso da pólvora negra em mineração, por Kasper Weindl, nas Minas Reais de Schemnitz, na Hungria.

1675 — Construído o primeiro moinho de pólvora nos Estados Unidos, na cidade de Milton, Massachusetts.

1689 — A pólvora negra é usada nas minas de estanho de Cornwall, Inglaterra.

1696 — A pólvora negra é usada para construção de uma estrada, em Albula, Suíça.

1705 — Provável uso da pólvora negra nas minas de cobre de Simsbury, Connecticut.

1804 — Eleutério Irineu Du Pont dá início à produção comercial da pólvora negra, em Wilmington, Delaware.

1808 — D. João VI funda a Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Forte de São Clemente, hoje Jardim Botânico.

1824 — Decreto de D. Pedro I transfere a fábrica de pólvora para a localidade de Estrela, com a denominação de Real Fábrica de Pólvora da Estrela.

1857 — Lammot Du Pont introduz modificações na formulação da pólvora negra obtendo a pólvora de rutura "B".

1864 — Nova reorganização da fábrica de pólvora no Brasil que passou a chamar-se Fábrica de Pólvoras da Estrela.

1866 — Criada a "Pernambuco Powder Factory", produtora da Pólvora "Elephante" usada como pólvora de caça e em pedreiras.

1913 — Criada a "Mira Mauricio Indústrias Reunidas Ltda", com sede em Paulo de Front — RJ, produzindo pólvora negra e fogos de artifícios.

1917 — 1ª Guerra Mundial — O consumo de pólvora negra nos Estados Unidos atinge a marca de 126 mil toneladas.

1930/1940 — Numerosos moinhos de pólvora negra deixam de operar devido a falta de mercado nos Estados Unidos.

— Nova mudança do nome da fábrica de pólvoras, que passa a chamar-se Fábrica da Estrela, em 1939.

1940 — A Fábrica da Estrela é arrendada a uma firma civil, permanecendo nessas condições até 1946.

1973 — A Du Pont deixa de fabricar a pólvora negra, vendendo sua última planta para as Indústrias Gearhart-Owen.

1975 — A Fábrica da Estrela é incorporada à IMBEL.

2 — Pólvora sem fumaça

1864 — O capitão Schultze, Oficial de Artilharia do Exército da

Prússia obtém a primeira pólvora sem fumaça, impregnando pequenos pedaços de madeira com nitrato de potássio.

1872/1875 — Um aperfeiçoamento da pólvora do Capitão Schultze permite a obtenção de uma pólvora parcialmente gelatinizada, na Áustria, designada pelo nome de "Colodin".

1882 — A Companhia de Explosivos de Stowmarket, na Inglaterra, obtém a "Pólvora E. C." que consistia da mistura de nitrocelulose com nitrato de potássio e de bário.

1884 — Vieille obtém a primeira pólvora sem fumaça que é usada, com sucesso, em rifles e canhões, gelatinizando totalmente a nitrocelulose com a mistura éter-alcool.

1888 — Nobel prepara a "balistite" misturando nitrocelulose "solúvel" e nitroglicerina, em meio aquoso aquecido.

1889 — Abel e Dewar patentearam, na Inglaterra, a "cordite" obtida pela mistura de nitrocelulose "insolúvel", nitroglycerina, vaselina e acetona.

1891 — Monroe prepara a "indurite" gelatinizando "algodão-pólvora" com nitrobenzeno.

1900 — Construída a Fábrica de Pólvoras Navais, em Maryland, EUA.

1901 — Vieille usa nitroguanidina nas pólvoras com a finalidade de reduzir a erosão nos canos das armas.

1907 — Construído o Arsenal de Picatinny, em Nova Jersey, hoje um dos maiores locais de pes-

quisa de pólvoras e explosivos nos EUA.

1917 — Começa a funcionar a usina de fabricação de pólvoras de base simples da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, em Piquete, Brasil.

1920 — Começa a fabricação de pólvoras a base de nitroguanidina nos Estados Unidos.

1920/1933 — Fred Olsen desenvolve um processo para fabricar a pólvora esférica.

1940 — A Olin Industries, Inc., em Illinois, EUA, inicia a fabricação industrial da pólvora esférica.

1942 — Começa a funcionar a usina de fabricação de pólvoras de base dupla na Fábrica Presidente Vargas, Piquete, Brasil.

1944/1945 — Kincaid e Shuey desenvolvem o processo de fabricação de propelentes moldados para foguetes.

1957 — Começa a funcionar a Química Tupan S/A, indústria nacional que produz pólvoras sem fumaça parcialmente gelatinizada, destinadas às armas de caça.

1981 — Tem início, no Brasil, a fabricação de propelentes moldados para foguetes, na Fábrica Presidente Vargas, Piquete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descoberta da pólvora sem fumaça, por Vieille, em 1884, talvez tenha sido o fato mais importante do século XIX, no campo militar, superando mesmo a façanha de Nobel relativa ao domínio da nitroglycerina.

A pólvora de Vieille desbancou a tradicional pólvora negra de um domínio de mais de 500 anos já que, desde 1300, ela era usada como propelente das armas de fogô. Por suas características de ausência de resíduos, maior capacidade de trabalho e superioridade balística, a pólvora sem fumaça revolucionou o emprego das armas portáteis e dos canhões.

Mas e a pólvora negra? Quem a descobriu?

Apesar do muito que se tem escrito e debatido, a respeito da origem da pólvora negra, é notório que não se pode fixar, nem a data de sua descoberta nem com exatidão quais foram seus primeiros fabricantes. Muito da história sobre esse assunto se encontra ainda envolvido por lendas de forma tal que parece muito difícil a possibilidade de se chegar a verdade com tantos obstáculos que embaraçam o caminho. No entanto, aceita-se que o mérito da prioridade deve ser discutido entre chineses e árabes. Se foram os chineses os primeiros a empregar misturas explosivas, mais ou menos semelhantes à pólvora negra, eles o fizeram apenas com finalidades pirotécnicas. Ao que parece, os chineses desconheciam as armas de fogo antes do século XIV. Segundo o pa-

dre Du Halde, em seu livro *Descrição do Império da China*, "sómente em 1621 é que os homens amarelos viram pela primeira vez um canhão verdadeiro. Nessa data os habitantes da Vila de Macau presentaram o Imperador com três canhões que lançavam projétils com o uso de pólvora e, quando usados em campanha, contribuiram, decisivamente, para a vitória dos chineses sobre os tátaros".

Também merece consideração a opinião de alguns escritores de que os árabes conheciam e utilizavam misturas do tipo da pólvora negra, desde o primeiro quarto do século XIII, embora que com fins puramente incendiários, porque desconheciam suas virtudes explosivas e força expansiva.

Porém quer tenham sido os chineses, ou os árabes, ou Roger Bacon os descobridores da pólvora negra, devemos reconhecer que os benefícios à humanidade advindos dessa descoberta foram de tal ordem que se conhecer hoje esse ou esses descobridores torna-se até irrelevante. É nosso desejo, no entanto, que o conteúdo deste artigo tenha sido útil aos iniciados ou apreciadores do estudo de pólvoras e contribuido, também, como aprimoramento da cultura geral dos demais leitores.



O Ten Cel Eng Qui Ubirajara da Silva Valença tem os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de graduação em Engenharia Química pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e de pós-graduação, Mestre em Ciências, em Engenharia Química, ainda pelo IME. Fez estágios sobre Tecnologia de Propelentes no Radford Army Ammunition Plant, em Radford, Virginia, EUA e sobre Tecnologia de Catalisadores no Institut de Recherche Sur la Catalyse, em Lyon e Laboratoire de Cinétique Chimique, em Paris, França. Exerce atualmente a função de Chefe do SPPC/1 no Comando da 1ª Região Militar.

CARVÃO É ENERGIA

A

CPRM sabe bem como a energia é importante nos dias atuais. Desde 1971 suas pesquisas em solo brasileiro têm permitido a ampliação das áreas contendo carvão mineral e indicado outras com boas perspectivas de existência do mineral.

Na Bacia sedimentar do Paraná, que abrange partes dos Estados de S. Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os três projetos de estudo revelaram a presença de elevadas reservas econômicas de carvão.

Tais projetos, além de possibilitarem a avaliação de reservas exigidas pelo processamento de gaseificação, visam à delimitação de áreas para a implantação de minas mecanizadas.

Na área de Gravataí verificou-se a primeira ocorrência de carvão com possibilidades metalúrgicas convencionais, no Estado do Rio Grande do Sul.

No estimulante trabalho de redescoberta do Brasil, nem só o carvão faz parte do dia-a-dia da CPRM. Com o mesmo entusiasmo, a empresa se dedica às pesquisas de fosfato em Minas Gerais; cobre em Goiás, Ceará, Minas Gerais e Pará; cassiterita, chumbo e zinco em Rondônia; calcário e magnésio no Pará; salgema, carnalita e enxofre no Médio Amazonas; chumbo na Bahia; ouro no Ceará.

Há oito anos a CPRM dá seu apoio técnico aos órgãos envolvidos na pesquisa mineral e hidrica, orientando, incentivando e financiando projetos de pesquisa e beneficiamento mineral.

CPRM, oito anos redescobrindo o País.



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM



BNH OFERECE OPÇÕES PARA MUTUÁRIO AMENIZAR REAJUSTE

Informe Especial

O Decreto-lei nº 2.045, assinado no dia 13 de julho deste ano pelo Presidente da República, acrescentou mais um atenuante ao reajuste integral das prestações da casa própria comprada através do Sistema Financeiro da Habitação. Este Decreto-lei estipula o reajuste de 80% do INPC, desde que o mutuário aceite a semestralidade nos futuros reajustes. Outras opções já haviam sido oferecidas anteriormente pelo Banco Nacional da Habitação. Assim, o comprador, que por motivos alheios à sua vontade não puder pagar as prestações com o reajuste integral, pode escolher uma das opções apresentadas pelo BNH.

Os mutuários que estão dispostos a aceitar a adoção de reajustes semestrais podem optar por um reajuste de 80% do INPC ou por um reajuste compatível com o aumento salarial nos últimos 12 meses. Aqueles que preferem reajustes anuais podem ter um reajuste

de 98% agora e pagar a diferença entre este percentual e o do integral até 30 de junho de 1984. Para os funcionários públicos, que só têm um aumento de salário por ano, o BNH estipulou um reajuste de 82%, realizado anualmente, somente exigindo que o mutuário aceite a Tabela Price como sistema de amortização e a dilatação do prazo de pagamento. O comprador pode ainda, independente das formas anteriores ou em conjunto com elas, renegociar com o agente financeiro o aumento do prazo de pagamento e o uso da Tabela Price com sistema de amortização, recursos que diminuem ainda mais o valor do reajuste.

Os agentes financeiros receberam orientação do BNH para que negoциem, caso a caso, com os mutuários a melhor forma de pagamento de suas prestações, usando qualquer das opções apresentadas acima. Da mesma forma, o Banco levará em consideração todos os

pedidos que lhe forem encaminhados pelos agentes financeiros, solicitando dilatação do prazo de retorno dos seus compromissos em bases proporcionais às concessões que vierem a ser feitas aos mutuários. Além das opções para reduzir a eleição das prestações, o BNH alerta que permanece em vigor a utilização do FGTS, do benefício fiscal quando se tratar de financiamento de até 2.000 UPC e do abastecimento de juros pagos ao SFH na declaração do imposto de renda. Todas essas medidas visam à redução das prestações a níveis compatíveis com os reajustes salariais, sem comprometer a continuidade dos programas habitacionais para mais de 6 milhões de pessoas que ainda não têm sua moradia, os 38 milhões de trabalhadores optantes pelo FGTS e os 45 milhões de depositantes em cadernetas de poupança.

Pelo Decreto 88.371

O Decreto-lei nº 88.371, de 7 de junho de 1983, estabelece que a prestação da casa própria comprada pelo Sistema Financeiro da Habitação pode ter reajuste semestral e igual ao aumento salarial, acumulado nos últimos 12 meses, da categoria profissional do mutuário. Assim, quem teve um aumento de 80% nos 12 meses, e deseja converter o reajuste para semestral, terá sua prestação corrigida por este mesmo índice, em lugar do reajuste integral. Para os servidores públicos, a prestação é de 82% mas com a obrigatoriedade de mudar o sistema de amortização

para o da Tabela Price. A operacionalidade do decreto foi realizada pelo BNH, através da Carta-circular nº 131/83.

O mutuário que não aceitar o reajustamento semestral da sua prestação, tem opção de pagar apenas 98% ao invés do índice integral mas tem que assumir o compromisso de pagar a diferença até 30 de junho de 1984. Ele pode renegociar com o agente financeiro a mudança no sistema de amortização e a dilatação no prazo de financiamento. Este prazo pode chegar até 30 anos, a contar da data do contrato inicial. Estas duas últimas mudanças podem ser adotadas cumulativamente ou separadamente.

Para melhor atendimento aos mutuários, os agentes financeiros foram instruídos para que dessem um percentual fixo de reajuste, porém tomando por base o financiamento inicial do imóvel, opção que também exige a semestralidade, dentro da seguinte escala:

Financiamento Inicial em UPC	Percentual de Reajuste da Prestação
Até 1.500 UPC	109%
de 1.500 até 2.600 UPC	104%
de 2.600 UPC até 3.500 UPC	101%
mais de 3.500 UPC	98%

Pelo Decreto 2.045

Através do Decreto-lei nº 2.045, de 13 de julho de 1983, as prestações do Sistema Financeiro da Habitação serão reajustadas em 80% do INPC, desde 1º de agosto último até 31 de julho de 1985. A

medida tem efeito retroativo, portanto, atinge os mutuários que tiveram seus contratos habitacionais majorados em 1º de julho passado e que não quiseram aceitar o aumento de 130,42%, e nem as opções oferecidas pelo Decreto 88.371. Isto significa que ela não pode ser usada com as outras opções.

A opção pelo índice de aumento igual a 80% do INPC está condicionada a adoção do sistema semestral para os próximos reajustes e ao resgate da parcela do saldo devedor eventualmente existente e decorrente da opção existente. O BNH, através da Carta-circular 156/83, de 25 de julho de 1983, regulamentou a aplicação do reajuste, oferecendo ao mutuário duas maneiras para liquidar a diferença do saldo devedor; ou efetuar o pagamento dentro do prazo remanescente do contrato, com uma carência de dois anos (prazo de vigência do decreto); ou o saldo devedor será assumido pelo mutuário através de aditivo contratual, firmado junto ao agente financeiro, e que será pago nas mesmas condições do contrato de financiamento, pelo prazo que for necessário para o seu resgate, sendo a prestação inicial de valor idêntico à última prestação devida.

BNH: DEZENOVE ANOS DE UM BANCO SOCIAL

Apar de todas as dificuldades com que o País se confronta, os resultados alcançados pelo Banco Nacional da Ha-

bitação demonstraram, mais uma vez, sua posição de vanguarda como principal instrumento do Governo Federal (Ministério do Interior) nas áreas de habitação, saneamento básico e desenvolvimento urbano.

Ao completar 19 anos de existência, o BNH já é responsável pela aplicação de 2.409.813 mil UPC (maio/83) em programas que cobrem, praticamente, todas as modalidades de investimentos no campo habitacional e da infraestrutura urbana.

São 4.208.049 financiamentos habitacionais concedidos (maio/83), sendo 2.196.791 em programas da chamada área de interesse social. Tais programas mobilizaram recursos da ordem de 963 milhões de UPC, intensificando o processo de erradicação de subabitações, e possibilitando o acesso à moradia às populações de baixa renda e a geração de milhares de empregos.

No âmbito dos programas de saneamento básico, a atuação do BNH tem sido particularmente expressiva, ao salientar-se que o Plano Nacional de Saneamento (Plana) criou e ampliou sistemas de água e esgoto, beneficiando mais de 70 milhões de brasileiros ao estender sua ação a 3.034 municípios e localidades em todo o Brasil.

O Fundo mais Garantido

A captação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço tem apresentado crescimento em consequência de uma política de contro-

le efetivo de arrecadação pelo BNH e pelos trabalhadores, através da Caderneta do FGTS.

O Banco tomou importantes medidas para controle de depósitos e saldos nas contas do FGTS. Com a criação da Caderneta do FGTS, foram padronizados os extratos das contas vinculadas e os históricos dos lançamentos nelas efetuados. Foi fixado também o prazo de entrega desses extratos (março e setembro de cada ano) pelos bancos depositários aos trabalhadores. Além disso, desde janeiro o BNH já vem fazendo, através de controle eletrônico, a cobrança direta das diferenças de juros, correção monetária e multa por atraso no recolhimento do FGTS pelas empresas.

O controle de resarcimentos do FGTS, igualmente automatizado, é processado de forma descentralizada, já estando em plena execução na Agência do Rio de Janeiro.

Recentemente o BNH alterou o percentual de multa sobre o valor do débito das empresas em atraso: 10% se o recolhimento for efetuado no exercício em que for devido, e 20% se for efetuado fora do exercício em que foi devido.

Rendimento Mensal

Com a instituição da capitalização mensal dos rendimentos da caderneta de poupança (correção monetária mais juros de 0,5% a.m.) o fluxo de depósitos aumentou significativamente. Nas duas primeiras semanas de agosto (01/8 a 12/8) a captação líquida de recursos atingiu Cr\$ 317,7 bilhões,

proporcionando um retorno de quase 52% do montante retirado do Sistema em julho.

A adoção do critério de rendimento mensal, a isenção fiscal e a garantia até 3.500 UPC, fizeram da caderneta o melhor investimento do mercado para aqueles que, independente do tempo ou do volume aplicado, não estejam dispostos a assumir o fator risco.

As cadernetas de poupança atingiram o significativo número de 52 milhões de contas, com um saldo acumulado de Cr\$ 10,5 trilhões em agosto/83. A ação do BNH tem consistido em promover o fortalecimento das instituições financeiras vinculadas ao SBPE, incentivando a transformação das Associações de Poupança e Empréstimo, ou seja, simples associações de pessoas, em Sociedades de Crédito Imobiliário, atribuindo-lhes a forma de sociedades de capital, mais condizente com a escala de operação a que já atingiu o Sistema Financeiro da Habitação. Com esse mesmo objetivo, tem o BNH estimulado a integração de empresas independentes — mais vulneráveis às oscilações do mercado — a conglomerados financeiros, detentores de banco comercial, o que irá garantir maior flexibilidade e solidez ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

Programas Populares

A solução dos problemas das populações de baixa renda localizadas em assentamentos de subabitações e com situação fundiária irregular tem merecido especial atenção do BNH. As ações empreendi-

das pelo Promorar são hoje uma realidade, beneficiando 1.063.020 pessoas com novas moradias e 882.325 pessoas com obras de urbanização.

Outros programas têm se voltado para o atendimento do trabalhador de baixa renda. O Programa Nacional da Casa Rural (Placar) tem por objetivo financiar a construção e melhoria da habitação para o trabalhador rural. Com vistas à operacionalização deste programa, o BNH está ultimando a sua regulamentação de acordo com o Programa Nacional de Política Fundiária, sob a responsabilidade do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, que prevê a participação de recursos do Finsocial.

O BNH criou também um programa de financiamento de casa própria para pescadores (Propesc), em convênio com a Confederação Nacional dos Pescadores, com participação da Sudepe. O programa pretende atender a cerca de 500 mil famílias com habitações e infra-estrutura de apoio.

Não menos expressiva, também, tem sido a ação do BNH, caracterizando uma vez mais sua função eminentemente social, assistindo nas regiões mais distantes e mais pobres do País, em caráter emergencial, as populações desabrigadas pelas enchentes ou flageladas pelas secas.

O BNH tem sistematicamente estado presente às convocações do Governo, através do Ministério do Interior, quer liberando excepcionalmente recursos de contas individuais do FGTS, fornecendo mi-

lhares de barracas de campanha para flagelados, ou promovendo a abertura de créditos rotativos para recuperação de conjuntos populares atingidos, bem como a suspensão temporária de pagamento dos financiamentos habitacionais concedidos nas localidades prejudicadas. Sem contar a ação das companhias de seguro que cobrem as despesas de reparação dos estragos causados aos imóveis, ou pagam em dinheiro a indenização quando for impossível a reconstrução.

Um Sistema Jovem

A solução brasileira para o financiamento de sua política habitacional foi a instituição do Sistema Financeiro da Habitação. Através dele, vem sendo possível, já por quase duas décadas, captar recursos em volume, não-inflacionários, de origem não tributária, destinados aos mais diversos tipos de programas nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana.

O SFH administra hoje o quarto maior ativo do mundo, cerca de Cr\$ 16 trilhões. Com apenas 19 anos de existência, ele está em fase de sedimentação, de aperfeiçoamentos, de cristalização de experiência. Por isso, no que pese as dificuldades econômicas que o País atravessa, o sistema, por ser ainda jovem, tem muitas soluções a seguir.

Recentemente o Presidente da República criou um grupo interministerial de trabalho para analisar e propor novas soluções para o SFH, e que em breve deverá apresentar seus resultados.



INFORMAÇÕES

BRASIL TERÁ SIMULADOR DE VÔO

O protótipo do primeiro simulador de vôo brasileiro – do avião de treinamento militar EMB-312 Tucano, da Embraer – será concluído em dezembro pelo Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento, órgão ligado ao Centro Técnico Aeroespacial, transformando o Brasil no quinto país do mundo a produzir esse tipo de equipamento, cujo custo unitário está em torno de 1 milhão de dólares.

O simulador brasileiro levou 30 meses para ser desenvolvido, com know-how inteiramente nacional, e recebeu apoio financeiro do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica, (Fipec), do Banco do Brasil e da Financiadora de Estudo e Projetos (Finep), do Ministério do Planejamento. O CTA vai transferir a tecnologia para indústrias nacionais ainda este ano, pretendendo que as empresas escolhidas participem da fase final de montagem do primeiro protótipo.

O projeto para desenvolvimento de um protótipo industrial para o simulador do turboélice de treinamento militar EMB-312 Tucano – avião que já é produzido em série pela Embraer – foi realizado pela Divisão Eletrônica do Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento do CTA, em São José dos Campos. Cerca de 30 engenheiros e técnicos especialistas em eletrônica e aeronáutica participaram do projeto que está envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 250 milhões.

Segundo o diretor da Divisão de Eletrônica, Coronel engenheiro Paulo Calvino de Almeida, "o programa representa um passo importante da indústria aeronáutica brasileira, no sentido de consolidar tecnologia e experiência suficientes para projetar, desenvolver e fabricar simuladores de vôo no Brasil". Ele, acrescentou que, a partir desse modelo básico, outros simuladores poderão ser desenvolvidos, em menor espaço de tempo, "pois o know-how de fabricação é o mesmo, para quaisquer aeronaves, mesmo as mais sofisticadas".

Em todo o mundo, explica o Coronel, paralelamente à evolução dos computadores e da eletrônica digital, a utilização de simuladores de vôo tem crescido sensivelmente, para treinamento tanto de pilotos civis como militares. No entanto, apenas quatro países do mundo ocidental – Estados Unidos, Canadá, França e Inglaterra – possuem fábricas de simuladores.

O simulador da EMB-312 Tucano terá dois eixos e será controlado por um minicomputador Cobra-700 fabricado no Brasil. O Coronel Paulo Calvino de Almeida ressaltou, também, que todo o projeto é nacional e grande parte do material é produzido pela indústria eletrônica brasileira. "Embora tenhamos comprado determinados componentes no exterior, o importante é que temos o domínio do projeto, com software produzido pelos nossos próprios técnicos", explicou.

A Divisão de Eletrônica utilizou toda a sua experiência no desenvolvimento de sistemas aeronáuticos e radares para produzir o primei-

ro modelo industrial do simulador do Tucano, uma aeronave de treinamento. A Embraer já tem uma encomenda de 118 unidades para a FAB e está negociando com diversas forças aéreas em várias partes do mundo. A própria FAB está interessada na compra de 10 unidades desse simulador, para utilizar no treinamento de cadetes na Academia da Força Aérea, em Pirassununga.

BOFORS CONSTRÓI LABORATÓRIO NOVO

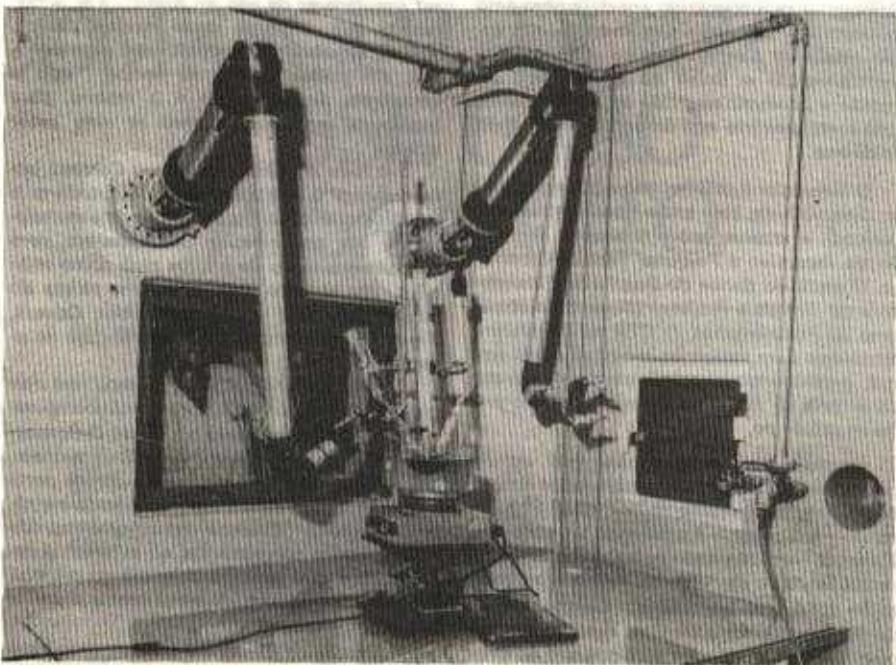
A Bofors AB (S.A.R.L.) da Suécia, inaugurou um laboratório novo para o desenvolvimento dos seus produtos, com departamentos para a composição e prensagem de substâncias explosivas, pesquisas químico-físicas, mecânica e teletécnica, assim como oficinas experimentais bem equipadas.

Os grandes investimentos feitos no novo laboratório consolidam a posição avançada da Bofors como especialista de sistemas tanto no

campo dos canhões e da munição como dos foguetes, afirma Claes-Ulrik Winberg, Diretor Gerente da Bofors.

Com o novo laboratório a Bofors pode agora concentrar atividades que anteriormente estavam dispersas dentro da empresa. Fizeram-se grandes esforços no campo da segurança. Há um departamento recentemente estabelecido, encarregado por exemplo de determinar a sensibilidade de diversos tipos de materiais explosivos. O laboratório também é moderno sob o ponto de vista do meio ambiente. É atualmente possível trabalhar com matérias primas perigosas armazenadas em depósitos do tipo bunker através de comandos à distância.

O setor do material de defesa é o maior grupo Bofors o qual tem 6.200 pessoas empregadas na Suécia, com um volume de vendas de 2 bilhões de coroas. Este setor trabalha nos campos da defesa antiaérea, defesa contra tanques, artilharia de campo, armamento marítimo, armas aerotransportadas, centrais de direção de tiro e comunicação.



Materiais perigosos e facilmente explosivos são transportados através de comandos à distância no novo laboratório da Bofors..

BERNARDINI LANÇA DOIS NOVOS BLINDADOS

Dois novos produtos bélicos inteiramente nacionais estão sendo lançados pela Bernardini, a única empresa do gênero no país a produzir carros de uso militar sobre esteiras. Trata-se de um carro-morteiro, ainda sem denominação, para uso em fogo de barragem, dotado de um morteiro de 120 milímetros, e de um carro-socorro, um veículo blindado, de 12 a 15 toneladas, destinado a socorrer e dar manutenção rápida a carros de combate na área de operação.

Os dois blindados pertencem à família de um veículo desenvolvido anteriormente pela empresa para artilharia anti-aérea. O carro-morteiro é o primeiro desenvolvido no Brasil e tem como concorrente, nas Américas, somente os veículos da linha M-113 norte-americana, que são de menor potência de fogo e usam morteiro de 80 milímetros. O blindado brasileiro é tracionado por um motor diesel de 220 HP com autonomia de 600 quilômetros, podendo desenvolver velocidade até 70 quilômetros por hora. Pode ser operado por apenas três pessoas: um motorista e dois operadores de morteiro, que é transportado no seu interior, facilitando a sua mobilidade. O veículo permite carregar munição suficiente para mais de 30 tiros.

Como novidade, apresenta uma "cabeça" universal na qual podem ser instalados morteiros de diferentes fabricantes. Sua blindagem é resistente a tiros perfurantes P30 e o projeto foi desenvolvido de forma a prescindir de qualquer apoio complementar. Dispõe ainda de uma metralhadora P-50 instalada sobre uma torrete giratória, com mobilidade para atirar em 360 graus.

Com estrutura bem parecida, o carro-socorro é uma pequena oficina ambulante: dotado de guincho com capacidade de 10 toneladas, para tracionar carros de combate avariados, e guindaste com capacidade para 6 toneladas, que lhe permite puxar veículos em barreiros de até 50 metros, além de socorrer os tanques. Tem condições para remover o conjunto de força do veículo avariado, algumas partes do seu armamento e transporta ferramental para reparos. O projeto e os equipamentos são inteiramente nacionais e foram desenvolvidos pela primeira vez no país. As Forças Armadas utilizavam, até então, veículos de fabricação norte-americana, da linha M-125. O projeto da Bernardini tem custo de fabricação 80% menor que produtos semelhantes fabricados no exterior.

Fonte da empresa admitiu que já existe interesse de alguns países latino-americanos na aquisição de ambos os veículos. Anteriormente, a Bernardini executou serviços de modernização de veículos semelhantes para as Forças Armadas do Paraguai. ■

Augusto Mário Ferreira



EGITO ADOTA SKYGUARD-MÍSSIL NA DEFESA AÉREA

Um substancial contrato do Egito com a firma Contraves AG, da Suíça, garante o fornecimento do sistema de defesa aérea Skyguard/Míssil. Em cada bateria, um Skyguard controla dois canhões Oerlikon 35 mm AA, assim como dois Lançadores de Mísseis Sparrow.

1983

**CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO
GENERAL EUCLYDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
E DO
GENERAL FRANCISCO DE PAULA CIDADE
FUNDADORES DE A DEFESA NACIONAL**

LIVROS



EU QUERIA TANTO AINDA VIVER, Rútina U., Tradução de Yolanda Mirdza Klevin, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1983, 130 págs.



A história da tecnologia está marcada, no começo, por largos espaços entre as mudanças decisivas, embora de significação primordial. O transcurso de milênios, com gerações incontáveis, permitia ao homem absorvê-las insensivelmente. Adaptação lenta, progressiva, que lhe guardava a experiência recebida dos antepassados e, a pouco e pouco, se refletia no meio ambiente e na efetividade das instituições.

Produziu-se, no seio da Civilização Ocidental, há pouco menos de quatro centúrias, um evento a modificar esse quadro fundamental. A aplicação da ciência experimental à tecnologia acarretou uma aceleração, em ritmo crescente, naquele quadro, encurtados os períodos e alterados seus componentes no decorso de poucos anos. Passou-se a viver uma época de transciência, com sucessão atropelada de mudanças, a configurar o "choque do futuro", com tanta lucidez descrito por Toffler. E, com a pressão sobre as pessoas, todas as instituições também foram postas em causa.

O fenômeno, no referente aos meios de comunicação, acabou por colocar no homem de hoje a sensação de onipresença, quando as culturas se encontram em um mundo tecnologicamente unificado. Fato oriundo da irresistível irradiação da Civilização Ocidental, identificável com clareza ao fim da 2ª Grande Guerra e centrado naquilo que lhe fundou o poderio, não em valores religiosos, morais ou espirituais.

Já no século XIX, a embriaguez dos sucessos materiais acumulados deu margem à explosão de soberba da criatura que se quis substituir ao Criador. Decretou-se a morte de Deus... Os frutos amargos da inclinação satânica não tardaram a desabrar sobre a humanidade. Em lugar do Absoluto, a dar significado à escala axiológica, inseriu-se um valor relativo arbitrariamente absolutizado, ou, seja, o homem ou algo dele derivado — raça, classe, nação, Estado...

Nesse desvio está a raiz dos tempos de violência, angústia e medo. A admissão do relativo como escalação de valores implica automático julgamento de fins e meios. Em outras palavras, uma concepção de vida. O homem, desrido da dignidade espiritual, resvala para o mundo ambigamente povoado, como observou Fromm, por "máquinas que funcionam como seres humanos e homens que funcionam como máquinas".

O grande desafio político suscitado por tal conjunto de circunstâncias obteve respostas condizentes com as opções filosóficas. Os totalitarismos rígidos, sufocantes, buscam uniformizar, à luz de semelhantes padrões, as culturas que, por bem ou por mal, caem sob sua égide. Assim, alvo de particular ânsia demolidora são as instituições, sobretudo a família, transmissoras dos valores permanentes definidores da fisionomia nacional.

O panorama desenhado com finura por Francisco de Souza Brasil enquadra precisamente o exemplo báltico. Amontoaram-se escombros, mas vozes através deles se filtram e exprimem, com vigor, a herança preservada das nacionalidades à custa de sacrifícios diuturnos.

Rútina U. é uma dessas vozes que, a par de um depoimento, constituem, e muito mais, um brado de alerta e um questionamento agudo. A história de sua vida, mutilada no verão dos anos, nos chega na linguagem simples e direta que, sem preciosismos estilísticos, fala de coração a coração. Quem quer que preze os

valores inerentes à dignidade humana saberá ouvi-la e compreendê-la. Aí dos incapazes de fazê-lo!

Ninguém, por outro lado, pode deixar de meditar nos esforços de penetração cultural assentados sobre as nações empenhadas na manutenção dos valores permanentes que as configuraram. É a tentativa da varredura do materialismo ateu para, transfiguradas ou debitadas as instituições básicas, abrir caminho à importação de modelos políticos alienígenas.

Aqui o texto quase infantil de Rútina arrasta a dura indagação subjacente — que fazemos nós para evitar a repetição da tragédia de vidas ceifadas em flor por serem portadoras dos tradicionais valores de uma nação? Mais especificamente ainda — de nossa nação?

Na turbulência do dia a dia, com a preocupação do imediato, tais problemas parecem quase fora do horizonte. Rútina dolorosamente nos faz atentar para a outra face da realidade: essas questões nos envolvem e, no fim de contas, sua solução está dentro de nós mesmos.

É desafio contemporâneo, a todo homem dirigido. E, de lá, de tão longe, essa voz de sob os escombros nos estimula a conservar o Brasil legitimamente brasileiro, integrando o passado no presente para construir o amanhã.

Ruy Vieira da Cunha

MASCARENHAS DE MORAES E SUA ÉPOCA, General Carlos de Meira Mattos, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1983.



Este livro do ilustre General Carlos de Meira Mattos, "Mascarenhas de Moraes e sua Época", está destinado a tornar-se uma obra clássica, tal como as "Reminiscências da Campanha do Paraguai", de Dionísio Cerqueira, que dela participou. O perfil histórico de Mascarenhas de Moraes, estudado no contexto da época e do mundo — em que viveu e atuou — como a nossa própria história nos demonstra, teria que ser aberta de um seu contemporâneo. De um contemporâneo que o

tenha conhecido bem de perto, tanto no receso do lar austero e feliz, como nas grandes passagens da sua vida pública, militar e civil, sobretudo na Campanha da Itália.

Porque não basta para recomendar, sobretudo em termos de autenticidade, a biografia de uma vida tão densa e tão fecunda, é bem conhecê-la, de ciência própria. E esse título também credencia o Autor a ser o biógrafo do Marechal Mascarenhas, por ter sido, como eu bem o sei, um grande amigo do Comandante da FEB, tornando-se, por isso mesmo, um fiel depositário e intérprete do seu pensamento.

Pertence o General Meira Mattos, como figura de escolha, do pequeno grupo de colaboradores diretos do Marechal na elaboração do seu livro "A FEB pelo seu Comandante", e foi também por ele distinguido com a escolha para prefaciador — o que subentende mais do que isso — do seu livro de "Memórias", em dois volumes, sob o título "Marechal Mascarenhas de Moraes — Memórias".

Nessas duas grandes obras o incômodo soldado como que fala diretamente para o Brasil do futuro, sem interposta pessoa, sobre o que foi, em todos os seus aspectos, a participação da FEB no Teatro de Operações da Itália, como episódio que abriu um capítulo novo na história militar da América Latina, no qual foi o nosso o único Exército que esteve presente, e destacadamente, na chamada Guerra Total, do mundo livre contra o nazi-fascismo. Dela a nossa Força Expedicionária regressou coberta de louros, depois daquele período heróico a ser, desde já, registrado e documentado.

Trata-se do maior acontecimento da nossa História Militar, depois da Guerra do Paraguai. E ele terá que ser exaltado, todos os anos, na memória e na gratidão cívica das gerações que se sucederem, pelos tempos afora. O Marechal não cruzou os braços, depois do seu regresso vitorioso e consagrador. Chefe responsável, cioso dos seus deveres, fez tudo que lhe foi humanamente possível, para amparar os seus pracinhas, os que voltaram vivos e, em especial, os que haviam ficado no Cemitério Brasileiro de Pistibio.

Depois de trazer os restos mortais, para a eterna homenagem da Pátria, onde estão sob a guarda permanente das Forças Armadas, que mensalmente se revezam no monumento do aterro da Glória, o Marechal se dedicou a escrever suas Memórias. Nelas ele recorda e registra toda a sua vida. É um depoimento histórico, escrito no estilo simples e austero, que

sempre caracterizou a personalidade inalterável do grande Comandante da FEB.

Ele nos deixou os seus dois volumes de recordações da sua vida e dos episódios que a envolveram e influenciaram, os do Brasil e os do mundo, colocando-se no papel de um simples fio condutor, na sequência dos acontecimentos, embora haja como deduzir-se e comprovar-se das suas próprias narrativas alguns traços firmes da sua personalidade, como o espírito de soldado da lei e a coerência no cumprimento do dever, em todas as circunstâncias, desde o cadete da Escola Militar da Praia Vermelha ao Comandante da FEB.

O que estava faltando, para quê os seus exemplos sirvam de guia e o Exército possa exaltar-lhe a memória, colocando-o na posição de relevo que lhe cabe na sua história, é esta biografia, a do cidadão e a do soldado.

A Biblioteca do Exército, fiel à sua missão, vem cumprí-la, neste ano de 1983, para comemorar o centenário do Marechal Mescarenhas de Moraes, em hora muito oportuna e com grande felicidade, escolhendo o General Carlos de Meira Mattos para escrever este livro, "Mescarenhas de Moraes e sua época", de forma a brindar os seus assinantes e os seus leitores com este livro, cujo ilustre Autor me concedeu o privilégio de ler nos seus originais e a honra de prefaciá-lo.

Com ele o Exército atende, ainda em tempo útil, ao seu interesse de registrar, para a posteridade, o perfil histórico do Comandante da FEB. E dificilmente ser-lhe-ia possível tráçalo de modo mais fiel, perfeito e completo do que o fez o General Meira Mattos, na presente biografia, em que o Marechal Mescarenhas se faz presente, na inteireza do cidadão e do soldado, cuja natureza austera e despretenciosa, mesmo ao contar a sua vida, nas "Memórias" que escreveu, o impediram de fixar-se na grandeza das atitudes e dos feitos relevantes. Ele não era homem de louvaminha muito menos em causa própria. Os seus méritos e virtudes teriam de ser exaltados pela pena e pelo estilo de um biógrafo ilustre, que o tenha conhecido bem de perto.

Nisso está o grande valor histórico deste livro, como repositório de informações sobre quem foi, como foi e o que fez, pelo Brasil, o Marechal Mescarenhas, um espírito modelar de cidadão e de soldado, digno, sob todos os aspectos, de ser cultuado pela memória nacional. No futuro se perguntará, a propósito da FEB — o mais importante episódio da história militar do Brasil do século vinte sobre a carreira e a pessoa humana do seu grande comandante. E a resposta já estava aqui, nesta síntese admirável, escrita pelo General Meira Mattos.

A. de Lyra Tavares



REGISTROS

REMANEJAMENTO DAS TURMAS DE OFICIAIS

General Alfredo Souto Malan

O General Alfredo Souto Malan, de par com seus reconhecidos méritos de chefe militar, sempre foi um estudioso devotado ao aprimoramento profissional dos quadros do Exército Brasileiro. O pequeno estudo que A DEFESA NACIONAL ora publica, com vistas a tornar conhecida a opinião de um respeitado convededor do assunto, constitui, senão o último, pelo menos um dos últimos trabalhos do General Malan.

O presente estudo, apresentado para meditação e crítica, tem por propósito o remanejamento das turmas de oficiais egressos da AMAN, a ser feito no momento oportuno e antes do início da fase de destaque dos mais capazes pelas promoções por merecimento. Pretende melhor objetivar a precedência hierárquica dos capitães aperfeiçoados.

São levadas em conta as seguintes premissas:

1º — A classificação por turma, de Arma ou de Serviço, da AMAN decorre sobretudo do valor de seus componentes como estudantes;

2º — Essa classificação inicial passa a ter outra precedência, esta oficial, no confronto do desempenho das funções profissionais de componentes da mesma turma nas diversas OM;

3º — Há um momento a partir do qual difícil se torna, de forma sistemática e por falta de uma razão motivadora, fazer um remanejamento.

A primeira consideração dispensa maiores esclarecimentos, merece no entanto serem ressaltados aspectos marcantes. A AMAN visa formar oficiais para o exercício das funções

de subalterno e as de capitão inclusive. Nela, embora se procure obter um juízo do cadete sob o ângulo profissional, a verdade é que a apreciação sempre é feita no sentido vertical professor (instrutor) — aluno (instruendo), o observado muito enquadrado, sem espontaneidade. Busca-se aquilatar sua capacidade de percepção, de dedução, de memória, de interesse, de disciplina, de participação, de liderança, de aptidão à profissão, além de outras componentes de sua personalidade, no entanto sob direta orientação e, podemos dizer, em escala de laboratório. Existem, sob outro aspecto, os cadetes "tangenciais", que se empenham unicamente, de forma bastante e suficiente, para atingir o aspirantado. Ocasionaismente ainda, circunstâncias especiais, físicas ou norais, alteram os resultados dos esforços aplicados. Além de outras razões inevitáveis, transformam-se os Cadetes em Aspirantes a Oficial, dispostos em seqüência hierárquica, em coluna por um, de acordo com os resultados obtidos de merecimento intelectual. Depois do período "experimental" do aspirante, e mesmo depois de "patenteados", nenhuma alteração se processa na ordem da coluna.

A segunda premissa é referente a um período, simultaneamente, mais amplo quanto ao tempo (no mínimo o dobro do tempo de cadete) e de ação nítida e exclusivamente profissional quanto à atividade. Nessa faixa, tanto o comandante de Subunidade como os demais superiores até o comandante da Unidade, podem bem julgar as qualidades do jovem oficial na sua profissão; e tanto mais acuradamente quanto estiverem convictos de que suas apreciações pesarão num posicionamento relativo mais objetivo do observado na sua turma da AMAN.

Diversos ângulos de observação e diversas as personalidades dos observadores, mas por ser a faixa na qual melhor se pode aquilatar das características do observado, não se deve,

nem desprezar uma única oportunidade de julgamento, nem deixar de seguir critério padronizado e confirmado por longo e conscientioso estudo. Será, sem dúvida, o período em que a observação pode ser feita em ambiente mais semelhante para todos os observadores, embora nunca em situação idênticas; pode ser feita eventualmente comparando alguns elementos da mesma turma mas sempre numa relatividade limitada. De qualquer modo o profissional vai aos poucos se revelando, vai sendo caracterizada sua vocação, sua eficiência, seu espírito de sacrifício, seu despreendimento, sua compreensão de disciplinas, suas qualidades de instrutor, sua capacidade de liderança; enfim, aquelas características necessárias e mesmo algumas imprescindíveis ao oficial, a serem cuidadosamente apreciadas e desenvolvidas se possível e que, em essência são: COMPETÊNCIA (moral, física e intelectual), CARÁTER e DESPREENDIMENTO.

Finalmente o terceiro elemento condicionante do remanejamento é o resultado do curso de aperfeiçoamento. Para mais correta apreciação o ideal será que os componentes da mesma turma da AMAN constituam a mesma turma da EsAO; assim poderão ser comparados nas mesmas condições ambientais e pelos mesmos observadores. Embora possa haver alguns que, por justificadas razões (de saúde e de serviço principalmente) não possam cursar a EsAO com os de sua turma de formação,

medidas podem ser tomadas para reduzir ao mínimo este inconveniente: compatível capacidade da EsAO, fixação inalterável de prazo para cursá-la decorrido depois da data da promoção, aliás coletiva, e outras que se façam se façam necessárias. Os poucos que virão a cursá-la na turma seguinte ou, no máximo dois anos depois, aguardarão sua nova situação na turma numa classificação provisória (CP).

O chamado curso de aperfeiçoamento, como o de formação, tem também uma finalidade: atualizar conhecimentos e credenciar o oficial ao desempenho de suas funções até o posto de coronel inclusive.

Considerada essa nova apreciação, num ambiente tão homogêneo quanto seja possível conseguir para o maior número, agora todos com a bagagem acumulada, passamos a dispor dos dados necessários ao REMANEJAMENTO:

- Classificação da AMAN;
- Conceito profissional (Desempenho como subalterno e capitão até a matrícula na EsAO);
- Classificação da EsAO.

Trata-se de transformá-los em valor numérico.

Quanto à classificação, tanto na AMAN como na EsAO, basta escalarizar os componentes da turma dando-lhes uma nota relativa e

EXEMPLO

1 — Turma da AMAN (50)

1º — A — 100
2º — B — 98
3º — C — 96
4º — D — 94
.....
48º — X — 14
49º — Y — 12
50º — Z — 10

2 — Conceito profissional

A — 80
B — 90
C — 30
D — 90
.....
X — 10
Y — 60
Z — 80

3 — Turma da EsAO (50)

1º — D — 100
2º — — 98 (*)
3º — A — 96
4º — B — 94
.....
48º — L — 14
49º — M — 12
50º — — 10 (*)

(*) — Turma anterior

Remanejamento:

$$\begin{array}{ll}
 A = 100 + 80 \times 2 + 96 \times 3 = 548 & 30 \\
 B = 98 + 90 \times 2 + 94 \times 3 = 560 & 29 \\
 C = 96 + 30 \times 2 + 92 \times 3 = 432 & 40 \\
 D = 94 + 90 \times 2 + 100 \times 3 = 574 & 10
 \end{array}$$

compreendida entre 100 e 10. Numa turma de 50 suas notas variarão de 2 em 2, para uma de 200, de meio em meio ponto. O "conceito profissional" será também traduzido em pontos e neste caso, onde pode haver notas iguais, o máximo será 100 e o mínimo 10, não podendo a diferença de uma nota para outra ser inferior a 10. Se esta apreciação pudesse ser isenta de falhas humanas, deveria ter o maior coeficiente a valorizá-la.

Coeficientes propostos:

- Classificação da AMAN 1
- Conceito profissional 2
- Classificação da EsAO 3

OBSERVAÇÃO:

No que se respeita às duas primeiras notas parece que não paira dúvida. Relativamente à terceira (Classificação da EsAO) o que pode ocorrer é que a turma não seja exatamente a mesma da AMAN. Composta do mesmo número de alunos, alguns dos quais retardatários, estes serão julgados como se fossem integrantes da turma original, e passarão, fruto da classificação obtida, a ter uma classificação definitiva na sua própria turma.

Se a turma da EsAO tiver efetivo diferente da correspondente na AMAN, surgirão notas de classificação para o remanejamento — não confundir com os graus do curso — em maior quantidade se for maior ou, o inverso, se for menor. No caso de maior efetivo, as diferenças entre as notas de classificação de dois alunos colocados em sequência imediata será menor e, por exemplo, um segundo classificado terá, para efeito de remanejamento, maior nota que o segundo no caso do efetivo ser o mesmo que o da turma da AMAN. Isto incluirá na soma final mas é decorrente de ter havido maior número de concorrentes, o que moralmente justifica sua nota. No caso inverso, o segundo colocado terá nota menor para o remanejamento mas, em compensação, foi comparado a um número menor de colegas. Um estudo mais aprofundado da matéria pode su-

gerir correções para compensar essa variação de efetivos.

Os inconvenientes sempre existentes quanto à concorrência para melhor classificação nos cursos são aqui inevitáveis, mas compensados de certa forma pelo "Conceito profissional".

Este caso é completamente diferente da classificação na ECEME que não visa modificar a situação hierárquica dos oficiais e que, por isso mesmo, poderia ser feita em três grupos: MB, B e R, os dois extremos naturalmente reduzidos, e em cada um colocados os alunos em ordem hierárquica. Só haveria dois limites a precisar, os que enquadram o grupo central e mais volumoso. ■

OITENTA ANOS DE BRASIL (1903-1983)

A história da Companhia de Cigarros Souza Cruz é uma pequena mas significativa parte do progresso e do sucesso do Brasil. No início deste século, quando o imigrante português Albino Souza Cruz inaugurou no Rio de Janeiro sua pioneira fábrica de cigarros, certamente acreditava no sucesso do seu empreendimento. Mas não poderia prever que, oito décadas depois, sua empresa contasse com 18.000 acionistas brasileiros, mantivesse em atividade 18 unidades industriais disseminadas por 10 estados e registrasse mais de 16.000 funcionários, cerca de 45.000 plantadores minifundiários que vivem e prosperam fornecendo fumo para nossas fábricas e nossa exportação, e ainda os 260.000 ponto-de-venda — miniempresas em sua grande maioria — que participam na distribuição dos produtos Souza Cruz.

É por isso que, em 1983, a Souza Cruz não está celebrando apenas os seus primeiros 80 anos de existência. Está celebrando também, com otimismo e confiança, novos 80 anos que certamente lhe abrirão novos horizontes para os indivíduos, as empresas e as instituições do nosso País.

A. C. Long
Diretor-Presidente



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORIA

AS MELHORES OBRAS DOS MELHORES AUTORES

**A BIBLIEIX PUBLICOU EM SEU EDITORIAL DE 82,
COM GRANDE SUCESSO, AS SEGUINTE OBRAS:**



**NOVAS DIMENSÕES DA
HISTÓRIA MILITAR**
Volume 2
Russell F. Weigley



**AMAZÔNIA — Natureza,
Homem e Tempo**
Leandro Tocantins



QUEBRA-CANELA
General Raul da Cruz Lima Junior



NAPOLEÃO — O Retrato do Homem
Gaston Bonheur
Toda em papel Couchet, rica-
mente ilustrada a cores.



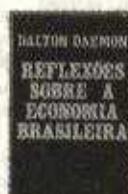
ATÉ BERLIM
Volume 1
General James M. Gavin



**FREI ORLANDO — O Capelão
que não voltou**
Tenente Gentil Palhares



ATÉ BERLIM
Volume 2
General James M. Gavin



**REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA
BRASILEIRA**
Dalton Daemon



**OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
NA GUERRA DO PARAGUAI**
Volume 2 — Tomo I
General Paulo de Queiroz Duarte



DELINAMENTOS DA ESTRATÉGIA
Volume 1
Vice-Almirante
João Carlos Gonçalves Caminha

COMO JÁ ERA PREVISTO O SUCESSO ALCANÇADO EM 82, A BIBLIEIX IMPRIMIU ALGUMAS COLEÇÕES DO EDITORIAL, ALÉM DO NÚMERO NECESSÁRIO PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ASSINANTES, E COLoca ESSAS COLEÇÕES À DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO EM GERAL, ATENDENDO PEDIDO PELO REEMBOLSO POSTAL. PARA TANTO BASTA PREENCHER O PEDIDO NA PÁGINA AO LADO E REMETER PARA:

APROVEITE Ainda existem em
pequena quantidade, coleções de 80 e 81
pelo mesmo preço do Editorial 82

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias — Pç. Duque de Caxias, 25
3º andar, Ala Marcílio Dias
CEP 20455 — Rio de Janeiro (RJ) — Tel. (021) 283-3881

Seguindo a nossa linha de sucessos editoriais,
apresentamos a PROGRAMAÇÃO 83

OBRAS JÁ SELECIONADAS

DELINAMENTOS DA ESTRATÉGIA — Vol. 2

Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha

DELINAMENTOS DA ESTRATÉGIA — Vol. 3

Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 — Tomo II

General Paulo de Queiroz Duarte

O MITO DA CAVERNA — Sua atualidade

Professor Jorge Boaventura

A HISTÓRIA DO 4º G A C

Coronel Oswaldo Pereira Gomes

OBRAS EM APRECIAÇÃO PARA SELEÇÃO DE MAIS CINCO "BEST-SELLERS"

MASCARENHAS DE MORAES E SUA ÉPOCA

General Carlos de Meira Mattos

A ESPADA E A PENA

Sir Liddell Hart

A HISTÓRIA DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO — Suas duas vidas

General Umberto Peregrino

A ESPIÃ

Virgil Gheorghiu

A ERA DA INCERTEZA

John Kenneth Galbraith

O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA

Ernani Fornari

A ANTÁRTIDA — Nos confins dos três mares

Aristides Pinto Coelho

A GUERRA DE CANUDOS

Macedo Soares

A ARTE DE SER CHEFE

Gaston Courtois

UM PROFESSOR NA GUERRA

Sir David Hunt

EU QUERIA TANTO AINDA VIVER

Rutina U. (Ruta)

AS GUERRAS ÁRABES-ISRAELENSES — Guerra e Paz no Oriente-Médio

General Chaim Herzog

Assinatura 83
Cr\$ 3.600,00

Você receberá 10 livros
anualmente no seu endereço
em qualquer ponto do País.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
EDITORIA

assinaturas

80 81 82

valor de cada assinatura

Cr\$ 3.000,00

Você somente pagará a(s) assinatura(s) solicitada(s) quando receberá-la(s) pelo Reembolso postal.

assinatura 83

Cr\$ 3.600,00

enviada nominalmente à
Biblioteca do Exército

Pedido de assinatura

NOME _____

ENDEREÇO _____

ENDEREÇO PARA REMESSA _____

CEP _____

ASSINATURA _____

- Vale postal — Agência 520641 Correio OG I Ex
— Cheque nominal n° _____ Banco _____
— Ordem de pagamento — Banco do Brasil — Ag. Tiradentes (RJ)
Conta 396 000-5



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1983: Cr\$ 2.000,00

— PAGAMENTO:

- Em cheque Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.
- Em vale postal A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
20455 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: 283-3030



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal. O NE será remetido diariamente.

"Foram 2 anos, que pareceram 2 séculos..."

Não porque fossem intermináveis.
Mas porque foi um período de tantas
realizações, de tantas alegrias, de tantas
horas de dedicação e tanto trabalho
recompensado, que nos pareceram,
realmente, 2 séculos...

Por isso, agora, nada melhor que o
reconhecimento. Reconhecer que se
não fossem vocês, companheiros,
acreditarem na nossa capacidade,
confiarem nas pessoas que se propuseram
a servir a essa nobre causa,
"idéia nova, e sempre renovada, de velhas
aspirações" — a sua casa própria —,
jamais nos seria permitido,

neste 08 Out 83, lhes escrever estas
palavras. Aos mais de 30.000 associados
da POUPEX — a Poupança que o
SEU EXÉRCITO criou para você;
aos 560 companheiros
que já se beneficiaram
dos nossos financiamentos imobiliários;
aos Oficiais e Praças do Exército;
aos funcionários do Ministério do
Exército e do Banco do Brasil;
à Reserva, aos aposentados e pensionistas,
nos permitam agradecidos expressar,
que sem o seu manifesto apoio,
.não nos teria sido possível
chegar até aqui
e passar esta página.

